

NOS ALICERCES DO TEMPO:

O RESGATE DO PÁTIO SÃO JOSÉ DO RIBAMAR
NO RECIFE-PE



**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Josebias Costa Do Nascimento Neto

NOS ALICERCES DO TEMPO: O RESGATE DO PÁTIO SÃO JOSÉ DO RIBAMAR NO RECIFE - PE

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para a Graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Profº. Drº. Pedro Henrique Cabral Valadares.

**Recife
2020**

Ficha catalográfica
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

N244n Nascimento Neto, Josebias Costa do.
Nos alicerces do tempo: o resgate do Pátio São José do Ribamar no Recife - Pe. / Josebias Costa do Nascimento Neto. - Recife, 2020.
114 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020.
Inclui bibliografia

1. Patrimônio edificado. 2. Pátio de São José do Ribamar. 3. Preservação. 4. Recife. I. Valadares, Pedro Henrique Cabral. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título

72 CDU (22. ed.) FADIC (2020-609)

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Josebias Costa Do Nascimento Neto

NOS ALICERCES DO TEMPO: O RESGATE DO PÁTIO SÃO JOSÉ DO RIBAMAR NO RECIFE - PE

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para a Graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Profº. Drº. Pedro Henrique Cabral Valadares.

Aprovado em 18 de Junho de 2020

BANCA EXAMINADORA

**Profa. Mércia Carréra de Medeiros
Primeira examinadora / Faculdade Damas (FADIC)**

**Profa. Márcia Maria Vieira Hazin
Segunda examinadora / Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (FCHE)**

**Prof. Pedro Henrique Cabral Valadares
Orientador / Faculdade Damas (FADIC)**

**Recife
2020**

Aos amores que nunca tive e aos amigos de sangue.

AGRADECIMENTOS

Louvo em gratidão as forças consonantes do universo por ter me oportunizado existir, ao ventre que me gerou e concebeu, ao sustento material e sabedorias de meus pais. Agradeço as águas por me construir e a terra por me sustentar; ao sol por iluminar meus dias e a lua por me acompanhar nas noites em claro.

Aos amigos que caminham comigo, os de longa data e aos recém chegados, meu muito obrigado por gostar de mim, apesar de mim. Pelos dias ruins, pois somente através deles aprendi a dançar sobre a dor, portanto, meu sincero agradecimento!

Agradeço a todos os profissionais da educação que de alguma forma contribuíram, cativaram e inspiraram minha formação como pessoa, cidadão e profissional; em especial a minha avó Marluce, meus tios e aos meus professores do ensino médio que sempre acreditaram em meu potencial e capacidade.

Meu íntimo agradecimento a querida Dr^a Prof^a Winnie Fellows por todo o suporte e atenção desde os primeiros suspiros desse trabalho e ao ilustríssimo Dr^o Prof^o Pedro Valadares por toda paciência, apoio, advertências e incentivo, não só na orientação dessa pesquisa, mas em todos os momentos dessa jornada acadêmica!

Por fim, sou grato a tudo o que canta em harmonia com o universo e sobretudo sou grato por ter muito o que agradecer!

Gratidão!

“Um trecho do piso tanto recolhe os passos como apresenta o conspecto de horas, de meses, de fases do ano, sendo o espaço da arquitetura, como o seio franqueado à penetração do sol, a entidade que abriga, na conformidade de sua natureza, os visitantes menos ou mais assíduos, entre eles o tempo através do interposto meio: a luz”.

(Evaldo Coutinho, 1998)

RESUMO

Os espaços produzidos pela arquitetura são resultados da ideia concebida pelo homem em função da necessidade do mesmo. As transformações desses espaços no decorrer dos tempos, por sua vez, são motivadas pelas readequações demandadas pelas novas dinâmicas sociais. Nessa perspectiva, o pátio de São José do Ribamar, um genuíno espaço público histórico localizado no seio do núcleo histórico da cidade do Recife, apresenta-se atualmente como um espaço degradado, desvalorizado e descaracterizado. A partir de reflexões acerca de intervenções em sítios históricos permeados pelos conceitos trabalhados pelos teóricos Camilo Boito, Alois Reigl, Cesare Brandi e Gustavo Giovannoni, no que diz respeito ao patrimônio histórico-artístico-cultural, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas. Seguido de uma análise sobre o estado de preservação das fachadas dos imóveis do pátio, foi elaborado um conjunto de diretrizes e um estudo preliminar de intervenção na área com a finalidade de resgatá-la às demandas sociais da contemporaneidade, reafirmando assim sua relevância histórica-artística, seus valores e a importância de sua preservação para a posteridade.

Palavras-chave: Patrimônio edificado. Pátio de São José do Ribamar. Preservação. Recife.

ABSTRACT

The spaces made up by architecture are the results of human's needs from itself. During the time, this place's transformation, when it comes, is moved by readjustments demanded by the new social demands. Following this perspective, a genuine public place situated at the historical Recife's downtown, Pátio São José do Ribamar, seems to be broken, devalued and mischaracterized. Based on the reflections around historical places interventions surrounded by Camilo Boito, Alois Reigl, Cesare Brandi and Gustavo Giovannoni conceptual work, when it comes to historical-artistic-cultural patrimonies, bibliographic research have been done among documentaries and iconographic. Followed by an analysis about courtyard facade's state buildings preservation, a set of guidelines and a preliminary study of intervention in the area was prepared in order to rescue it from the contemporary social demands, this reaffirming its historical-artistic relevance, its values and its preservation importance for posterity.

Keywords: Built heritage. Pátio de São José do Ribamar. Preservation. Recife.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O PÁTIO DE SÃO JOSÉ DO RIBAMAR.....	12
1.1 Surgimento e formação.....	13
1.2 Situação atual: impressões preliminares.....	15
2. PAISAGEM URBANO-CULTURAL E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO.....	17
2.1 Paisagem cultural e Paisagem natural.....	18
2.2 Patrimônio histórico: monumento, memória e valores.....	18
2.3 A preservação do patrimônio em sítios históricos.....	20
3. CASOS EXEMPLARES DE INTERVENÇÕES EM ÁREAS HISTÓRICAS.....	22
3.1 Programa de Revitalização do centro histórico do Recife: o caso da rua do Bom Jesus, Recife – PE.....	23
3.2 Programa de Revitalização do centro histórico de São Luís – MA.....	25
3.3 Revitalização do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, Varadouro – PB.....	29
4. ANÁLISE DO PÁTIO SÃO JOSÉ DO RIBAMAR.....	31
4.1 Legislação e instrumentos vigentes.....	32
4.1.1 Legislação Federal.....	32
4.1.2 Legislação municipal: Plano Diretor e LUOS.....	32
4.1.3 O Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife – PPSH / RMR.....	33
4.1.4 Lei de ordenamento publicitário no espaço urbano do município do Recife.....	34
4.2 Análise das fachadas dos imóveis do pátio.....	35
4.2.1 Estilo, tipomorfologia e as mudanças.....	36
4.2.2 Uso dos imóveis.....	38
4.2.3 Situação atual das fachadas.....	39
5. PROPOSTA PARA O RESGATE DO PÁTIO SÃO JOSÉ DO RIBAMAR.....	42
5.1 Diretrizes para a requalificação do Pátio.....	43
5.2 Estudo Preliminar de requalificação do Pátio.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE A – Fichas de diagnóstico da situação das fachadas do pátio.....	52
APÊNDICE B – Diretrizes para a requalificação do pátio.....	72
APÊNDICE C – Estudo preliminar da intervenção no pátio.....	76
ANEXO A – Plantas baixa e cortes dos imóveis do pátio de São José do Ribamar.....	81

INTRODUÇÃO

Os espaços produzidos pela arquitetura, frutos de seus valores e demandas sociais, visa acomodar os condicionantes à essência concebida pela ideia do homem. É válido ressaltar que de todas as artes, a arquitetura é a única completamente a mercê de prejuízos, danos esses decorrentes da necessidade de se atender as novas dinâmicas sociais.

Essas novas dinâmicas, por sua vez, proporcionam mudanças significativas não só no tecido urbano e sua lógica de funcionamento, mas também nos valores sob eles empregados. Os valores, quando referenciados ao núcleo histórico de uma cidade, são instituídos como protagonista desse cenário socioespacial. Este cenário é definido nesse trabalho como o patrimônio cultural, que segundo Lemos (1982), consiste na condensação da paisagem natural com o produto de tudo o que foi produzido em significância pelo homem.

A valoração atribuída aos centros históricos, suas transformações através dos tempos, suas perdas e novos significados são apresentados nessa pesquisa com a intenção de atribuir ao patrimônio edificado usos que condizem com a atualidade. A partir disso é lançado um olhar crítico sob uma porção histórica da cidade do Recife, localizada no bairro de São José, o pátio de São José do Ribamar.

O pátio nasce como um núcleo básico urbano onde se constituiu uma área ampla em frente à uma igreja, o que confere a esta edificação religiosa um caráter de monumentalidade e imponência, rodeada por estruturas arquitetônicas enfileiradas, geminadas, ordenadas ao seu redor (PESSOTTI e RIBEIRO, 2011).

Mediante as transformações sociais ocorridas no decorrer dos tempos, aliadas à escassa fiscalização dos órgãos competentes no que tange ao patrimônio histórico, o pátio de São José do Ribamar, assim como outros pátios em sua circunvizinhança, sofre com intervenções e usos incompatíveis com a função à qual foi concebida no final do século XVIII. Isso, por sua vez nos remete ao problema da presente pesquisa sobre quais seriam as intervenções arquitetônicas e urbanísticas necessárias à reinserção do pátio de São José do Ribamar na dinâmica urbana atual do seu entorno.

Sob a hipótese de que ações integradas oriundas das teorias de preservação do patrimônio e diretrizes legais pertinentes a essas teorias seriam fundamentais para a reintegração do referido pátio à dinâmica local, respeitando seu valor histórico-cultural, o trabalho visa restabelecer a harmonia urbano-

paisagística e garantir a integridade do pátio enquanto monumento-documento da cidade do Recife.

Foi através do diagnóstico urbanístico da área e diagnóstico do estado de conservação das fachadas dos imóveis pertencentes ao pátio; da pesquisa documental e iconográfica; e da investigação histórica e da legislação vigente acerca da paisagem no objeto de estudo, que se deu a análise essencial para a fundamentação do conjunto de medidas elaboradas, com vistas a nortear intervenções mais adequadas.

A partir dessa abordagem hipotético-dedutiva, a pesquisa descritiva-explicativa faz uso do procedimento monográfico, através da pesquisa bibliográfica, documental, iconográfica e observações de campo. Tendo como aporte teórico principal os estudos de restauro e preservação urbana de Gustavo Giovannoni (1873-1943), que tinha em vista o monumento e seu entorno enquanto utilidade e história, além das contribuições dos aspectos culturais sobre intervenções tratados por Camilo Boito (1836-1914), que buscava a essência do construído e a unidade compositiva do todo, Alois Reigl (1858-1905) com suas considerações acerca dos valores de rememoração e uso em consonância ao histórico-artístico, além da visão de intervenção enquanto medida de reestabelecer a funcionalidade e a unidade potencial da obra pregados por Cesare Brandi (1906-1988).

Com isso, essa pesquisa se justifica pela importância de aplicar esses conceitos trabalhados pelos teóricos, em conformidade aos valores envolvidos no pátio, bem como seus usos, fazendo com que a identidade cultural e patrimonial seja resgatada e preservada para a posteridade.

Nessa perspectiva, a pesquisa se inicia com o surgimento e desenvolvimento do pátio de São José do Ribamar, abordado no capítulo 01. Em seguida, no capítulo 02, são trazidos os conceitos de paisagem natural e paisagem cultural e suas relações com o patrimônio edificado e seus valores, junto às teorias e conceitos adotados nessa pesquisa.

No capítulo 03, são abordados três casos exemplares de intervenções em sítios históricos, sendo o primeiro no bairro do Recife, seguido do centro histórico das cidades de São Luís e João Pessoa. Nesse capítulo são observados os partidos e tomadas de decisões no que diz respeito à intervenção e à manutenção dos valores envolvidos.

Na sequência, o capítulo 04 traz a análise elaborada a partir das leis pertinentes à área de estudo, os usos e diagnóstico das fachadas do pátio. No capítulo 05, são elaboradas propostas para o resgate do pátio, essas no âmbito social, econômico e

cultural, afim de garantir a inserção e manutenção dos valores desse local histórico na cidade do Recife.

Em finalização, são apresentadas as considerações finais trazendo um apanhado dos conceitos abordados no decorrer da pesquisa e aplicados nas propostas elaboradas como produto da mesma, essa com a finalidade de reinserir o objeto à dinâmica da cidade contemporânea, respeitando suas características peculiaridades e ressaltando a importância de sua preservação, sua relevância na história da cidade e os valores que alicerçam no tempo suas marcas.



CAPITULO 01 - O PÁTIO DE SÃO JOSÉ DO RIBAMAR

“Cada ambiente, arquitetônico ou não, franqueia-se a eventualidades de surgimentos em seu solo: um de maneira comparável à união entre o objeto e respectivo estojo, um a consagrar à surpresa o mesmo índice de possibilidade que aos sucessos presumíveis. Zelosamente erguidos para receber predestinados ocupantes, o prédio todavia não se escusa ao advento de incompatibilidades, muita vez molestando a comprometida plenitude, assim predispondo-se a simbolizar, também nesse aspecto, a todos os recintos que devassa o homem.”

(Evaldo Coutinho, 1998)

1. O PÁTIO DE SÃO JOSÉ DO RIBAMAR

1.1 Surgimento e formação

No Brasil, até meados do século XX, as pessoas tinham acesso diário aos interiores dos espaços sagrados, os quais tinham como finalidade catequizar, cuidar, educar e proteger; enquanto o terreiro (ou pátio), espaço externo considerado público, era utilizado para celebrar, viver, trabalhar, circular e efetuar trocas, celebrando a relação das pessoas com o monumento (a igreja) e as novas conexões entre os homens e a cidade (PESSOTTI e RIBEIRO, 2011).

Nessa conjuntura, nasceu a proposta do pátio como um núcleo básico urbano onde se constituiu uma área ampla em frente à igreja, o que conferiu a esta edificação religiosa um caráter de monumentalidade e imponência, rodeada por estruturas arquitetônicas enfileiradas, geminadas, ordenadas ao seu redor (PESSOTTI e RIBEIRO, 2011).

Diante disto, diversas cidades brasileiras tinham os pátios como núcleos mais importantes, concentradores de fluxos, acontecimentos, onde a vida coletiva cotidiana se desenvolvia. São famosos os pátios de Salvador, por exemplo, capital do Brasil durante o período colonial.

O Recifense não está ligado às suas igrejas só por devoção aos santos, mas de um modo lírico, sentimental: Porque se acostumou à voz dos sinos chamando para a missa, anunciando incêndio, porque em momento de dôr ou aperreio ele ou pessoa sua se pegou com nossa senhora, fez promessa, alcançou a graça, porque nas igrejas se casou, se baptisaram seus filhos e estão enterrados avós queridos (FREIRE, 2005).

Tendo isto posto, o mapa reproduzido na Figura 01, demonstra a localização desses pátios nos bairros de São José e Santo Antônio no Recife.

Assim sendo, para melhor compreensão do surgimento e desenvolvimento dos principais pátios do Recife, pode-se utilizar o Atlas Histórico Cartográfico, de autoria de José Luiz Mota Menezes, reeditado em 2017. Neste atlas, pode-se observar que o primeiro levantamento cartográfico do Recife, realizado pelo engenheiro holandês Andreas Bongensaltensis, é datado de julho de 1631. Deste modo, no mapa (Figura 02), o atual bairro do Recife é visto envolto por uma grande cerca, uma muralha projetada, com arruamento, enquanto a ilha de Antônio Vaz, onde futuramente daria origem aos bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista, tinha apenas algumas edificações esparsas.

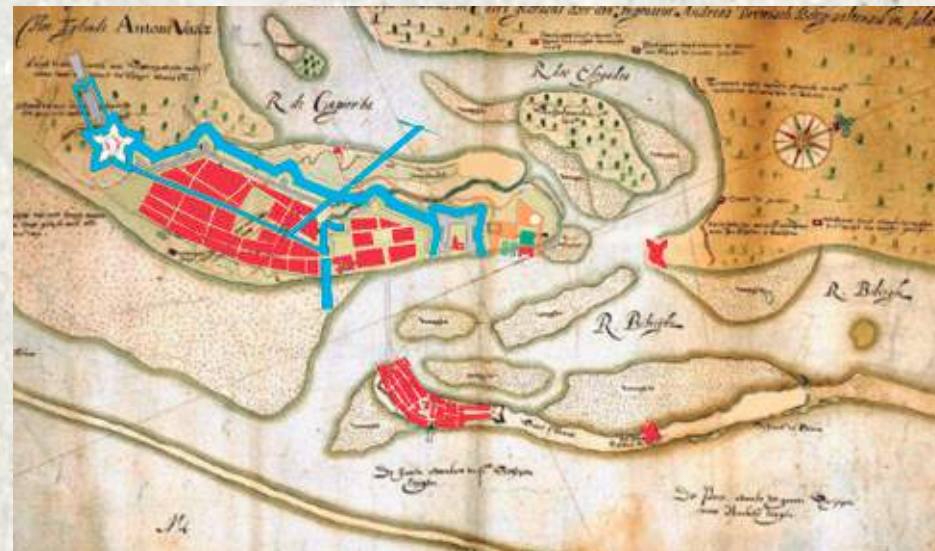
A Ilha de Antônio Vaz possuía apenas o convento franciscano, ainda sem a ordem terceira, e algumas casas nos arredores. A ocupação urbana da Ilha se deu durante a ocupação holandesa (1630-1654), quando foi implantado o plano urbanístico da Cidade Maurícia (Figura 02), com arruamento e fortificações. Contudo, naquele período, a Igreja de São José do Ribamar ainda não havia sido construída, fato que somente viria a se concretizar no século XVIII, portanto, após a ocupação holandesa.

Figura 01 – Mapa de localização dos pátios no Recife.



Fonte: Google Earth, editado pelo autor, 2019.

Figura 02 – Planta do Recife de A. Drewisch, 1631. Com montagem gráfica do Recife em 1648.



Fonte: MENEZES (2017), editado pelo autor, 2020.

Tendo isto em vista, pode-se ressaltar que na cartografia, o registro mais remoto da existência da Igreja de São José do Ribamar e seu respectivo pátio se encontra em mapa datado de 1771, existente no Arquivo Histórico do Exército, digitalizado por José Luiz Mota Menezes. Este pesquisador, no Atlas Histórico Cartográfico do Recife (1988), realizou uma sobreposição deste mapa ao mapa de autoria de Douglas Fox (1907), com o intuito de analisar as transformações urbanas do Recife (Figura 03).

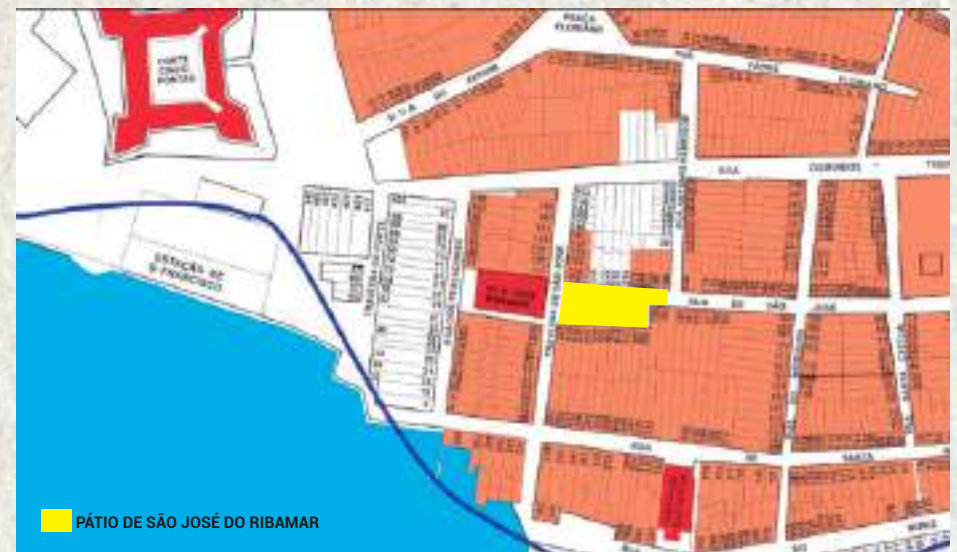
Em tempo, percebe-se que o pátio de São José ainda não havia sido plenamente cercado por edificações, o que viria a ocorrer anos mais tarde, em data indefinida como exposto no mapa de 1771 (Figura 03). Todavia, o mapa de 1808, de autoria de José Portugal, ilustra o pátio já completo, na configuração geométrica que se apresenta na atualidade, com sua respectiva igreja como elemento dominante, conforme visto na Figura 04.

Diante do disto, ressalta-se que o padrão de ocupação do solo seguiu a tradicional configuração de lotes estreitos e compridos, com edificações geminadas, com uso predominantemente comercial, como lojas, armazéns e boutiques, e serviços como bares e restaurantes. Ao passo que, nos pátios, ainda havia a presença dos ambulantes.

Nesse contexto socioespacial, surge a Irmandade dos Marceneiros, Carpinteiros e Pedreiros, fundada em 1735, com reuniões no Hospital Nossa Senhora do Paraíso, nas proximidades da confluência entre as atuais avenidas Guararapes e Dantas Barreto. Em 1752, esta Irmandade solicitou à Câmara o registro da propriedade de um terreno para a construção da igreja em honra e homenagem a São José, seu padroeiro. Ao passo que, dois anos mais tarde, a sacristia e a capela-mor da Igreja de São José do Ribamar estavam prontas, com a imagem do santo (SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017).

Desta forma, acredita-se que a importância desses espaços públicos, os pátios, é confirmada pelo instrumento legal do tombamento, seja do conjunto urbanístico, seja da igreja enquanto monumento predominante da paisagem, ou por seus atributos históricos e artísticos. Tendo em vista que a igreja de São José do Ribamar, localizada no Bairro de São José, Recife/PE, é um bem material de valor histórico e artístico reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) através do processo de tombamento N° 0923-T-75 com registro no livro histórico, inscrição n° 469, e no Livro das Belas Artes, inscrição n° 535, realizadas no ano de 1980. Sendo assim, a edificação e seu acervo estão sob a proteção da legislação federal, responsável pela regulação acerca da preservação de bens de valor histórico cultural (SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017).

Figura 03 – Sobreposição de mapa de 1771 (em cores) ao mapa de Douglas Fox de 1907.



Fonte: Menezes (2017), editado pelo autor, 2019.

Figura 04 – Sobreposição de mapa de 1808 (em cores) ao mapa de Douglas Fox de 1907.



Fonte: Menezes (2017), editado pelo autor, 2019.

Com o templo já em uso, embora ainda inacabado, há diversos relatos de reuniões, procissões e festejos dirigidos à igreja de São José do Ribamar, tornando seu pátio em um ponto central de acontecimentos culturais. Comunicados acerca dessas atividades eram veiculados nos jornais do século XIX e logo as cerimônias religiosas passaram a receber outras irmandades, como por exemplo a Irmandade da Nossa Senhora do Bom Parto e a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Aflitos (SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017).

A Irmandade do Glorioso Patriarca S. José de Ribamar pretende no dia 15 de agosto, do corrente ano, celebrar a festa do mesmo santo, e no mesmo dia pela 3 horas da tarde faser a solemne Procissão, aqual deverá corre as ruas do costume, tanto no Bairro do S. Antonio como no do Recife (Diário de Pernambuco, 18 de maio de 1837, p. 1).

A partir disto, observa-se que, durante o século XIX, a igreja de São José do Ribamar passou por reformas, sendo reinaugurada em 1896, todavia, ainda sem ornamentos torre sineira, elementos que somente viriam a ser acrescentados no século XX. Naquele momento, a data de 1653 foi cravada na fachada (Figura 05), com a intenção de vincular a edificação ao período da ocupação holandesa, visto que foi uma época importante para os memorialistas da cidade (SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017).

Figura 05 – Frontispício da igreja São José do Ribamar.



Fonte: Simpósio Nacional de História, 2017.

Diante disto, pode-se ressaltar que a edificação é o produto do trabalho de sucessivas gerações de fiéis que a utilizaram e deixaram suas marcas, conforme seu período estilístico. Assim sendo, observa-se que essas gerações fizeram da igreja de São José do Ribamar um monumento histórico que registra fisicamente uma memória urbano-social, bem como os processos históricos vividos no passar dos tempos.

1.2 Situação atual: impressões preliminares

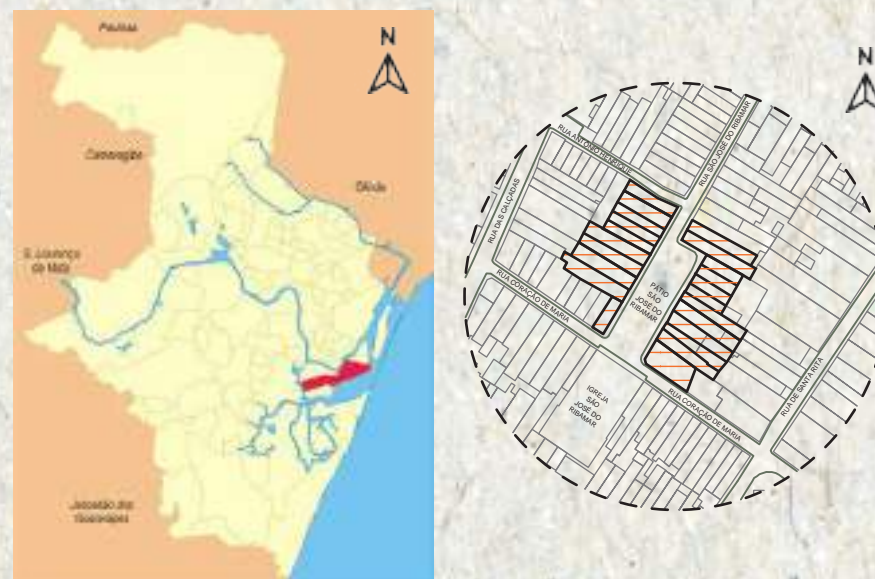
Localizado no centro de comércio e serviço mais adensado da região metropolitana do Recife, o pátio de São José do Ribamar está inserido em um entorno conturbado e caótico. O mesmo divide espaço com algumas edificações igualmente importantes na história da cidade do Recife, a exemplo de igrejas, mercados e praças da presente cidade.

Deste modo, salienta-se que a presente área de estudo é formada por vinte e dois imóveis e a igreja de São José do Ribamar, como demarcado na Figura 06. Tendo isto em mente,

observa-se que as edificações atualmente apresentam um elevado grau de descaracterização, decorrente de adaptações sucessivas em função de necessidades de cada proprietário, mas, provavelmente, sem anuência dos órgãos de preservação. Desta maneira, acredita-se que tais interferências consistem no alargamento e fechamento de aberturas, instalação de placas, letreiros de publicidade, toldos, marquises e acréscimo de pavimentos.

Atualmente, os imóveis do pátio funcionam predominantemente como depósito de mercadorias e o pátio em si funciona como estacionamento de veículos, conforme se demonstra na Figura 07, desvirtuando a dinâmica primitiva e tradicional dos pátios.

Figura 06 – Localização e demarcação do pátio de São José do Ribamar.



Fonte: (ESIG, 2008) editado pelo autor, 2019.

Figura 07 – Pátio de São José do Ribamar atualmente.



Fonte: (OLIVEIRA, 2019).

Tendo em vista o exposto, observa-se que, entre as descaracterizações dos imóveis que conformam o pátio de São José, constatam-se acréscimos que avançam sobre a calçada, eliminação de elementos decorativos, reformulação dos vãos de portas e janelas, acréscimo de pavimento, substituição de telhas cerâmicas por telhas de fibrocimento, dentre outras. Em resultância disto, pode-se observar que são raros os vestígios de elementos de períodos remotos, ao passo que, em alguns imóveis, percebe-se a presença de componentes do estilo eclético, em voga no Recife no início do século XX, sendo, portanto, uma intervenção reestilizadora, visto que tais imóveis datam de períodos entre os séculos XVIII e XIX, quando tais edificações não possuíam estilo arquitetônico definido, podendo ser constatado através das plantas registradas no anexo A.

CAPITULO 02 - PAISAGEM URBANO-CULTURAL E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

“O lugar da arquitetura impõe os respectivos acontecimentos, nesse particular diferindo do lugar a descoberto, que norteia muito menos o tipo da motivação a pairar em seu reduto; e sendo a natureza a extensão de todos os lugares, a arquitetura se compreende no meio dels, incorporada que é à infinidade dos recintos, dessarte concorrendo à mesma substância o natural e o artificial.”

(Evaldo Coutinho, 1998)

2. PAISAGEM URBANO-CULTURAL E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO

2.1 Paisagem cultural e Paisagem natural

O conceito de cultura determinado primeiramente por geógrafos entre o final do século XIX e início do século XX, delimitava-a em um ambiente físico que condiciona a diversidade de expressões na sociedade e tem o clima como um determinante do progresso da mesma. Entretanto, na posteridade, alguns antropólogos conseguiram provar que há limites dessa influência sob os fatores da cultura, revelando inclusive que é possível coexistir uma vasta variedade cultural em uma mesma área (LARAIA, 1932).

A partir dessa ideia de determinismo geográfico, denota-se que as forças que influem diretamente no desenvolver da cultura estejam na própria cultura e na sua história, o que possibilita o romper dos limites e significâncias que, por sua vez, tomam novas roupagens no decorrer dos tempos (LARAIA, 1932).

Cabe ressaltar que a complexidade etnográfica, que se estende principalmente nas crenças, código moral e ético, nas artes e nos costumes locais; fortalecem o caráter cultural e garantem a pluralidade socioespacial de uma comunidade, conforme mostrado na manifestação popular dos diferentes lugares na Figura 09. Posto que a herança cultural, é nutrida com o passar das gerações, logo o tempo é constituído como agente de extrema importância para que haja a dinâmica no sistema cultural, sabendo que a mesma se renova calma e constantemente (LARAIA, 1932).

Esse cenário cultural manifesta a natureza do patrimônio cultural que, por sua vez:

[...]Estende-se a todas as formas de manifestações coletivas ou individuais remetentes às construções sociais materiais e imateriais que são referências para os grupos detentores, transmitidas entre gerações, e que estão relacionadas diretamente à memória social e à identidade de artefatos, indivíduos e lugares, incluindo-se as tradições" (REIS, 2010, p.27).

Visto que o patrimônio cultural é o resultado da soma da *paisagem natural*¹ com o produto que o homem faz através do uso desses recursos (LEMOS, 1982); a paisagem cultural, segundo Fernandes (2014), é formada pelo produto dessas transformações em determinado ambiente.

Desse modo, a diversidade conceitual empregada sob a paisagem cultural dá-se justamente pelas discussões entre o ambiente natural e o homem, que, conforme Prado (2004), pode

resultar em distintas paisagens morfológicas, sendo elas a paisagem rural, paisagem urbana e a paisagem industrial.

Figura 08 – Frevo Pernambucano e Afoxé Baiano.



Fonte: (SANTOS, 2018; FERNANDES, 2019).

É oportuno frisar que existe um embate filosófico entre a paisagem natural (tida como o conjunto de elementos hidrográficos, de geologia, flora e fauna) e a paisagem cultural (sendo o conjunto de elementos humanizados, ou seja, manejados pelo homem em meio urbano e rural); e sob a ótica da relação ambiente-homem, nos é revelado que é impossível existir uma paisagem puramente natural ou cultural, uma vez que é sobre o espaço natural que o homem projeta suas ambições e expectativas de desenvolvimento, essa última herança da era moderna.

Diante dessas considerações, Lynch (1997), reafirma o papel da arquitetura e do urbanismo no que se diz respeito a se apropriar, modificar e renovar a paisagem urbana conforme as novas necessidades humanas e o dever de debruçar-se sob a mesma, com a finalidade de analisar e intervir nesse processo. Dessa forma pode-se constatar que a paisagem urbana pode ser vista como o que foi a cidade e no que ela se tornou, com todas suas cicatrizes e marcos deixados pela coletividade e suas respectivas sensações espaciais que delas emanam; e é sob essa perspectiva que a presente pesquisa se desenvolve.

2.2 Patrimônio histórico: monumento, memória e valores

Segundo Choay (2006), a expressão "patrimônio histórico" assegura um bem e o destina a determinada comunidade, que por sua vez o usufrui. As edificações são exemplares desse patrimônio que se relaciona intimamente com a vida da população.

Os monumentos históricos, por sua vez, compõem parte dessa herança histórico-cultural de determinada área. "A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva." Pois, a relação entre o tempo vivido com a memória, configura sua função antropológica, ou seja, sua essência. (CHOAY, 2006, p. 18).

¹"A paisagem natural refere-se aos elementos combinados de geologia, geomorfologia, vegetação, rios e lagos, enquanto a paisagem cultural, humanizada, inclui todas as modificações feitas pelo homem, como nos espaços urbano e rural, [...] o que nos leva a inúmeros embates filosóficos acerca da pergunta: É possível afirmar que existem paisagens essencialmente naturais ou culturais?" (SILVEIRA, 2009)

Assim sendo, as obras arquitetônicas, ocupam de fato o centro da cena na história, no que diz respeito a “eternizar a lembrança de coisas memoráveis”². A memória, por sua vez, é parte integrante do imaginário coletivo social, segundo Pollak (1992), e deve ser compreendida primeiramente em sua individualidade, sendo subdividido entre acontecimentos pessoais e vividos pela coletividade, a exemplo dos pátios urbanos, presentes nos sítios históricos da cidade como é mostrado na Figura 09.

Nora (1993) diz que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.” Entretanto, é através da memória que se é transmitida a comunidade o sentimento de pertencimento e seus valores conforme o passar dos tempos. Como consequência é formada a identidade cultural do local, tendo o tempo como ponto essencial na manutenção desses, desses valores, conforme exemplificado por Coutinho (1998, p.78): “o tempo induz a tratamento artístico desde que se o considere por seus efeitos nas coisas da objetividade [...]”

Sendo assim, o espaço urbano-arquitetônico é construído a partir da disciplina de **valores**³ e suas respectivas acomodações, onde a coexistência empática dos mesmos resultam na atual dinâmica do local. Entretanto, esse espaço vive “sob o risco de dissolver-se por força de alguma alteração no maciço continente, alteração que se executa em face de motivos alheios à estética” (COUTINHO, 1998 p.74).

Figura 09 – Largo do Pelourinho, Salvador - BA.



Fonte: (PIXABAY,2018).

Dessa forma, observa-se que a ausência de valores de uma comunidade para com seus imóveis históricos acarreta não só no seu esvaziamento literal, mas também de seus significados e

consequentemente seu fim, como elucida Coutinho (1998, p.75):

[...] O desaparecimento, agora impossível de remediar-se, de toda uma série de conjunturas, em linguagem humana, que se verificou a expensas do estojo espacial; de modo a se poder dizer, de qualquer demolição, que ela representa uma segunda morte no tocante aos fatos que anteriormente aconteceram [...]

Posteriormente, na modernidade, com a chegada dos avanços tecnológicos, da automatização industrial e da globalização, as referências culturais se encontram em processos de mundialização e dentre os principais responsáveis pela divulgação e propagação desses valores, estava o cinema e a publicidade (PADILHA, 2006).

Conforme Padilha (2006, p.19), as noções de tempo e espaço também mudam com a chegada desta mundialização:

[...] mudam as noções de perto e longe; de passado, presente e futuro. Com a televisão, a internet e o avião, o outro lado do mundo fica próximo [...] O futuro parece sempre ultrapassado diante da velocidade das transformações guiadas pelos homens, e o presente parece eterno diante de um passado apagado e desinteressante.

Desse modo, é importante destacar que a adoção desse modelo não assegura a unificação. O que se tem visto é o oposto, uma vez que somente a minoria tem acesso às “maravilhas” dos efeitos da globalização (PADILHA, 2006). Certo dia, Frank Lloyd Wright, em *The living city*, descreveu de modo quase que premonitório o futuro da arquitetura nas grandes cidades:

Vastas áreas destinadas ao prazer, [...] os espaços de mercado, situados próximos a uma estrada, constituídos de grandes e extraordinários pavilhões, serão concebidos como lugares de troca não somente de produtos comerciais, mas também de produções culturais. Estas condições supõem, de um lado a integração da oferta comercial e, de outro lado, a distribuição de todos os produtos possíveis para as necessidades naturais da cidade viva. [...] Grandes facilidades de estacionamentos cômodos, livres ou vigiados. [...] Brevemente, deixando os corredores de circulação, poderemos nos encontrar nesses centros originais que não imitam os de outros países e encontrar neles, em meio ao caos normal do tráfego, tudo de que precisamos e que desejamos em nossa casa [...]. (WRIGHT apud CHARRE, 1996, p. 11-12)

Anos após essas declarações, são idealizados os primeiros shoppings centers. Esta revolução de teor inicialmente comercial, nascida nos anos 30, é a parte decisiva na formulação do que vem a ser nomeado como “nova cultura urbana” por alguns estudiosos. Entretanto, esses espaços precisam ser

³ “Os valores estéticos, artísticos, históricos e paisagísticos estão ligados, necessariamente, à lógica da fruição; não existem por si, mas em relação com sujeitos, na reciclagem identidade-objeto. Do mesmo modo, a cultura imaterial está intrinsecamente ligada à dimensão humana. Não há expressão possível do patrimônio cultural dissociado das pessoas que o ergueram e daqueles que lhe constituíram o destino.” (PIRES, 2010)

² Dictionnaire de l' architecture, t. 2, Paris, ano IX.

analisados à luz de uma duplicidade de olhares, para que seja possível construir uma visão geral daquilo que está sendo apresentado e daquilo que não está visível aos olhos, ou seja, enquanto sua essência contraditória.

Nessa perspectiva, são evidenciadas as dimensões do monumento enquanto parte fundamental no resguardo dos valores culturais e históricos de uma determinada população em determinado do espaço-tempo. O que nos permite reafirmar os conceitos e teorias de preservação e restauro dos respectivos tipos de obras e conjuntos arquitetônico-paisagísticos desenvolvidos ao longo da história, inicialmente tratado pelos inspetores do monumento histórico, na França, e desenvolvido através de nomes como Viollet-LeDuc (1814-1879), Camilo Boito (1836-1914), Alois Riegl (1858-1905), Cesare Brandi (1906-1988) e Gustavo Giovannoni (1873-1943).

Conforme foi colocado, o valor cultural materializado no patrimônio cultural, considerado nas representativas evidências do passado, formam a paisagem cultural de determinada sociedade, esse último, por sua vez, tem o papel de autenticar e testemunhar as transformações do conjunto construído.

2.3 A preservação do patrimônio em sítios históricos

Diante as inúmeras faces que a paisagem cultural incide adjunto às transformações ocorridas no espaço, a reflexão a ser apresentada dá-se na relação do papel do homem nesse contexto. Os estudos acerca dessa temática se debruçam sobre a permeabilidade da herança cultural no decorrer dos tempos, que formam e consolidam o imaginário coletivo e legitima o que vem a ser o patrimônio histórico.

O conceito adotado pela constituição brasileira de 1988, discriminado no artigo 216, define que os patrimônios culturais são:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Isso faz crer que os aspectos físicos e visuais configuram o jogo simbólico de valores comentado por Casado (2010), como a maior evidência de valores dominantes de uma comunidade, digo ainda que em determinada época⁴. Entretanto, a aplicação desse conceito, no âmbito espaço e sociedade, é frágil uma vez que as mudanças trazidas pelas novas dinâmicas socioespaciais exigidas pelo patrimônio, de maneira que seja pensado para as funções do presente, instituindo assim a identidade cultural-territorial de um imóvel ou conjunto.

Estudos minuciosos e teorias acerca da preservação do patrimônio construído são realizados desde do século XIX. Inicialmente a aplicação desses conceitos se dava através de ações de intervenção em edifícios preexistentes, seja ela por adaptação, reestilização ou restauro, entretanto, fundamentado pelo apelo à preservação dos valores estéticos-arquitetônicos contidos nas obras.

Com o passar dos anos, a maturação e refinamento dos chamados restauradores fizeram surgir críticas aos serviços e produtos por eles empregados e, nesse contexto, o italiano Camilo Boito (1836-1914), fazendo grande uso dos desenhos e das fotografias, analisava o complexo em sua generalidade espacial, bem como os detalhes que o objeto oferecia.

Em seus estudos sobre o monumento histórico e sua prática profissional como restaurador, atitudes como a remoção e demolição de ornamentos e acréscimos da posteridade, bem como a preservação da pátina, o que denota o interesse em preservar também a história contada pelas marcas do tempo, fizeram dele uma referência aos estudos contemporâneos de preservação e restauro (BOITO, 2008).

Prezando pelo valor documental dos monumentos, Boito (2008) considerava impróprios os acréscimos e renovações. Entretanto quando excepcionalmente era essencial para a preservação da obra, deveria ser feito de forma que não destoasse do conjunto, evidenciando a materialidade nova a ser aplicada restritamente ao necessário.

A retomada de elementos compositivos da época em que o monumento foi construído, buscando a unidade da forma ao seu suposto estado inicial, nos revela a inspiração de Boito (2008), em relação aos pensamentos do restaurador francês Viollet-le-Duc (1814-1879). Por sua vez, tido como o maior representante do intervencionismo, este último pregava a concepção ideal das obras históricas, utilizando os recursos da indústria a todo custo e evidenciando as alterações feitas no presente (CASADO, 2010).

Enquanto isso, o valor da rememoração e o valor do uso se sobressai sob os valores artísticos, uma vez que o valor do monumento está em seus aspectos sociais, enquanto as concepções de antiguidade e de rememoração tem o teor “*vagamente estético*”⁵, pregava as teorias de Alois Riegl (1858-1905), que por sua vez associava os aspectos histórico-artísticos como subjetivos e o uso dado ao monumento na contemporaneidade, como patrimônio (CASADO, 2010).

A análise de Riegl revela, [...] as exigências simultâneas e contraditórias dos valores de que o monumento histórico foi cumulado ao longo dos séculos. [...]. Esses conflitos, já esboçados por Boito no domínio da restauração, manifestam-se igualmente quando se trata da reutilização e, de modo mais geral, do tombamento dos monumentos históricos (CHOAY, 2001 apud CASADO, 2010, p. 85).

As considerações sobre o restauro defendidas pelo crítico de arte Cesare Brandi (1906-1988), consistia na observação da obra e os valores envolvidos na mesma sob a ótica de sua unidade potencial e, quando necessário, a intervenção deveria ter a intenção de reestabelecer a funcionalidade considerando a estética como a essência da intervenção e não o contrário; dessa forma, evitar a cópia trazida pelo falso histórico ou falso estético.

No contexto da contribuição dos *teóricos já citados*⁶, foi através de Gustavo Giovannoni (1873-1943) que a escala urbana começou a ser introduzida como patrimônio. Considerado por ele como um tecido vivo, os antigos conjuntos urbanos (cidades históricas) são pela primeira vez chamados de “Patrimônios Urbanos” uma vez que são vistos como um objeto independente e de dinâmica particular, em meio urbanizado (CASADO, 2010).

Diante disso, foram atribuídas à lógica urbana os respectivos valores históricos, artísticos e o protagonismo pedagógico, no sentido de fundamentar o duplo significado: a utilidade e a história. Segundo Casado (2010), Choay sintetiza a teoria de Giovannoni nos seguintes pontos:

1º) Todo fragmento antigo deve ser integrado num plano diretor local, regional e territorial; 2º) O conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere; 3º) Os conjuntos urbanos antigos requerem procedimentos de preservação e restauração análogos aos que foram definidos por Boito para os monumentos. (CASADO, 2010, p. 88)

A partir disso, Giovannoni evidencia o conceito da cidade como um patrimônio, em toda sua complexidade e particularidade. Grandes exemplos dessa ideia são as cartas patrimoniais,

tidas como os documentos de diretrizes para preservação, conservação, manutenção e restauro de patrimônios históricos. Em destaque a *carta de Veneza*⁷, 1964, em que determina a cidade e o ambiente como testemunho-patrimônio.

Diante disso, fica estabelecida a codependência do construído (artístico) com o ambiente, logo, adapta-se “a cidade velha” à vida contemporânea, respeitando o contexto ao qual foi concebido o espaço, sua temporalidade e seu estilo próprio. No contexto de pensar essa articulação da velha com a nova cidade e seus elementos na paisagem urbana, o objeto de estudo da pesquisa, o pátio de São José do Ribamar, que por sua vez se institui como um agrupamento urbano histórico, deve ser harmoniosamente transformado, ao invés de musealizado, com a finalidade de torná-lo habitável.

Face ao exposto, a proteção da paisagem e a expansão de seus usos e significados em determinados sítios históricos, bem como seus planos de intervenção paisagística, serão abordadas nos capítulos a seguir.

⁵ CHOAY, 2001 apud CASADO, p. 85, 2017.

⁶ Camilo Boito, Viollet-le-duc, Alois Riegl e Cesare Brandi.

⁷ Carta de Veneza, 1964, artigo 1º: “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.”

CAPITULO 03 - CASOS EXEMPLARES DE INTERVENÇÕES EM ÁREAS HISTÓRICAS

“A prioridade teórica do espaço sobre a escultura continente se ilustra com o fenômeno dos reparos a que normalmente se submetem as obras de arquitetura; reparos que incidem nos elementos da figuração, a fim de que se subtraia, da instância comum do tempo, o que de mais significativo sobra de um ser, de uns seres de determinada época”.

(Evaldo Coutinho, 1998)

3. CASOS EXEMPLARES DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS HISTÓRICAS

Os casos exemplares a serem apresentados foram selecionados de acordo com a proximidade de reabilitação proposta pela presente monografia. A abordagem escolhida foi através da Conservação Integrada, que, por sua vez, segue o raciocínio de exposição do histórico da área, o processo de intervenção realizada no local e a aplicação dos conceitos de valores, conjuntos e paisagens vistos anteriormente. Observa-se ainda as dificuldades enfrentadas em nome da sustentabilidade da intervenção e a herança econômica, social e cultural deixados pela reabilitação dos referidos núcleos históricos, bem como as perspectivas de equilíbrio dos novos usos.

3.1 Revitalização da Rua do Bom Jesus, Recife-PE

A rua do Bom Jesus é integrante do núcleo original da cidade do Recife, formado em 1537, que, por sua vez, funcionava inicialmente como suporte portuário de Olinda (a capital do estado na época). Foi palco de invasões, como a dos holandeses em 1630, e reconstruções, pelos portugueses a partir de 1654, até finalmente em 1827, ser instituída a capital da província (VIEIRA, 2006).

A valorização dos espaços sacros, seus adros, pátios e largos, pontos característicos da malha urbana do bairro do Recife, resultava no desenvolver dos mercados urbanos e comércios nesses espaços (ZANCHETTI, MARINHO, LACERDA, 1998). A Figura 10 nos mostra essa valorização e uso em 1880.

Somente no início do século XX é que começam as primeiras intervenções de reforma urbana na área. Estas tinham o objetivo de “modernizar” os centros históricos, em favor de exigências da elite da sociedade, as quais alegavam que as ruas estreitas e desalinhadas não estavam de acordo com as diretrizes higienistas e estéticas da época (LUBAMBO, 1988).

Esse momento da história da cidade foi marcado por perdas irreparáveis de monumentos históricos, que testemunharam o nascimento e desenvolvimento da cidade do Recife, como por exemplo a demolição da 1ª igreja da cidade (ver Figura 11), a Igreja do Corpo Santo (VIEIRA, 2006).

O processo de metropolização, por uma urbanização acelerada, tem início no Recife na década de 30 e tem seu auge em 1950, onde ocorre o fenômeno de esvaziamento do centro urbano, agravado pela falta de infraestrutura, denotando ao bairro a imagem de abandono e prostituição. A descentralização dos

espaços de economia urbana (comércio e serviços), propiciaram essa decadência da dinâmica socioeconômica que o centro do Recife possuía em seu início. Com isso, deu-se o ápice de sua desvalorização na década de 80. O bairro assim se tornou um referencial negativo a cidade do Recife (ZANCHETTI; MARINHO; LACERDA, 1998).

Figura 10 – Fotografia de Guilherme Gaensly da Rua do Bom Jesus, Recife - PE, em 1880.



Fonte: (GAENSLY, 1880).

Figura 11 – Fotografia de Francisco du Bocage da demolição da Igreja do Corpo Santo, bairro do Recife - PE, em 1913.



Fonte: (GAENSLY, 1880).

Diante dessa realidade, foi elaborado durante a gestão do governador Joaquim Francisco (1991-1994), o Plano de Revitalização do Bairro do Recife, que teve sua implantação iniciada a partir de 1993 e prossegue até os dias atuais, com devidos ajustes ao longo do tempo. A proposta estabelece a estrutura econômica e social das atividades a serem trabalhadas, a ocupação e a utilização do patrimônio ambiental e cultural, sob o viés da imagem social almejada para o bairro (VIEIRA, 2006). Para este plano foram pensados os seguintes objetivos:

Transformar a área em um Centro de Serviços Moderno, polo de concentração de comércio varejista e de serviços de caráter regional;
 Conservar o Patrimônio Histórico e Cultural do bairro através da vitalidade econômica, resgatando sua característica de espaço em constante transformação, que mantém os registros de todas as suas épocas históricas;
 Tornar o Bairro do Recife um espaço de diversão e lazer para a população da cidade;
 Tornar o Bairro do Recife um centro de atração turística nacional e internacional (RECIFE, 1997, p. 03).

De modo a alcançar estes objetivos, o plano observa a necessidade de uma nova legislação para o bairro; sendo assim ele ficou subdividido em setores com formas de intervenção próprias, são eles: o Setor de Renovação, o Setor de Consolidação e Setor de Revitalização (ver Figura 12).

Por sua vez, a rua do Bom Jesus está situada no setor de revitalização, considerando que é a área onde estão concentradas a maior parte das edificações de interesse histórico, a proposta é de melhoria das condições de uso e de qualidade ambiental junto aos proprietários dos imóveis. Dessa forma, a adaptação dos imóveis aos novos usos foi estimulada através de incentivos fiscais e parceria nos custos das obras. É importante ter presente que a área é a primeira a receber os investimentos previstos.

Concomitantemente ao plano, a Fundação Roberto Marinho, em meados de 1993, anunciou o projeto: Cores da Cidade (ver Figura 13). Este tinha o objetivo de receber a adesão dos proprietários na recuperação das fachadas do imóvel da rua do Bom Jesus, enquanto as tintas Ypiranga doariam as tintas a serem utilizadas e caberia a prefeitura revitalizar a infraestrutura e o espaço público (VIEIRA, 2006).

Figura 12 – Setores de Intervenção da revitalização do bairro do Recife.



Fonte: PCR, 1997, apud VIEIRA, 2008.

Figura 13 – Propaganda do projeto Cores da cidade.



Fonte: (VIEIRA, 2008).

A adesão dos proprietários aconteceu até o ano de 1994, onde ocorreram desapropriações de alguns imóveis pela prefeitura, cujos proprietários se recusaram a restaurar, sendo a própria prefeitura responsável pela restauração dos mesmos. Logo em seguida, a partir de investimentos nos imóveis feitos pela iniciativa privada, surgem os primeiros bares e restaurantes.

Por tudo isso, este foi o momento onde se tirou o Bairro do Recife da "inércia" cabida aos antigos centros urbanos, apesar de reconhecer que os mesmos possuíam dinâmica própria em relação ao restante do município e que por sua vez não alimentava o anseio de desenvolvimento social e econômico, nem tão pouco a sua preservação enquanto patrimônio (VIEIRA, 2006).

Conforme observado por Finguerut (1995), as cores utilizadas nas fachadas não remetem à realidade das cores originais dos edifícios históricos do local, sendo assim, o torna mais apelativo, uma vez que as novas cores chamam mais a atenção dos transeuntes.

A flexibilização, com vistas à atração de novos investidores, adotada pelo Escritório de Revitalização do Bairro do Recife (ERBR), resultou na adaptação do interior dos imóveis ao nível de acomodar a legislação vigente para atender as demandas do empreendimento. Sendo assim, essas readequações foram defendidas como uma concessão por serem imóveis de arquitetura civil e não como monumentos.

Nós estávamos na fase de provar que era viável, então a gente tinha que facilitar, flexibilizar. Mas tinham alguns limites. Quais eram? A volumetria do prédio era intocável, a cobertura tinha que se manter com peças originais, material original. Quer fazer uma laje em baixo faça, mas com a mesma inclinação e com telha de barro em cima. E as duas fachadas, tinha gente que só queria recuperar uma e a gente forçava a fazer as duas. Alguns até não fizeram. O grande problema era do ponto de vista interno e a própria legislação ela já era flexível em relação a isso. A rigor, a rigor, você podeocar um prédio todinho, tirar todos os pisos, e fazer um novo interior. Entrevista com Romero Pereira (apud VIEIRA, 2006, p. 121).

Essas concessões chegaram, inclusive, a afetar não só a paisagem do conjunto, mas também a volumetria do próprio imóvel, a mesma antes considerada intocável. A defesa frágil dessa flexibilização acabou por entrar em conflito no momento em que o maior valor patrimonial do bairro do Recife foi formado por arquitetura civil e este não isoladamente, mas sim de todo o conjunto; ideais esses expressos na Carta de Veneza em 1964 (VIEIRA, 2006).

Essas intervenções tiveram como característica principal o que se chamou de fachadismo, instituindo um cenário em meio urbano, em prejuízo à preservação do interior dos imóveis. A visão do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é de que no momento da implantação do plano:

[...] o programa de revitalização foi feito de forma dissociada do entendimento dos valores das edificações, destacando que nenhuma dessas intervenções foram aprovadas pelo IPHAN. Até o tombamento da área, que só ocorrerá no final de 1998, os projetos só necessitavam da aprovação da prefeitura. As alterações de requalificação permitiram transformações internas bastante profundas que, na leitura dos técnicos do IPHAN, demonstram o despreparo técnico para a condução do programa por parte do poder municipal. Entrevista com Fernanda Gusmão (VIEIRA, 2006, p. 125).

Em contrapartida, Zanchetti (1995) defende que a estratégia de gestão usada na implementação desse plano foi bem sucedida, em relação às práticas antecessoras a desse momento. Segundo ele, essas intervenções pouparam os cofres públicos e tiveram “efeitos multiplicadores”.

De modo similar, na atualidade, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Recife anuncia medidas a serem implantadas, de intervenção de caráter infra estrutural (como o embutimento de fios elétricos e de comunicação) e urbanístico (como a pedestrialização, ampliação de calçadas, implantação de parklets e ciclofaixas) a ser implementados na área, de modo a fomentar as atividades turísticas e gastronômicas desenvolvidas na área nos últimos anos (FONTES, 2019).

Conforme pode-se constatar nessa intervenção, o valor econômico foi a prioridade em detrimento aos valores culturais, com expectativa de atender ao objetivo instituído no plano de, através do resgate e da vivacidade econômica, conservar o patrimônio histórico-cultural, mantendo suas marcas temporais.

É oportuno frisar que a intervenção mostrada se apresenta como uma proposta contemporânea, sem falso histórico, sem desarmonizar com o entorno e sem impedir a leitura do conjunto.

Sendo assim, considerado como um exemplar moderno de intervenção em um centro histórico cercado de valores defendidos por teóricos do passado, conforme se pode constatar na Figura 14, com o registro do antes e depois da intervenção.

Figura 14 – Fotografia da rua do Bom Jesus antes e depois da intervenção.



Fonte: (RECIFE, 1997; NUNES, 2018).

3.2 Revitalização da cidade de São Luís - MA

Instituída em 1612, a cidade de São Luís do Maranhão foi fundada pelo explorador francês Daniel de la Touche. Entretanto, somente em 1615 os lusitanos conseguiram expulsar os franceses e conseguiram retomar o poder do litoral norte brasileiro. De modo a afirmar esse domínio português, foi adotada a estratégia de planejar o arruamento racional de modo regular, refletindo as ideias renascentistas de simetria nessa ordenação, o que em tese dirigiria o crescimento urbano da cidade (SANTO, 2004).

O processo de crescimento se deu através da extensão interiorana da ilha, nos séculos XVIII e XIX. Sua malha viária ortogonal, conforme mostrado na Figura 15, conferiu a São Luís uma particularidade urbanística distinta dos demais núcleos históricos do Brasil (VIEIRA, 2006).

Somente em meados do século XVIII, ocorreu o amadurecimento urbano-econômico e cultural da área. Nesse contexto, foram trazidos de Portugal azulejos e pedras de liós, que marcam hoje o conjunto arquitetônico na cidade (SANTO, 2004).

Figura 15 – Mapa de São Luís – MA em 1640.



Fonte: (PEREIRA, 1992).

Somente em meados do século XVIII, ocorreu o amadurecimento urbano-econômico e cultural da área. Nesse contexto, foram trazidos de Portugal azulejos e pedras de liós, que marcam hoje o conjunto arquitetônico na cidade (SANTO, 2004).

Vários exemplos podem ser citados como reflexo deste ciclo e desenvolvimento econômico: a iluminação a gás hidrogênio em 1863, transporte de bondes puxados a burro em 1871, os chafarizes (1874), o calçamento de diversas ruas e a elaboração de vários Códigos de Postura que reforçavam os ideais centrais do plano de Frias de Mesquita (VIEIRA, 2006, p.198).

A evolução da cidade, com tendências interioranas, acarretou o abandono progressivo desse espaço, outrora central, uma vez que o uso residencial passou a dar lugar aos do comércio e de serviços, além de instituições público-administrativas. Essa expansão somente foi consolidada através da urbanização, na década de 60.

Isto posto, esse núcleo histórico permanece sem mudanças significativas no que diz respeito aos aspectos arquitetônicos-urbanísticos e paisagísticos de seu período de consolidação. Entretanto a falta de medidas preventivas, de manutenção e conservação resultaram na depredação do conjunto, salvo exceções de novos edifícios modernistas.

Ainda na década de 60 surgiram os primeiros estudos acerca do conjunto arquitetônico-paisagístico e artístico de São Luís por iniciativa de representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Uma das primeiras medidas adotadas pela prefeitura foi a criação do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP-MA), inclusão de um capítulo voltado a preservação no plano Diretor de São Luís em 1974 e o primeiro investimento deu-se na implantação do Anel Viário (1972-1985), que propunha resguardar o tráfego do núcleo histórico (VIEIRA, 2006).

A partir da I convenção da Praia Grande, promovida pelo governo do estado em parceria com o IPHAN, em 1979, que por sua vez foi motivada pelo trabalho do inglês John U. Gisier, entre 1977 e 1979, onde o mesmo propunha uma revitalização da área, resultou na formação do grupo de trabalho e a comissão de coordenação, guiados e mantidos pela secretaria de planejamento do estado (SEPLAN-MA).

Caracterizado por grande participação popular, em priori os comerciantes da área, o projeto intitulado "Projeto Praia Grande: programa de obras para o Largo do Comércio e adjacências, 1981"; demarcava a área de influência e de ação do plano de obras pré-definidos para a área. Tendo o amplo objetivo de:

Revitalização de um núcleo comercial, cultural e social na área de maior interesse histórico de São Luís e inclui os seguintes objetivos específicos: propiciar a fixação da população de baixa renda residente na área; promover o turismo cultural [...]; dinamizar o comércio varejista [...]; adequar os serviços públicos [...]; incentivar a fixação na área de atividades culturais, habitacionais, varejista e de lazer, promovidas quer pelo poder público quer pela iniciativa privada; estabelecer um núcleo de atração para estimular uma participação mais ampla da comunidade na revitalização e na preservação da área histórica (MARANHÃO, 1981, p. 07).

A ideia de implementar equipamentos que fossem multiplicadores deu-se através da aquisição de imóveis na área e implantação de comércio e serviços que propagassem esse efeito, distribuídas conforme mostrado na Figura 16. Foi parcialmente finalizada em 1989, ficando posteriormente conhecida como o "Projeto Reviver".

As políticas adotadas no documento acima mostrado expressam-nos propostas pontuais desenvolvidas por incômodo do estado sob o que estava submerso em meio ao completo abandono e descaso, por anos. Essa ideia de tornar o núcleo histórico da cidade em um "núcleo atrativo", destacando a abordagem social adotada em todo o processo e através da mudança ou implantação de novos usos, nos denota que o valor patrimonial (este aqui consolidado com os aspectos dos valores culturais) se funde ao valor econômico instituído pela proposta de intervenção, que, por sua vez, traz a manutenção do valor histórico atribuído ao conjunto da área.

Posteriormente, já em 1987, surge o Projeto Reviver (continuação do projeto da Praia Grande), que visava reconstruir e revitalizar imóveis da área. Em primeiro momento, as intervenções se deram nas obras de recuperação de imóveis pontuais, devido ao estado avançado de ruína conforme explicitado na Figura 17.

Figura 16 – Mapa de São Luís – MA em 1640.



Fonte: (PEREIRA, 1992).

No andamento das intervenções, a área se tornou um grande canteiro de obras de infraestrutura, como saneamento e drenagem; foram realizadas no total a recuperação de 200 imóveis (todos eles pertencentes ao governo do estado), totalizando uma área de 107.000 metros quadrados de espaço urbano (ANDRÉS, 2006). Os valores de rememoração e patrimoniais são observados nesse contexto da presente intervenção em medida que:

A praça do Comércio recebeu o plantio de árvores, recuperando-se a sua paisagem original conforme as fotografias do final do século XIX. [...] A nova iluminação pública passou a ser feita através de lâmpões e postes de ferro fundido, conforme os modelos de iluminação a gás do mesmo período. [...] projetados a partir de fotos do início do século (PEREIRA, 1992, p.16 e 29).

Figura 17 – Estado de degradação bairro da Praia Grande antes do projeto Reviver.



Fonte: (PEREIRA, 1992).

As intervenções, de modo geral, se deram na restauração de um cenário urbano baseada na documentação iconográfica de São Luís. Contudo, esse desejo pela recuperação resultou no comprometimento da autenticidade do conjunto, pela falta de sensibilidade e adaptação destoante do interior para com o exterior; o que produziu no final alguns exemplares de pastiche (VIEIRA, 2006).

Através desse investimento maciço do governo do estado do Maranhão, a expectativa é de que a iniciativa privada viesse a fluir na área e assim trazer a dinâmica dos valores econômicos, que girariam em torno do turismo e das atividades culturais locais. Apesar dos valores culturais consolidados nos valores patrimoniais da área não terem sido afetados no quesito de intervenção "modernizadora", o teor do historicismo presente nas mesmas diluiu o valor de autenticidade de todo o conjunto.

A inclusão de investimentos privados se dá de maneira tímida, sendo o governo do estado o único provedor de recursos para a continuidade do programa de preservação da área e, por esse trabalho, o núcleo histórico de São Luís veio a se tornar Patrimônio da humanidade pela UNESCO no final de 1997, recebendo assim um financiamento do BID na ordem de 40 milhões de reais para fins de investimento em intervenções e também no levantamento detalhado da área, o que incluiu o mapeamento do estado de conservação de cada edificação (VIEIRA, 2006).

Com o investimento, foram realizadas intervenções nos mais diversos exemplares do estilo neocolonial, eclético e fachadas com elementos art nouveau. É válido ressaltar que as referidas intervenções utilizaram materiais contemporâneos e dessa forma visava respeitar o patrimônio. Um exemplo interessante a ser exposto é o caso da integração arquitetônica defendida pela superintendente do IPHAN, como mostrado na Figura 18. Ela dizia que:

[...] você tem uma quadra onde existe um terreno vazio. A quadra está toda completa com exceção daquele terreno vazio. Você pode construir desde que o projeto proposto se integre ao volume da quadra. Porque você não vai fazer um pastiche, você não vai fazer uma cópia, mas você vai fazer uma integração. [...] Você recompõe a quadra com volumes compatíveis, preservando a ambiência. Essa seria a Integração Arquitetônica: é integrar um elemento novo a um conjunto que tem um determinado volume e ritmo [...] Entrevista com Kátia Bogéa (VIEIRA, 2006, p. 223).

Figura 18 – Exemplos de “integração arquitetônica”: Clube dos diretores lojistas e o auditório da escola de arquitetura – UEMA.



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2017).

Como foi demonstrado, ambos edifícios se localizam na mesma rua, um em cada extremidade, e não se mistura aos demais, apesar de notarmos a harmonização com o conjunto através da releitura de aberturas, esquadrias e cores, mesmo sem apresentar elementos reconstruídos como por exemplo a cimalha. Tudo isso remete à ambiência do cenário desse núcleo histórico e reafirma seus valores de conservação, de patrimônio e como consequência sua valorização turística.

É oportuno ressaltar a inserção de um subprograma de promoção social e habitação, entre 2001 e 2002, com a proposta de desenvolvimento comunitário, projetos habitacionais, infraestrutura do tecido urbano e serviços públicos básicos. A parceria entre o governo do estado, com a prefeitura de São Luís e a PRODETUR, responsáveis pelo sucesso da iniciativa, tinha como público alvo das novas moradias os funcionários públicos do estado, com destaque aos que trabalhavam no centro histórico (VIEIRA, 2006).

Sendo assim, a proposta seria realizada em duas etapas. Na primeira seriam entregues 10 imóveis adaptados ao uso residencial, totalizando 82 unidades habitacionais e mais 37 térreos ativos composto por lojas. No segundo momento, seriam escolhidas outras 6 edificações, resultando em 31 unidades de habitação e 14 lojas no térreo (VIEIRA, 2006). É pertinente mencionar uma intervenção adaptada para uso habitacional, inaugurada em 2001, destinada aos artistas locais, intitulada “Morada das Artes”. Esse espaço visava fazer um intercâmbio cultural de diversos artistas locais, além de realizar exposições e a venda de seus respectivos trabalhos (SANTO, 2006).

Por motivos de entraves políticos, a continuidade desse subprograma foi comprometida, cabendo ao município agir timidamente em seus investimentos para o seguimento da iniciativa. Esse foi um momento de maior interesse da iniciativa privada na área e coube à gestão municipal as decisões de planejamento sobre os atores patrimoniais da área.

Já no final de 2017, foi firmado um convênio entre a prefeitura de São Luís com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com vistas ao incentivo do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PROCIDADES BID. O programa, por sua vez, atinge pontos estratégicos de ativação aos processos de revitalização urbana, cultural, habitacional e econômica que, mediante a gestão municipal, espera obter esses resultados conforme:

- 1) O financiamento de atividades destinadas a acelerar os processos de revitalização urbana e melhoria das dinâmicas econômicas e culturais,
 - 2) A contratação de uma empresa de consultoria para realizar um diagnóstico e desenvolvimento estratégicas de intervenção para tratar de várias questões habitacionais, e
 - 3) Medidas para fortalecer a gestão do município.
- (LUÍS, Prefeitura de São, 2017, sob processo nº 17944.000531/2009.91).

Face ao exposto, pode-se afirmar que os valores de conservação e patrimônio denotados nessa intervenção realizada no núcleo histórico de São Luís, no Maranhão, nos explicita a fragilidade da aplicação desses conceitos na prática, uma vez que as flexibilizações e adaptações dos imóveis, necessários aos usos contemporâneos, desperta através do valor econômico, o processo de gentrificação, que foi diretamente combatido através da dinâmica de implementação de equipamentos urbanos e habitação popular na área em questão. Em contrapartida, observamos a aversão aos falsos históricos e os benefícios paisagísticos da aplicação da expressão contemporânea sem desarmonizar o conjunto.

3.3 Revitalização do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, Varadouro - PB

Fundada em 1585, pela coroa portuguesa, João Pessoa surge, margeado a direita pelo rio Sanhauá, com suas primeiras edificações e instituições primeiramente com o objetivo de povoamento, comércio e controle alfandegário. Dando suporte ao seu entorno de desenvolvimento socioeconômico surge o Porto do Capim, na *cidade baixa*⁸, hoje conhecida como o bairro do Varadouro (SILVA, 2016).

Na área é possível encontrar imóveis dos mais diversos períodos da história, desde do Brasil colônia até os dias atuais, o que confere ao conjunto valores históricos e patrimoniais de grande valia. Em consequência disso, os primeiros olhares lançados sob o núcleo dá-se em 1930, sendo alvo de tombamento federal e com a fundação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em 1971 e mais tarde através do plano Diretor, em 1975, que delimitou a primeira poligonal de definição do centro histórico da área (SILVA, 2016).

Os processos de urbanização, na intenção de modernizar o espaço urbano, tendência das cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Salvador e Recife na década de 30, resultou na mudança da dinâmica econômica, interação social, consequentemente nos valores atribuídos ao conjunto em meio urbano.

A malha urbana da área é demarcada pela monumentalidade de alguns imóveis instituídos como importantes, típico do traçado luso-brasileiro colonial, demarcam o processo inicial do desenvolvimento da cidade, este que, por sua vez, como explicitado por Moura (2010), foi brutalmente alterado pelas novas estéticas e mudanças da relação das pessoas com o presente espaço urbano.

Segundo Vidal (2004), essa busca constante pelo moderno e o progresso, agentes fomentadores do capitalismo, produz formações urbanas que provocam transformações de modo que as construções se sobreponham entre si, e com isso aos poucos vão perdendo em significado, forma e memória restando às antigas estruturas uma paisagem de obsolescência.

Com a formação da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico em 1987, surgiram os primeiros estudos socioeconômicos, de histórico e tipologia dos imóveis da área do centro histórico de João Pessoa. De início foi elaborado um plano de propostas que englobava as intervenções nos imóveis, seus usos e ocupações; infraestrutura urbana; zoneamento; malha viária e pedonal e as áreas verdes (SILVA, 2016).

Sendo sistematizado por prioridades, em casos de risco de perda do patrimônio edificado, instituindo pela Comissão Permanente (1987, p.54), assim, as seguintes 26 intervenções pontuais emergenciais:

- 01 - Praça São Francisco,
- 02 - Horto São Francisco,
- 03 - Pç Dom Aauto,
- 04 - Conjunto Carmelita,
- 05 - Rua D. Pedro I,
- 06 - Pç Dom Ulrico,
- 07 - Rua Vigário Sarlem,
- 08 - Igreja de São Bento,
- 09 - Rua General Osório,
- 10 - Casa dos Azulejos,
- 11 - Pça Anthenor Navarro,
- 12 - Largo de São Frei Pedro Gonçalves,
- 13 - Rua Pe. Antonio Pereira,
- 14 - Lad de S. F. P. Gonçalves,
- 15 - Antigo Hotel Globo,
- 16 - Prédio N° 2,
- 17 - Antiga Alfandega,
- 18 - Fábrica Tito Silva,
- 19 - Pç Rio Branco,
- 20 - Av. Miguel Couto,
- 21 - Rua Duque de Caxias,
- 22 - Pç Vidal de Negreiros,
- 23 - Pç 1917,
- 24 - Pç João Pessoa,
- 25 - Pç Venâncio Neiva e
- 26 - Ribeira do Rio Sanhauá.

Somente em 1998 se iniciam as intervenções na Praça Anthenor Navarro, acesso principal ao Largo de São Frei Pedro Gonçalves, e o largo propriamente dito. A área repleta de exemplares em estilo Art Decó e eclético, típicos de sua formação datada entre 1930 e 1940, se encontrava subutilizada e em estado de degradação avançado.

A partir dessas considerações, buscava-se através da revitalização criar uma nova imagem face ao patrimônio cultural através das novas formas de sociabilidade oferecida por meio da dinamização do turismo na área, assim como foi feito nas históricas metrópoles de Salvador (BA) e Recife (PE).

Com verbas advindas do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o governo do Estado da Paraíba e a prefeitura municipal teve como principal objetivo promover a revitalização e reestruturação urbana, recuperar o casario do entorno, inibir o uso abusivo do automóvel na área e consolidar o núcleo como um espaço de permanente efervescência cultural, lazer e entretenimento, trazendo assim a dinâmica do turismo, este por intermédio do Marketing Urbano criado na área, atraídos pelas novas instalações de bares, restaurantes, ateliers, lojas e com isto refletiu-se sobre a população o reconhecimento da área como o centro histórico de João Pessoa (SILVA, 2016).

⁸ O conjunto urbano de João Pessoa é composto por dois núcleos históricos: Cidade alta e a Cidade Baixa ou Varadouro; ambas com dinâmicas diferentes no âmbito social, político, religioso e econômico.

Diante dessa realidade, a mesma iniciativa tomada em Recife (PE), através do programa Cores da Cidade, conforme exposto na figura 20, foi implantada nos imóveis da área, que por sua vez receberam novos usos relacionados ao lazer e entretenimento, demanda essa instituída pela indústria do turismo da área. A passos firmes, a dinâmica do local foi se adaptando e as atividades que não condiziam com as novas expectativas foram transferidas para ruas próximas.

Repetiu-se em João Pessoa não só a estratégia de pintar fachadas com cores fortes, mas também as parcerias entre os órgãos público e privados, incluindo-se os pequenos empresários instalados na Praça Anthoner Navarro [...]. Firmou-se assim, desde o período de 1997-2002, nova imagem, narrativas e usos no centro histórico. Em todas as notícias dos jornais locais, recorria-se à imagem da origem da cidade e à ideia de que o patrimônio cultural passaria de abandonado e em ruínas para algo dinâmico, vivo, com cores e efervescência cultural. Esta seria a forma que possibilitaria transformar aquele patrimônio em mercadoria nova e explorá-lo para o consumo cultural e turístico (SCOCUGLIA, 2004, p. 49).

Em última análise, esse núcleo histórico, antes instituído como convergente de mercadorias, informações e pessoas (com a função de reunir e integrar os fluxos vindos das demais áreas da cidade e de outros lugares) assim como de dispersão dos mesmos para outros pontos do município, revela-nos hoje todo o potencial a ela atribuído enquanto parte importante da história e da memória de toda cidade (Figura 19).

Figura 19 – Fotos comparativas do Largo de São Pedro Gonçalves.



Fonte: Fotos antigas de Moura, 1983 e fotos novas do Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2011.

Por tudo isso, a semelhança dos casos de intervenção apresentados no quesito de valores, onde o valor memorável, histórico e cultural, tiveram a manutenção, em parte adequada, trazidos pelo valor econômico e consequentemente o valor patrimonial. Essas interferências, nesse meio histórico, trouxeram a vivacidade de uma cidade contemporânea na conjuntura da antiga cidade rememorando a sua importância enquanto identidade de um povo e reafirmando-a sob uma nova imagem, não com uma ideia de sobrepujância, mas com novos usos e ocupações que condizem com o momento atual vivenciado pela sociedade.

Conforme ressaltado, as intervenções mostradas apresentam, de forma geral, diretrizes de unidade compositiva e consideram o monumento e todo seu entorno, conceitos esses adotados por Camilo Boito e Gustavo Giovannoni, além de trabalhar os três eixos que incidem sob os sítios históricos (urbano, arquitetônico e o paisagístico).

Com essas ações, o “novo espaço” proporciona a agregação de novos valores, como o valor econômico, e a manutenção de outros, como o valor da rememoração e cativam a ativação sociocultural do espaço histórico através de novos usos e iniciativas, conferindo ao local a utilidade cabida e ressaltando a sua história, conforme pregado por Gustavo Giovannoni.

The background of the page is a complex architectural drawing. It features several overlapping geometric shapes, primarily triangles and quadrilaterals, defined by thin black outlines. These shapes are filled with different patterns of brown hatching: some have parallel lines, some have diagonal lines, and some are solid grey. The overall composition is abstract and geometric, suggesting a floor plan or a section of a building.

CAPITULO 04 - ANÁLISE DO PÁTIO DE SÃO JOSÉ DO RIBAMAR

“Ocorrem temporalidades no seio da inteporalidade: o vazio idêntico a ele mesmo, conquanto imaculado da intromissão de qualquer valor dos que surdem pela porta como um objeto que vem a ser a mais, como um visitante que o altera com a sua presença, o espaço da arquitetura, tal virginalmente combinou o arquiteto, ordena em si umas transcorrências que se inscrevem na duração, no tempo que se disciplina consoante o criador da obra”.

(Evaldo Coutinho, 1998)

4. ANÁLISE DO PÁTIO DE SÃO JOSÉ DO RIBAMAR

A análise no desenrolar desse capítulo se dá com a finalidade de explicitar a integridade do patrimônio para assim propor intervenções que respeitem e garantam a autenticidade do conjunto, guiado e sujeitado às especificidades da legislação em vigor para as áreas de interesse histórico na cidade do Recife. É válido ressaltar que não possui legislação estadual que incida sobre a área, sendo assim a legislação federal e a legislação municipal os reguladores do espaço estudado.

4.1 Legislação e instrumentos vigentes

4.1.1 Legislação Federal

Conforme assegurado na Constituição Federal de 1988, no artigo 216, que indica o conjunto das referências que compõem a identidade e cultura de toda sociedade brasileira, ao qual o patrimônio vem a ser referenciado como máxima nessa afirmação; bem como a conceituação de patrimônio seguido de seu tombamento, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) inclui todo o acervo no tombamento da Igreja de São José do Ribamar, bairro de São José no Recife; com inscrição no livro de tomo histórico nº 469, de 08/04/1980 e livro de tomo Belas Artes nº 535, de 08/04/1980.

Por sua expressão híbrida do século XIX, no contexto de sua demorada construção, por reproduzir elementos desde o rococó ao neoclássico, o patrimônio tombado testemunha a última fase do Barroco regional, tendo em vista a perda de seu exemplar mais expressivo, a Igreja de Nossa Senhora dos Martírios (demolida pelo prefeito do Recife Augusto Lucena (1971-1975) para a criação da Avenida Dantas Barreto), apesar da Igreja de São José do Ribamar não possuir os mesmos atributos estilísticos e requinte, ela representa a região e a 2ª metade do século XVIII (COSTA, 1976).

A pesquisa que embasou o tombamento foi realizada pelo colaborador do 1º distrito do IPHAN, o engenheiro Antônio Menezes e Cruz, sendo agilizado o pedido de tombamento pelo Ayrton de Almeida Carvalho (chefe do 1º Distrito do IPHAN), em frente aos vários processos na área referentes a construção e reforma. *A referida pesquisa instituiu o patrimônio como parte integrante da feição da cidade e, portanto, preservar sua índole é preservar a memória nacional*⁹.

É necessário ressaltar que, segundo a recomendação de Costa (1976), os casarios da circunvizinhança deveriam ser mantidos com um baixo gabarito, bem como o gabarito das casas que lhe ficam próximas.

Posteriormente, em agosto de 1984, no 110ª Conselho consultivo do IPHAN, foi oficialmente reconhecida a delimitação das áreas de entorno dos patrimônios tombados com o objetivo de assegurar a integridade da vizinhança, propiciando-lhes adequada ambiência e visibilidade, sendo um total de 8 áreas de entorno, distribuídos nos bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista; ou seja, toda e qualquer intervenção ou reforma a ser realizada nessas áreas necessita-se da apreciação e aprovação do IPHAN, conforme descrito no decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937:

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (BRASIL, 1937, artigo 18).

Com essa iniciativa buscando-se estruturar as cidades de forma multipolar, entretanto, é ressaltada a indispensável ação do município em legislar sobre o uso do solo urbano, gerir e fiscalizar essas devidas restrições urbanísticas nas dadas áreas históricas de preservação da cidade do Recife.

4.1.2 Legislação Municipal: Plano Diretor e LUOS

A lei de nº 17.511 de 29 de dezembro de 2008, promove a revisão do Plano Diretor do município do Recife, um dos instrumentos de gestão das políticas urbanas, asseguradas pela Lei federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), conforme exposto no artigo 4 o objetivo de efetivar a função social da propriedade no meio urbano "assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, à acessibilidade e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas na legislação urbanística vigente" com vistas a:

- I - Habitação, especialmente de interesse social;
- II - Atividades econômicas geradoras de trabalho, emprego e renda;
- III - Proteção e preservação do meio ambiente;
- IV - Proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural;
- V - Equipamentos e serviços públicos; e,
- VI - Usos e ocupações do solo compatíveis com a infraestrutura urbana disponível ou projetada.

Dessa forma, o Plano Diretor do Recife define o objeto dessa pesquisa, o pátio de São José do Ribamar, como uma área com potencialidade paisagística, físico-estrutural, cultural e econômica para implantação de projetos especiais, conforme o artigo 193, inciso XI.

⁹ Elogios tecidos pelo Assessor do Ministro de Educação e Cultura, Fernando Candido da Silva Pereira, em 28/08/1978.

Por pertencer à Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), conforme mostrado na Figura 21 extraída do anexo 02 do plano diretor do Recife, toda e quaisquer intervenção deve passar por uma análise especial do órgão competente, nesse caso o IPHAN.

Ainda segundo o Plano Diretor do Recife, é apontada a lei de nº 18.046 de 25 de julho de 2014, que regula a ZEPH 08 – Boa Vista e institui um plano específico para os Setores de Preservação Ambiental (SPA) nessa área. No entanto, essa lei não engloba a ZEPH 10 – Santo Antônio/ São José, ao qual o objeto de estudo está inserido, logo, algumas das diretrizes para a área estudada estão referenciadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) de nº 16.176 de 09 de abril de 1996 em vigor no município do Recife.

Conforme o artigo 1º e 3º da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), são definidos como objetivos gerais das normas contidas nessa lei: a regulação urbanística, considerando as características geomorfológicas do território municipal, bem como a delimitação física, infraestrutural, do solo e as paisagens natural e construída; bem como a gestão e organização do espaço urbano no município, tendo como princípio fundamental à função social da propriedade urbana.

Figura 20 – Recorte das Zonas especiais instituídas pelo plano diretor do Recife.



Fonte: (RECIFE, 2008); editado pelo autor, 2020.

De modo similar ao Plano Diretor do Recife, a LUOS, enquadra o pátio de São José do Ribamar na unidade urbana 04, pertencente a Zona de Diretrizes Específicas (ZDE), que por sua vez são áreas demarcadas por características específicas, demandas de preservação e de tratamento especial enquanto a intervenções.

Na ZEPH-10, Santo Antônio e São José, a área estudada está inserida no Setor de Preservação Rigorosa 04 (SPR-04), que, por sua vez “é constituído por áreas de importante significado histórico e/ou cultural que requerem sua manutenção, restauração ou compatibilização com o sítio” (RECIFE, 1996, art 16, inciso I).

Conforme regulamenta a SPR 04, a área em estudo não possui parâmetros urbanísticos definidos, uma vez que é considerada um *espaço non aedificandi*, sendo as intervenções outorgadas pela Comissão de Controle Urbanístico (CCU), regulada pela lei nº 17.879 de 19 de junho 2013 e sujeita a uma:

Análise especial para cada caso, a critério do órgão competente, objetivando a restauração, manutenção do imóvel e/ou sua compatibilização com a feição do conjunto integrante do sítio, sendo permitida a demolição dos imóveis cujas características não condizem com o sítio (RECIFE, 1996, anexo 11).

É oportuno frisar que dentre essas restrições reguladas pelo anexo 11 da LUOS, não serão permitidas modificações no parcelamento do solo, remembramento e desmembramento, entretanto pode haver a interligação entre os imóveis em sua parte interna, contanto que não haja interferência na leitura volumétrica dos mesmos; conservar as edificações sem afastamentos laterais e por fim, deve ter tratamento paisagístico regulado por plano específico, como exemplo o plano específico para ZEPH-08 realizado pela FUNDARPE, que até o presente momento a ZEPH-10 não possui.

4.1.3 O Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife – PPSH / RMR

Criado com uma abordagem sistêmica para gerenciar a conservação urbana do Recife, o Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana no Recife (PPSH/RMR), foi elaborado em 1978, com o objetivo de orientar o planejamento urbano visando a preservação do patrimônio cultural da RMR (RAMOS, 2006).

Com ações estratégicas que assegurem a convergência das intenções de desenvolvimento socioeconômico e de preservação das manifestações culturais da RMR (como forma de manutenção e sustentação desse processo de desenvolvimento),

¹⁰ “espaço non aedificandi” em latim significa: espaço onde não é permitido construir.

inventariar, diagnosticar e preservar esses sítios históricos; o plano prevê incorporar à legislação, junto à recursos para execução de projetos de regularização e preservação dos sítios históricos da RM, visto que segundo a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (DPPC Recife), 2018, de 380 imóveis situados no SPR-4 da ZEPH-10, em 2015, cerca de 70% estavam descaracterizados/substituídos.

Mediante a constatação da grande variedade entre os sítios históricos analisados, os mesmos foram subdivididos em sete categorias diferentes. São elas 01- sítios tombados pelo IPHAN (tombamento federal), 02- conjuntos antigos, 03- edifícios isolados, 04- povoados antigos, 05- sede de engenho, 06- ruínas, 07- vilas operárias. Sendo do município do Recife o maior número de sítios históricos (31) da *região metropolitana do Recife*¹¹.

Respeitadas as características individuais de cada uma delas, foi realizado um procedimento analítico específico, processado o levantamento cadastral e classificação de época, grau de descaracterização (preservados, modificados ou descaracterizados) e ainda foi feita uma hierarquização dos sítios em nível de preservação (RAMOS, 2006).

A análise dos valores culturais se deu na singularidade do valor histórico e urbanístico, de implantação do conjunto e também do potencial de atratividade dos mesmos. Em destaque o objeto de estudo dessa presente pesquisa que se encontra enquadrado na categoria 02 – conjuntos antigos, que segundo Menezes, 2019: “engloba os complexos urbanos notáveis, formados por edificações típicas, ora contendo exemplares de excepcional arquitetura, ora constituindo núcleos de forte significado histórico para a cidade onde se situam”.

O diagnóstico do PPSH/RMR apresentou como destaque para o sítio histórico de Santo Antônio e São José o seu acervo considerável de edificações antigas do século XVIII, XIX e do início do século XX, constituindo vários conjuntos, onde se observa, em grande parte, o traçado primitivo da trama urbana, sobretudo no Bairro de São José, caracterizada pelas ruas estreitas, becos, vielas tortuosas e pátios. MENEZES, 2019, p. 10.

Ademais o exposto no inventário, a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), foram responsáveis pela elaboração do referido plano, definiram-se normas de uso do solo e os níveis de intervenção necessários para a requalificação do determinado sítio. Conforme mostrado na Figura 21, o plano deu origem aos projetos e enquadrou a área do pátio de São José do Ribamar no projeto 04, de acordo com as

demandas de atividades na área, recomendando assim seu estímulo e manutenção. Atividades essas retratadas para uso habitacional, associado a comércio e serviços (marcados em azul), no qual o objeto de estudo da pesquisa se insere e os de uso predominantemente residencial (marcado em laranja).

Figura 21 – Recorte das Zonas especiais instituídas pelo plano diretor do Recife.



Fonte: Menezes, 2019; editado pelo autor, 2020.

Com as informações ressaltadas acima, se faz oportuno observar que a cidade do Recife tem hoje um centro histórico bem resguardado legalmente em termos de paisagem e identidade urbana, entretanto, vê-se um crescente empobrecimento cultural da área estudada, decorrente da ausência da consagração dos valores atribuídos ao pátio, fruto da carente educação patrimonial dos proprietários e usuários, aliada a deficiência no controle, fiscalização e punição sobre as demandas, atividades e consequentemente as reformas que ali são desenvolvidas. Por fim, esse problema condena os esforços de preservação pensados para todo o sítio histórico bem como as alternativas propostas para ordenação e os usos do solo com finalidade comercial e habitacional.

4.1.4 Lei de ordenamento publicitário no espaço urbano do município do Recife

Com o objetivo de normatizar a veiculação de anúncios e ordenar a publicidade do espaço urbano do Recife, considerando a paisagem urbana e todos os seus elementos, são adotados para fins da lei nº 17.521 de 29 de dezembro de 2008, nos termos da Lei Orgânica e do Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife (PDCR), segundo o artigo 1º e 2º da referida lei.

Visando a ordenação da paisagem, o conforto ambiental, a melhora na qualidade de vida urbana e preservação das características da cidade (em especial o patrimônio histórico-cultural); no artigo 3º, essa lei assegura:

¹¹ É oportuno ressaltar que no ano de 1978 a RMR era composta por apenas 9 municípios: Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.

I - o bem-estar estético, cultural e ambiental da população; II - a segurança das edificações e da população; III - a valorização do ambiente natural e construído; IV - a segurança, a fluidez e o conforto nos deslocamentos de veículos e pedestres; V - a percepção e a compreensão dos elementos referenciais da paisagem; VI - a preservação da memória cultural; VII - a preservação e a visualização das características peculiares dos logradouros e das fachadas; VIII - a preservação e a visualização dos elementos naturais tomados em seu conjunto e em suas peculiaridades ambientais nativas; IX - o fácil acesso e utilização das funções e serviços de interesse coletivo nas vias e logradouros; X - o fácil e rápido acesso aos serviços de emergência, tais como bombeiros, ambulâncias e polícia; XI - o equilíbrio de interesses dos diversos agentes atuantes na cidade para a promoção da melhoria da paisagem (RECIFE, 2008, artigo 3º).

Considerando que a instalação de anúncios de publicidade por parte do comércio local seja um dos pontos que mais descaracterizam a paisagem histórica, esse instrumento em seu artigo 4º define diretrizes a serem observadas na colocação desses elementos que irão compor a paisagem urbana, nesse caso considerando “a proteção, preservação e recuperação dos patrimônios cultural, histórico, artístico, paisagístico, de consagração popular e do ambiente natural ou construído do município” (RECIFE, 2008, art 4º); assim como no artigo 7º fica instituída a proibição de elementos que estimulem a degradação dos mesmos.

O artigo 5º define os tipos e os meios de anúncio, podendo ser eles: indicativo, promocional, institucional, orientador e misto. Cada tipologia de anúncio resguarda normas de materiais, instalação e dimensões de anúncios publicitários específicos, havendo a necessidade de análise caso a caso. Logo em seguida, nos artigos 7º e 8º, são explicitados os locais em situações de restrição ou proibição de instalação de anúncios (considerando o *veículo de divulgação*¹²).

A relação desses anúncios aos imóveis comerciais, no que diz respeito às fachadas, são definidas pela normativa: 1) a área total de anúncio, não devendo ultrapassar 1/3 da testada do imóvel; 2) proíbe a descaracterização das fachadas por pintura, colocação de painéis ou outros instrumentos; 3) proíbe a fixação desses anúncios em marquises, saliências ou recobrimento das fachadas, devendo estes, serem fixados abaixo do elemento sem ultrapassar a linha limítrofe do teto ou piso do 1º pavimento; 4) institui que o anúncio deve ser implantado paralelo a fachada, proibindo assim o anúncio inclinando ou perpendicular e 5) cada imóvel poderá possuir apenas um único anúncio (salvo os imóveis de esquina que poderá possuir um em cada fachada).

Mediante o exposto no artigo 45º da mesma lei, é anunciado que o não cumprimento ou irregularidade das normativas instituídas pela presente lei, acarretará aos infratores a penalidade de multa, o cancelamento imediato da licença do veículo de divulgação e a remoção do anúncio ou do veículo de divulgação e apreensão.

4.2 Análise das fachadas dos imóveis do pátio

Dos tempos áureos do Recife, cercado de tradições, lembranças e identidades, reitero que a imagem construída da cidade é multifacetada e dinâmica. O bairro de São José, suas festividades, seus casarios e monumentos históricos, testemunhos vivos desse passado, transpassa as barreiras do tempo e perpetua na alma da cidade o caráter do velho bairro de São José, suas ruas, largos, pátios e becos.

A perseguição pela modernização, por sua vez, reforma o pensamento científico sobre a cidade e interfere diretamente na produção social do espaço urbano. Na contemporaneidade, essa composição representada pela paisagem urbana, corresponde aos princípios do desenvolvimento da sociedade atual fincada nos fatores econômicos e nas políticas de revitalização para determinadas áreas da cidade, conforme já apresentados no presente trabalho.

O resultado desses fatores que incidem no tecido urbano é exposto por Reynaldo (2017), que, por sua vez, categorizou a antiga ilha de Antônio Vaz em área político administrativa, decadente, de serviço e ociosa, conforme mostrado na Figura 22. É oportuno frisar que nesse momento, segundo os autores do PPSH, resultou no “incontido empobrecimento cultural da RMR”.

Figura 22 – Categorização dos espaços de Santo Antônio e São José segundo a sua dinâmica funcional.



Fonte: (REYNALDO, 2017).

¹² O artigo 10º diz que os veículos de divulgação: “São considerados veículos de divulgação, para os efeitos desta lei, quaisquer equipamentos instalados em logradouros públicos ou deles visíveis, utilizados para transmitir mensagens visuais sobre estabelecimentos, produtos, ideias, marcas, pessoas ou coisas, bem como outras informações de interesse da comunidade”.

Diante dessa realidade, o bairro de São José sofre esse incentivo de melhoria à imagem da cidade, intimamente relacionada à reabilitação do núcleo histórico da cidade, que provocaram mudanças profundas não só do centro histórico como também no contexto geral da paisagem recifense, conforme se pode constatar na Figura 23, onde mediante registro realizado no forte das cinco pontas, é evidenciada a hierarquia da igreja sobre o tecido urbano; e logo após na Figura 24, havendo o comparativo da leitura paisagística antiga e atual do bairro de São José, expondo a interferência das novas edificações no conjunto histórico do Recife.

Figura 23 – Vista panorâmica do bairro de São José, em destaque vermelho a Igreja de São José do Ribamar.



Fonte: IBGE, editado pelo autor, 2020.

Figura 24 – Cartão postal do bairro de São José X vista do bairro de São José atualmente.



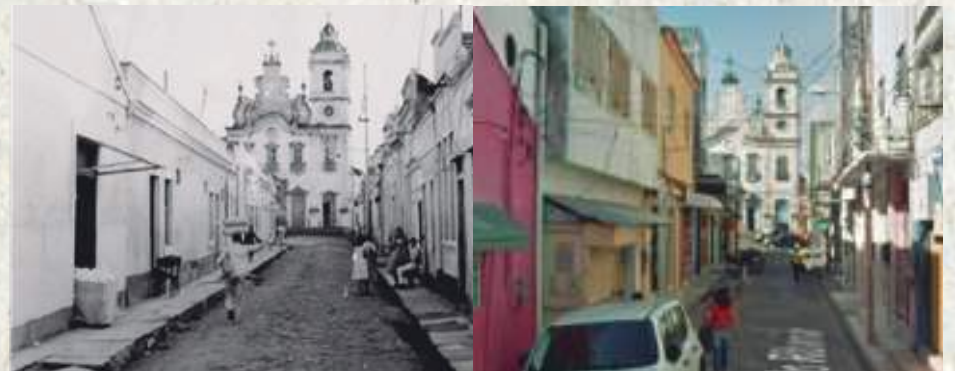
Fonte: (TONDELLA, 1905; GOOGLE EARTH, 2020); editado pelo autor.

4.2.1 Estilo, tipomorfologia e as mudanças

As notáveis mudanças na paisagem histórica do Recife, interpretadas como a noção de modernidade, são nitidamente percebidas até pelos olhares mais despercebidos dos transeuntes; transformações essas iniciadas de forma massiva a partir do bairro do Recife, com a política higienista e embelezadora da década de 20 e 30, transpassada gradativamente aos bairros de Santo Antônio e São José, chegando ao seu ápice com as constantes intervenções observadas ainda na década de 30 no governo de Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937).

De forma geral, os registros destas transformações podem ser percebidos nas Figuras 25 e 26, através da comparação de fotografias, obtidas pelo acervo iconográfico do IBGE, entre as décadas de 50 e 60 com a situação do pátio de São José do Ribamar e seu entorno nos dias atuais, obtidos por intermédio da geolocalização do *Google Maps*¹³. É ainda importante ressaltar a impossibilidade de encontrar um maior número de registros iconográficos antigos, além do atual nível de descaracterização das fachadas impedir uma análise mais aprofundada.

Figura 25 – Comparativo da rua São José do Ribamar antigamente e atualmente.



Fonte: (TIBOR, 1957; GOOGLE EARTH, 2020).

Figura 26 – Vista da rua São José do Ribamar antigamente e atualmente.



Fonte: (TIBOR, 1957; GOOGLE EARTH, 2020).

¹³ O uso do Google Maps foi o principal instrumento utilizado para captar o cenário atual do objeto de estudo, tendo em vista as medidas de isolamento social diante a situação de pandemia do covid-19 no presente momento da pesquisa.

Como foi demonstrado, a principal característica de mudança se dá no campo da descaracterização por forma, técnica e emprego de novos materiais. Pelo conjunto do pátio de São José do Ribamar ter sua formação no século XVIII, as regras da composição estética empregadas, as casas e sobrados, em primeiro momento, consistiam na estilização das fachadas com marcação das aberturas (sobreverga e cercadura), a presença, em alguns casos, de elementos clássicos como cornijas e cunhais; além da simetria sempre presentes nas edificações geminadas e de parcelamento estreito e profundo, com a cobertura composta por duas águas em telha cerâmica, conforme observado em toda conjuntura dos núcleos primitivos das cidades do período colonial no Brasil.

Com o intuito de “embelezar” a cidade e melhorar suas condições de higiene e salubridade, novas medidas estilísticas passaram a serem adotadas no século XIX, como por exemplo a obrigatoriedade de implantar platibandas (escondendo os beirais), balcões nos pavimentos superiores, cornijas, número maior de aberturas (com suas respectivas proporções e dimensões predefinidas) constituía o cenário desse segundo momento da história do pátio. É oportuno ressaltar que o número de pavimentos dos imóveis se encontrava intimamente ligados ao prestígio social do proprietário do imóvel, dessa forma, quanto mais desprovidas de características estilísticas, interpretava-se que o proprietário tinha poucas posses.

Os primeiros registros de intervenções na área foram documentados através do levantamento realizado pela companhia de saneamento da cidade do Recife (esta documentação está disponível no Anexo A) que, por meio de plantas e cortes, registraram o plano de saneamento idealizado pelo engenheiro sanitaria Francisco Saturnino de Brito para o Recife entre 1910 e 1917, cujo trabalho teve continuidade por mais alguns anos sob novas gestões. O que nos leva ao 3º momento do pátio, marcado por essas intervenções¹² que se deram, principalmente, no aumento do número de pavimentos e atendimento às novas normas estéticas e sanitárias instituídas pelo governo no código de posturas.

Novas transformações são observadas no início do século XX, resultado da flexibilização compositiva das fachadas e interiores. Esse período, ainda monitorado e registrado pela companhia de saneamento, foi caracterizado pela remodelação estilística, mais uma vez em nome da modernidade, o que resultou na mudança do ideal estilístico para o ecletismo (estilo vigente na época).

Já na segunda metade do século XX, essa flexibilização nas intervenções sem a devida fiscalização dos órgãos competentes e considerando o pouco respaldo legal disponível na época, resultam no desastroso e desordenado uso do espaço, conforme podemos observar, na Figura 27, no comparativo feito do conjunto do pátio antigamente e nos dias atuais. Este comparativo evidencia a simplificação dos elementos das fachadas, irregularidades nas aberturas da edificação, unificação de fachadas e acréscimo de pavimento; o que nos leva a crer que nenhuma dessas intervenções foram consultadas previamente aos órgãos responsáveis pelo patrimônio: a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) ou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Figura 27 – Comparativo do Pátio São José do Ribamar antigamente e atualmente.



Fonte: (IPHAN, 1980; GOOGLE EARTH, 2020).

Convém ressaltar que essas alterações nos imóveis do pátio de caráter arquitetônico e paisagístico, continuam acontecendo até os dias de hoje, uma vez que provavelmente por falta de informação dos valores e legislação envolvidos no sítio histórico do Recife, junto à falta de fiscalização acerca dessas modificações incisivas e que produzem uma perda irreparável não só da identidade local e de seus valores, mas também da identidade dos recifenses.

O resultado desse desordenado e irregular conjunto de intervenções que incide sobre a área é mostrado na sequência da Figura 28, onde são evidenciadas as descaracterizações presentes nos imóveis do pátio, bem como no espaço público em si como a interferência da paisagem pelas novas construções, rede elétrica e o uso da área como estacionamento.

Pode-se observar que apenas 2 edificações (nº 118 e nº 199) possuem elementos arquitetônicos originais do estilo eclético, vigente no século XX, sendo as cornijas presentes na platibanda e o cunhal características desse tempo.

Figura 28 – Análise do pátio.



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2020); editado pelo autor.

A presença de elementos espúrios e intervenções descaracterizadoras são os grandes responsáveis pelo atual estado de preservação das fachadas do pátio, essa categorização é exposta e detalhada nas fichas de diagnóstico das fachadas presentes no Apêndice A desse trabalho e respaldadas através da documentação feita pela Companhia de Saneamento disponível no Anexo A.

Diante dessa realidade é possível afirmar que o conjunto como um todo consiste em um espaço antidemocrático, visto que a paisagem está degradada e descaracterizada, além de seu uso ser privativo e inconsistente com sua concepção.

4.2.2 Uso dos imóveis

A retomada do Recife pelos portugueses (no século XVII) propiciou o cenário ideal ao comércio dos mercados abertos e pelos mascates, que tinham as configurações das ruas (pátios, largos e os sobrados geminados) como espaço de troca e venda de bens e mercadorias, situação que se consolidou no século seguinte.

Já no século XIX, com o advento da revolução industrial, é observada a implantação dos meios industriais, produtos que antes eram feitos artesanalmente e passam a ter a automação das máquinas. Em consequência a isso, observa-se a criação de novos espaços de comércio: os mercados fechados, as galerias e as grandes lojas, que geram uma expansão dessa nova demanda de comércio varejista e começa o processo de descentralização desses autênticos espaços urbanos.

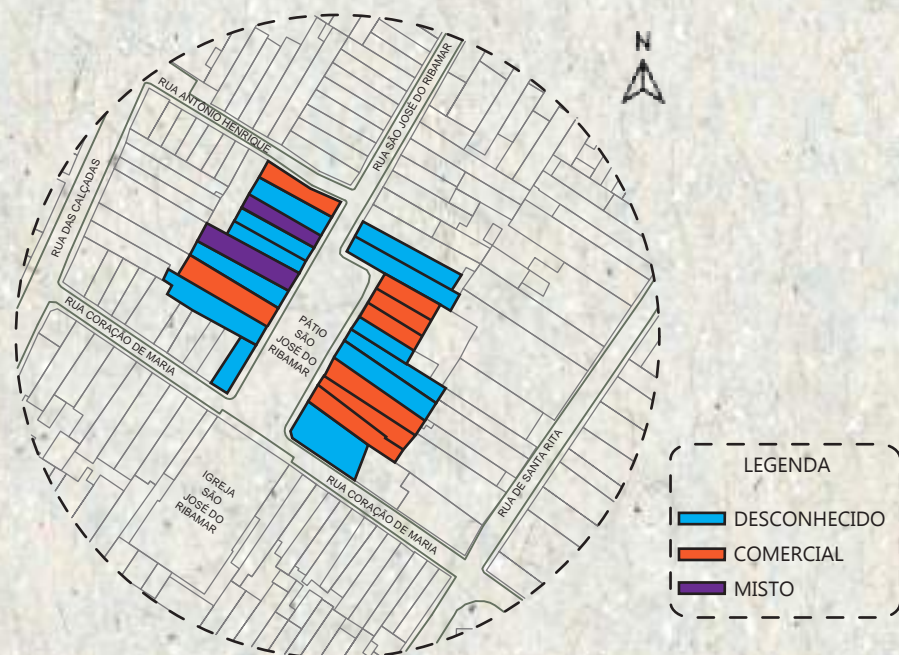
A tecnologia para o desenvolvimento dos transportes urbanos (carruagens, vapores náuticos e transportes ferroviários) resultaram na mudança da morfologia urbana do Recife como um todo (por meio da expansão de sua malha urbana), crescendo assim o mercado de exportação e facilitando as trocas comerciais, consolidando o comércio atacadista na cidade (NÓBREGA, 2008). Foi também nesse período que surgiram importantes transformações nos edifícios comerciais, que passaram a ter vitrines e vidro nas suas janelas.

Lojas de fazendas e de modas, cabeleireiros, casa de floristas e charutarias introduziram as vitrines, ou como eram chamadas, vidraças em substituição ao hábito de exibir as mercadorias em cordões estendidos nas fachadas e ombreiras (FREYRE, 2000, p.177).

Essas lojas passam a se identificar através de um título, cravados em placas ou letreiros, e não mais por pontos de referência. O destaque se dá ao comércio varejista dos mais diversos ramos: tecidos, alimentos, perfumaria, tabacaria, entre outros. É necessário ressaltar que esta área é o espaço de maior concentração de comércio popular do século XX e início do século XXI. Dessa forma, o uso empregado na área estudada, tanto nas edificações térreas quanto nos sobrados, deu-se por esse processo comercial do espaço e entorno, além de moradia de comerciantes.

Atualmente, o pátio de São José do Ribamar, assim como parte do bairro de São José, enfrenta o abandono e subutilização de seus espaços. Conforme o mapa de uso do solo mais de 50% dos imóveis (12 edificações) que compõem o pátio estão fechados, sem uso, o que fere diretamente o princípio de função social da propriedade, enquanto os demais usos dividem-se em oito edificações comerciais e dois de uso misto (residencial e comercial), mostrados na Figura 29. A julgar pelas características dos imóveis que estão sem uso, a exemplo da presença de portas largas, supõe-se que o uso anterior ao fechamento dessas edificações tenha sido comercial, como ocorria tradicionalmente nos pátios da região.

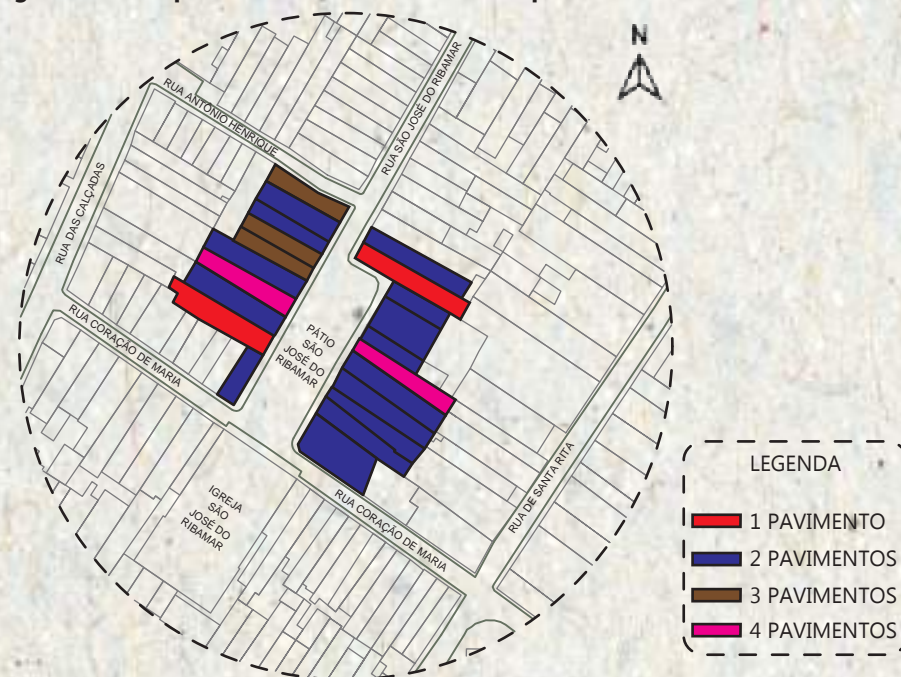
Figura 29 – Mapa de usos do solo urbano no pátio de São José do Ribamar.



Fonte: O autor, 2020.

A volumetria da área (mostrada na Figura 30), apresenta predominância de imóveis de dois ou três pavimentos, sem recuos laterais nem frontal. Entretanto, observa-se um notável contraste do pátio com uma porção de edificações com gabarito alterado, localizados na porção leste, à direita da Igreja de São José do Ribamar, o que destoia da paisagem local.

Figura 30 – Mapa de usos do solo urbano no pátio de São José do Ribamar.



Fonte: O autor, 2020.

É preciso acentuar que o espaço do pátio, hoje, além de servir de passagem de pedestres, serve também como estacionamento de veículos, o que acaba por subutilizar o espaço, privando o livre exercício do espaço público como um espaço de congregação, de cidadania, motivo, muitas vezes, da obsolescência do espaço e não relacionado ao fator do tempo, como é o pensamento comum.

Diante da realidade simbólica do pátio, aqui retratada como um espaço convergente, agregador e de importante manifestação cultural, a perda das festividades religiosas, outrora fundamentais na manutenção de sua função social, a redução das frequências das missas realizadas na Igreja de São José do Ribamar, bem como todo o sistema envolvido para o acontecimento dessas atividades, vem a contribuir significativamente para o abandono e subutilização do pátio como esse espaço de expressão cidadã.

4.2.3 Situação atual das fachadas

As expressões arquitetônicas evidenciadas pela variedade de estilos como o Barroco, Rococó, Neoclássico, Arquitetura de ferro, Ecletismo, Art Déco e Modernista; junto aos ambientes naturais da orla marítima e o rio Capibaribe, compõem as principais características paisagística dos bairros de São José e Santo Antônio. O desenrolar das atividades sociais distribuídas nos becos estreitos, largos e pátios da área histórica, sempre esteve sujeito às transformações ocorridas desde sua fundação até os dias atuais.

As transformações ocorridas no pátio de São José do Ribamar seguem a mesma lógica aplicada nas áreas do entorno, de modificações feitas de modo improvisado (sem considerar as condicionantes legais pertinentes) em função da adequação aos novos usos, resultando no crescente processo de alterações arquitetônicas e descaracterização da paisagem histórica.

Os principais tipos de alterações encontrados na área são as intervenções descaracterizadoras e implantação de elementos espúrios. Do vocábulo em latim, *spurius*, é definido como toda e qualquer inserção de elementos não constituintes da concepção arquitetônica original de uma edificação, como aparelhos de ar-condicionado, luminárias, interruptores, eletrodutos etc.; enquanto as intervenções descaracterizadoras são consideradas de maior complexidade e por si só comprometem a integridade histórico-artística do monumento. Essas não são normalmente regidas por critérios pré-estabelecidos de composição, podendo ser reversíveis ou não.

Diante dessas considerações, foram estabelecidos os pontos de análise, formuladoras da metodologia desse diagnóstico aplicado nas fachadas do presente objeto de estudo, considerando:

1. A presença de Elementos espúrios na fachada dos imóveis do pátio:
 - a. Instalações elétricas em geral;
 - b. Instalações de toldos ou cobertas provisórias;
 - c. Instalações de aparelhos de ar-condicionados;
 - d. Instalações de placas ou letreiros;
2. Vandalismo/Pixação
3. Intervenções descaracterizadoras na fachada dos imóveis do pátio:
 - a. Alargamento/fechamento/abertura de vão(s);
 - b. Mudança do material da cobertura;
 - c. Simplificação/eliminação do elemento decorativos;
 - d. Alteração do revestimento da fachada;
 - e. Construção de marquise.

Em sequência, estes danos foram identificados em cada uma das fachadas do pátio, conforme exposto no Apêndice A, em seguida contabilizados e transformados no Gráfico 01, para melhor interpretação da situação atual e seus impactos na paisagem da área referida.

É importante ressaltar que os dados obtidos foram extraídos do levantamento realizado pelo departamento de Saneamento (disponível no Anexo A) e é fruto, infelizmente, da impossibilidade de acesso aos imóveis e aos possíveis dados em acervos documentais em decorrência da *atual quarentena imposta pelos governantes*¹⁴.

Observando a totalidade da presença de elementos espúrios as fachadas, percebe-se que o tipo mais recorrente são os usos de instalações elétricas em geral presentes em 90,80% dos imóveis, seguido por instalações de toldos e cobertas provisórias, presentes em 40,86% dos imóveis do pátio, exibido no Gráfico 01.

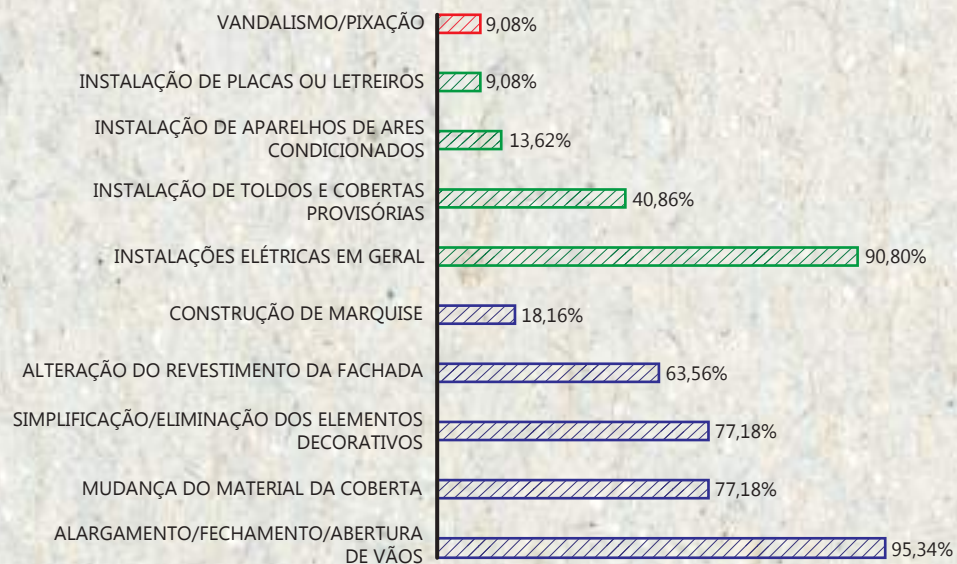
Diante desses dados, é oportuno ressaltar que o uso comercial do local tem exigido cada vez mais novas instalações elétricas, mas as obras de adaptação sem os critérios legais pertinentes resultaram na depredação da paisagem local. A mesma observação pode ser aplicada às cobertas provisórias (bastante úteis para o sombreamento do passeio na área) que não seguem nenhum ordenamento reconhecível junto aos imóveis históricos.

Já com relação às alterações oriundas das intervenções descaracterizadoras, observa-se o alargamento/fechamento/abertura de vãos presentes em 95,34% dos imóveis, seguido pela mudança do material da cobertura e simplificação/eliminação dos elementos decorativos da fachada, ambos marcados em 77,18% dos imóveis analisados, mostrado no Gráfico 01.

Os dados apresentados explicitam a lógica do marketing comercial visto em todo o bairro e entorno, observada a partir do ponto que a atividade regula a arquitetura comercial, ajustando as edificações à demanda do proprietário, seja por economia ou por captar/prospectar novos clientes.

O ato de ignorar esses elementos arquitetônicos presentes nos imóveis do pátio nos oportuna refletir acerca dos valores artísticos e históricos, impregnados na área de entorno do monumento tombado, visto que provavelmente essas alterações não foram produzidas por técnicos competentes (no caso arquitetos e urbanistas especializados na preservação do patrimônio edificado), sendo assim feita sem a devida relevância do patrimônio, com vistas a preservação daquela paisagem histórica para a cidade do Recife.

¹⁴ Pesquisa realizada respeitando instruções acerca das medidas de isolamento social diante a situação de pandemia do covid-19, a qual fez os governantes decretarem medidas de restrição à circulação de pessoas e interrupção temporária do funcionamento de órgãos públicos e privados, com exceção de atividades consideradas essenciais como supermercados, farmácias, postos de combustível etc.

Gráfico 01: Porcentagem das descaracterizações nas fachadas do pátio.

Fonte: O autor, 2020.

É importante atentar que as alterações presentes no pátio de São José do Ribamar não representam o comprometimento total e permanente da configuração morfológica e, conseqüentemente, paisagística apresentada no contexto histórico do bairro de São José e Santo Antônio, apesar da pouca preocupação em preservar grande parte das particularidades arquitetônicas. Logo, a maioria dos danos apresentados oferece a opção de reversão ou minimização dos mesmos, uma vez consideradas as novas dinâmicas socioeconômicas presentes na área.

CAPITULO 05 - PROPOSTA PARA O RESGATE DO PÁTIO DE SÃO JOSÉ DO RIBAMAR

“À imutabilidade construtiva, de ordem plástica, se apõe a mutabilidade que o preparador ordena com as suas mãos, dessarte facilmente corrigindo-se o tédio espacial com a simples mudança do lume, da mesma forma que se alcança, com o seu dirigido remover, uma combinação mais terna para a sensibilidade”.

(Evaldo Coutinho, 1998)

5.1 Diretrizes para a requalificação do pátio

Dada a relevância do resgate dos valores do pátio demonstrados até aqui, foram elaboradas diretrizes gerais, pensadas a partir de ações integradas, com a finalidade de reestruturar, requalificar, preservar e ativar o local como um todo; medidas aqui consideradas como ponto inicial/fundamental para a revitalização e reinserção do espaço público histórico na dinâmica socioeconômica atual.

De modo a considerar as necessidades do local, além de propor medidas de melhorias para a área e resgatar a memória e valores envolvidos no pátio; as diretrizes gerais, conforme apresentado no Apêndice B, foram fragmentadas em quatro eixos principais: eixo de Infraestrutura Urbana, eixo de Uso e Ocupação do Solo, eixo de Acessibilidade e eixo de Memória Urbana.

Cada eixo carrega itens que atingem diretamente o espaço estudado e por sua vez traz como objetivo geral promover a melhoria dos problemas apresentados, assim como utilizar as potencialidades da área, tendo como objeto de intervenção o pátio de São José do Ribamar e a igreja de São José do Ribamar. É oportuno ressaltar a importância da implantação de um memorial do pátio a ser inserido, possivelmente, nas dependências da Igreja de São José do Ribamar, com a intenção de elucidar e preservar a trajetória histórica do referido pátio; e gerar o conhecimento e a educação patrimonial através de exposições permanentes e algumas itinerantes.

5.2 Estudo Preliminar de requalificação do pátio

A proposta dar-se-á no campo arquitetônico-urbano-paisagístico por se tratar de uma intervenção de requalificação e revitalização em um sítio histórico e tem como objetivo ressignificar o espaço e seus usos, além de proporcionar a integração democrática com as demais lógicas de funcionamento do entorno.

As estratégias utilizadas para a requalificação da área visam implementar ao uso misto, o uso turístico e cultural; dessa maneira aplicar o potencial de transformação urbana local. A primeira etapa da intervenção consiste na requalificação das fachadas e gabarito das edificações do Pátio de São José de modo a retomar a tipomorfologia do conjunto, em consonância com as recomendações e normativas legais, utilizando uma releitura contemporânea, evitando o falso histórico ou pastiche.

Em concordância com os conceitos de Camilo Boito e Gustavo Giovannoni, a requalificação das fachadas do pátio se dará na ação de reparos de elementos estilísticos remanescentes, remoção de elementos espúrios que interferem na leitura harmônica das fachadas, releitura dos elementos estilísticos das antigas edificações, redimensionamento das aberturas descaracterizadas e readequação dos elementos de publicidade, conforme mostrado na Figura 31. Nessa intervenção serão utilizadas cores em tons suaves, visando reintegrar a monumentalidade e protagonismo da Igreja de São José do Ribamar, característica típica do período colonial no Brasil, pela constatação de que o surgimento e desenvolvimento do pátio foi propiciado através da construção dessa igreja.

Figura 31: Perfil do pátio lado leste e lado oeste respectivamente.

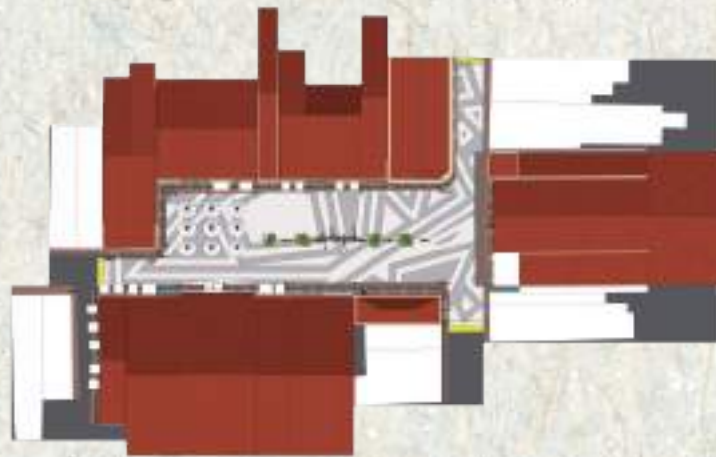


Fonte: O autor, 2020.

Em seguida será recuperado todo o piso das calçadas em nivelamento da rua com a mesma, garantindo a acessibilidade e pedestrianização da área com o uso de balizadores nos acessos da área. Em destaque está a “tatuagem urbana” conferida ao local através do desenho geométrizado de seu novo piso, evidenciado na Figura 32. Em sequência, será implantado todo o aparato de iluminação pública/cenográfica e sinalização/mapeamento acessível e de restrição veicular, seguidos da inserção do mobiliário urbano: bicicletário, bancos, floreiras, vasos e lixeiras.

De modo geral, é importante ressaltar que, na prática, as propostas de intervenção e nos exteriores de quaisquer imóveis históricos devem ser precedidas por prospecções arqueológicas com o objetivo de melhor analisar as interferências sofridas com as intervenções e assim guiar a requalificação do conjunto. O coeficiente de construção e a taxa de solo natural também devem ser analisados caso a caso, conforme as exigências legais cabíveis.

Figura 32: Vista aérea da proposta.



Fonte: O autor, 2020.

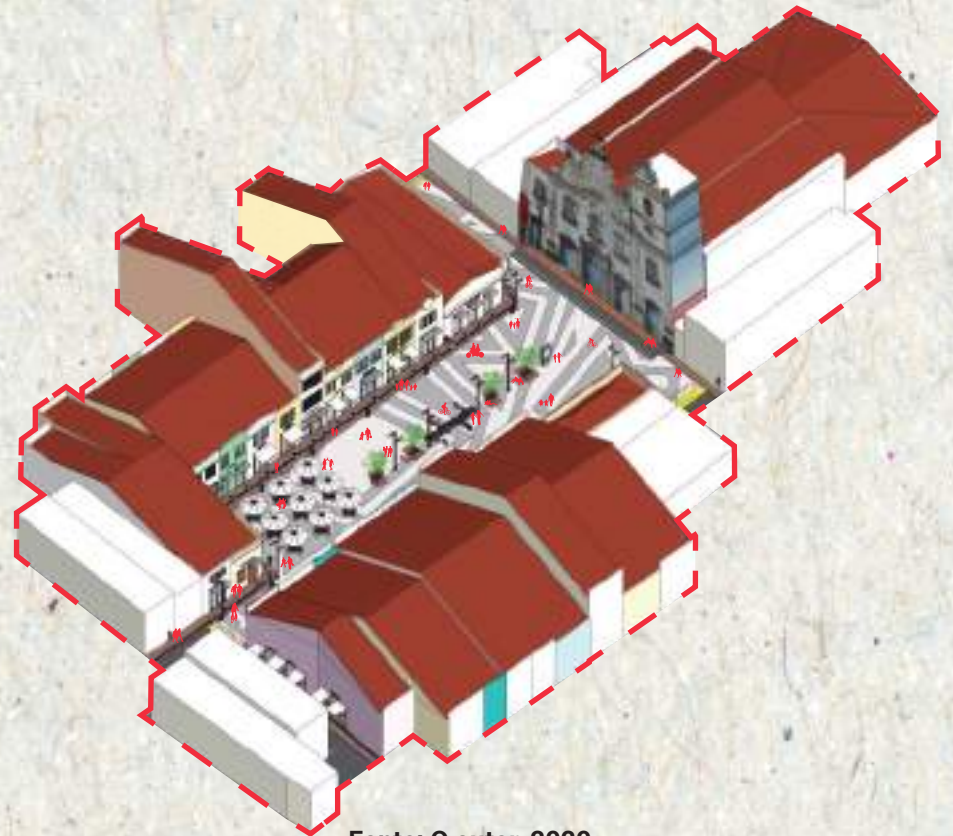
Quanto ao gabarito da área, foi tomado como diretriz o documento legal mais recente encontrado na pesquisa (disponível no Anexo A) de cada imóvel e nos casos em que não foram encontrados registros, foram consideradas as edificações vizinhas como referencial. Sendo assim, o pátio possuirá edificações com até três pavimentos.

O reestabelecimento das aberturas e criação de outras (com o objetivo de restabelecer o uso comercial), seguem as diretrizes tradicionalmente utilizadas na época de construção desses imóveis, como portas verticais e uniformemente espaçadas, com janelas do pavimento superior, quando houverem, alinhadas às respectivas portas, assim como se encontra nos documentos antigos encontrados e como se vê nas edificações congêneres em outras áreas da cidade e do país.

É válido ainda ressaltar que as novas aberturas de portas e janelas obedeceram preferencialmente ao que consta nas plantas antigas dos respectivos imóveis, exceto naquelas cujas plantas antigas não foram encontradas; estes tiveram novas aberturas com base na leitura do conjunto edificado, de modo a resultar em uma harmonia comum aos pátios coloniais da região. Porém, novos elementos de composição, como cercaduras e pestanas, foram concebidos à luz da atualidade, como defendiam Boito (2008) e Brandi (2004), com a utilização de artifícios e materiais atuais, sem, no entanto, desvirtuar a leitura do conjunto enquanto protagonista da paisagem local, como ilustrado pela Figura 33.

Os telhados descaracterizados foram reconstituídos à sua condição registrada nas respectivas plantas antigas, inclusive com a especificação de telhas cerâmicas do tipo canal em inclinação de 40 a 45%, como eram tradicionalmente utilizadas. Para os imóveis que não tiveram seus registros antigos localizados, os telhados foram concebidos em duas águas, com cumeeira transversal, em conformidade aos antigos sobrados desde o período colonial.

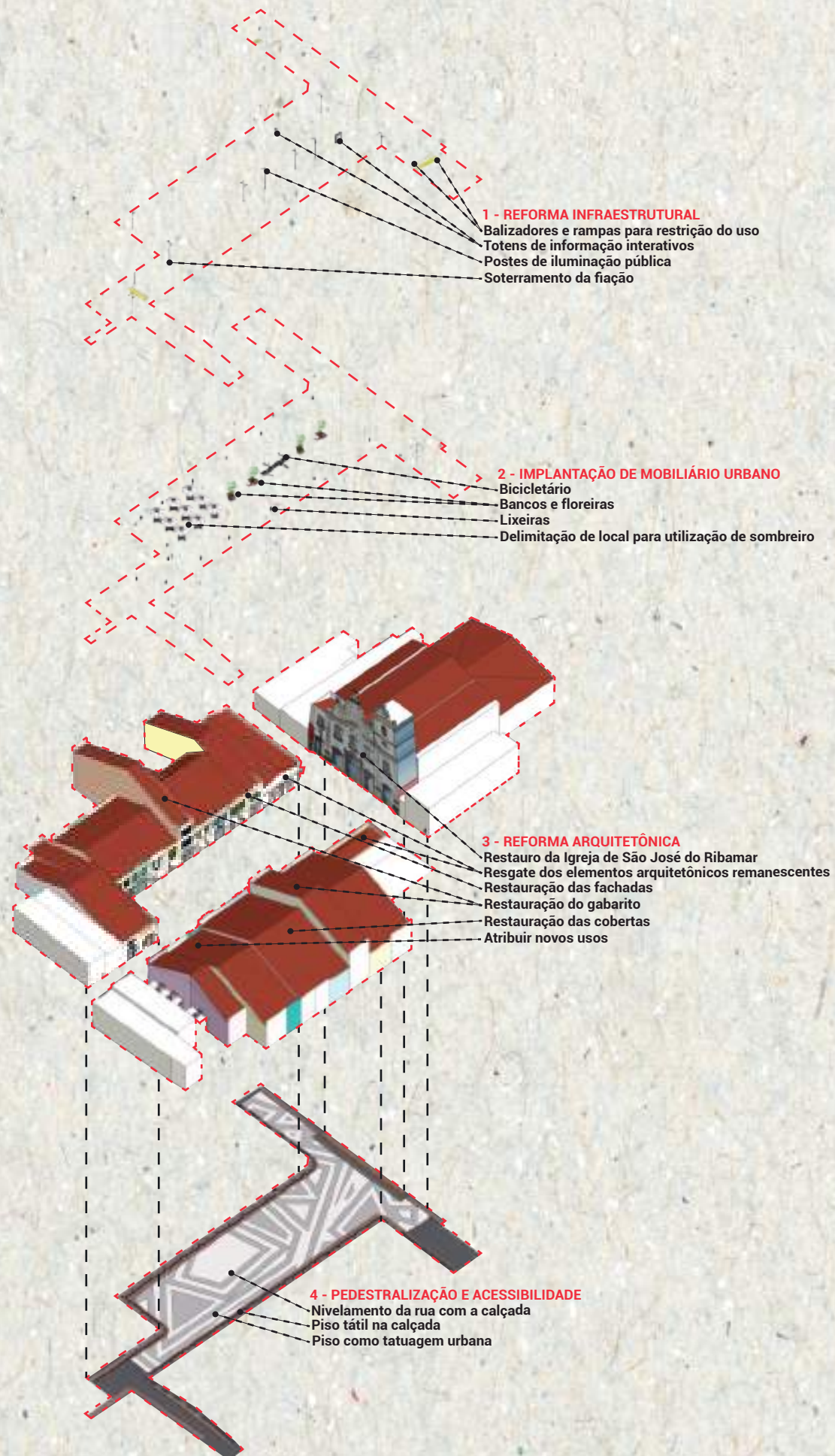
Figura 33: Proposta de resgate do pátio



Fonte: O autor, 2020.

É oportuno frisar que a proposta exibida em uma escala maior e com mais detalhes está disponível no Apêndice C, onde pode-se encontrar outros ângulos da referida proposta de intervenção, conforme esquema das etapas de implantação da proposta de resgate do pátio mostrada na Figura 34.

Figura 34: Esquema das etapas da proposta.



Fonte: O autor, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Em virtude de ser realidade, e de ater-se a realidades, o espaço arquitetônico se vê, a cada hora, sob o risco de dissolver-se por força de alguma alteração no maciço continente, alteração que se executa em face de motivos estranhos à estética”.

(Evaldo Coutinho, 1998)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o pátio de São José do Ribamar, situado no bairro de São José, Recife-PE. Neste local é encontrada a Igreja de São José do Ribamar, bem tombado pelo IPHAN em 1980. A problemática motivadora desse trabalho consiste em: quais seriam as intervenções arquitetônicas e urbanísticas necessárias à reinserção do pátio de São José do Ribamar na dinâmica urbana atual do seu entorno?

Neste contexto, o trabalho trouxe reflexões acerca das possibilidades de intervenção, de modo a revitalizar esse importante espaço público e histórico, reavivando assim sua memória e valores, estes tratados por Boito e Brandi em suas considerações acerca das intervenções em sítios históricos e obras de arte, além da riquíssima visão de Giovannoni sobre as intervenções no espaço urbano considerando os aspectos sociais e culturais do local.

Foi pelo diálogo criado a partir desses conceitos e teorias que se propiciou a construção de um importante diagnóstico da situação atual do objeto estudado e, por sua vez, concluir que somente haverá a efetiva preservação do entorno do bem tombado, nesse caso o conjunto edificado, se obtiver esforços de ambos os lados, sendo dever do poder público fiscalizar e aplicar a legislação vigente, na mesma medida em que promove a educação patrimonial à população, sobretudo aos proprietários, e, de outro lado, os proprietários devem se sujeitar às recomendações estabelecidas pelos técnicos dos órgãos competentes em possíveis casos de intervenções no patrimônio edificado.

Através de uma análise mais aprofundada sobre o objeto, há a constatação da péssima situação de preservação e alto nível de descaracterização dos imóveis do pátio, o que por sua vez denota a deficiência das partes responsáveis pela aplicação da função social da propriedade e elucida o esvaziamento dos valores, estes, outrora vivenciados na área estudada. Logo, com a memória degradada e a identidade do pátio, como conjunto edificado, comprometida, todo o potencial cultural e turístico do local é ofuscado e a possibilidade de reavivamento dessa área se torna insalubre.

Com todo o exposto, conclui-se que a hipótese inicial da pesquisa, de que o resgate e preservação do presente pátio é exequível e relevante, mostrado pela sua importância arquitetônico-paisagística como marco espacial histórico e artístico de um espaço público que testemunhou o transpassar dos tempos da cidade do Recife. Por isso, os novos usos, as diretrizes propostas e a efetivação desse espaço através de atividades comerciais, turísticas e culturais garantirão a consolidação dos significados da área, o que assegura sua vivacidade para as gerações futuras.

É oportuno frisar que a preservação, proposta pelo conhecimento científico, somente será eficaz se houver uma comunicação direta com a tradição e cultura local, uma vez que se faz necessário esse contato íntimo por intermédio do desenvolvimento da consciência histórica e cultural da parcela da sociedade envolvida com o objeto, devolvendo dessa maneira a significância a esse espaço.

Por fim, ressalta-se que o presente estudo não esgota e nem se opõe aos estudos de preservação para essa porção histórica da cidade do Recife, uma vez que a problemática decorrente do tema investigado é bastante recorrente e plural, cabendo assim inúmeros outros debates acerca das posturas a serem tomadas perante futuras intervenções e que os desdobramentos dessas discussões fomentem contribuições futuras; tendo em pauta não somente os fatores visíveis e palpáveis do monumento ou conjunto, mas também por tudo aquilo que se descobre vivo neles e com um enfoque especial na manutenção dos valores envolvidos e a preservação de nossa história, nossa identidade e nossa memória enquanto seres urbanos.

REFERÊNCIAS

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho. *Reabilitação do Centro Histórico de São Luís*: revisão crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/P-PRCHSL, sobre o enfoque da conservação urbana integrada. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de pós graduação em desenvolvimento urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BRASIL. [Constituição de (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 de maio de 2020.

BRASIL. *Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1937]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 06 de abr 2020.

BOITO, Camillo. *Os restauradores*: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. 3. ed. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

CASADO, Tatiana Caniçali. *Cidade-paisagem*: novas perspectivas sobre a preservação da paisagem urbana no Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

COSTA, Lygia Martins. *Processo de tombamento da Igreja de São José do Ribamar*. Rio de Janeiro, 1976. 39 p.

COUTINHO, Evaldo. *O espaço da arquitetura*. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1998.

CHARRE, Alain. *Le centre commercial, entre hangar et cathédrale*. 13. ed. Institut pour l'art et la ville (Givors, Rhône), 1996.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. Editora UNESP. São Paulo, 2006.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura, patrimônio e preservação. Texto II. In: ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.

Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 20. ed., Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*. 2011. Disponível em: chrome-extension://ohfgljdgelakfkefopgklcohadedgdjf/http://anap.org.br/anais/2011/pdf/cpcr/liana_m_chaves.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2020.

Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 18 ed. Natal. *Anais Eletrônicos*. 2019. Disponível em: <chrome-extension://ohfgljdgelakfkefopgklcohadedgdjpf/http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1591>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

ESIG. *Zoneamento Recife 2008*. Disponível em: <https://esigportal.recife.pe.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=17a5f2738ff54c6881efca6cf9fac3d6>. Acesso em 15 de nov 2019.

FERNANDES, A. M.; MARIA, V. Paisagem Cultural: do conceito à proteção do patrimônio. In: *Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural: desafios e perspectivas*, 3, 2015, Belo Horizonte. Anais [...] Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FERNANDES, Márcia. *Toda matéria*. 1 Fotografia. [2019]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/afoxe/>. Acesso em 16 de mar 2020.

FINGUERUT, Sílvia. Cores da Cidade - Os casos do Rio de Janeiro e Recife. In: ZANCHETTI, Sílvia; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (Orgs.). *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*. MDU/UFPE: Recife, 1995.

FONTES, Mário. Bairro do Recife ganha plano de modernização, *Jornal folha de Pernambuco*. 24 de out de 2019. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/recife/2019/10/24/NWS,120723,70,749,NOTICIAS,2190-BAIRRO-RECIFE-GANHA-PLANO-MODERNIZACAO.aspx>. Acesso em: 1 de abr 2020.

FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Ilustração de Luís Jardim, edição fac-similar da primeira edição. Fundação Gilberto Freyre: Recife, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Inglese no Brasil*: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3. ed. Topbooks: Rio de Janeiro, 2000.

GAENSLY, Guilherme. *Rua do Bom Jesus*. [1980]. 1 fotografia. disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=recife>. Acesso em 1 de abr. 2020.

REFERÊNCIAS

GERALDES, Eduardo. *Patrimônio ambiental urbano: atualizando o conceito para um turismo urbano possível*. In Revista UNIBERO de Turismo e Hotelaria. Editora UNIESP. São Paulo, 2004.

IBGE, 1 fotografia: p&b. *Forte de São Tiago das Cinco Pontas, vista panorâmica da cidade: Recife, PE*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=440566&view=detalhes> Acesso em: 17 de abr 2020.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Centro Nacional de Referência Cultural, Programa de Cidades Históricas. 1 fotografia. [1980] *Boletim 05*, p 06-20. Disponível em: chrome-extension://ohfgljdgelakfkefopgkicohadegdp-jf/http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Boletim_05.pdf Acesso em: 17 de abr. 2020.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 17, ed. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2004.

LE MOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. 2.ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1982.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. *O Bairro do Recife no início do século: uma experiência de modernização urbana*. MDU/UFPE: Recife, 1988.

LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. 3. ed. Editora WMF Martins Fontes: São Paulo, 1997.

MAPS, Google. Disponível em: https://www.google.com/maps/@-2.5317634,-44.3055822,3a,75y,224.69h,90t/data=!3m6!1e1!3m4!1sgUoakdqu8zcEc_CGNZeDuA!2e0!7i13312!8i6656?hl=pt-BR. Acesso em: 2 de abr 2020.

MARANHÃO, Governo do Estado do. *Projeto Praia Grande: Programa de Obras para o Largo do Comércio e Adjacências*. São Luís, 1981.

MEMORIAL, *Geral da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa*. João Pessoa, 1987.

MENEZES, José Luiz Mota; *Atlas Histórico e Cartográfico do Recife* Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Editora Massangana: Recife, 2017.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. *De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil: séculos XVI – XVII*. João Pessoa : IPHAN/Superintendência da Paraíba, 2010.

MOURA, G. 1 fotografia. [1983]. In. CHAVES, Liana Miranda. *Era uma vez... Um largo chamado São Pedro Gonçalves*. 20º ANPAP.: Rio de Janeiro, 2011.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Paisagismo no planejamento arquitetônico*. Editora da Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2005.

NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha. *Todo caminho dá na venda: a influência do comércio de varejo nas transformações físicas do espaço urbano. Os bairros do Recife, Santo Antônio e São José, 1970-2006*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2008.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Khoury. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. V. 10. PUC-SP. São Paulo, 1993.

NUNES, Renato de Assis Simões. *Eu amo a minha cidade*. 1 Fotografia. Disponível em: <https://college.canon.com.br/concursos/fotos/47919>. Acesso em: 1 de abr 2020.

OLIVEIRA, Sílvio. Recife (PE): conhecendo Santo Antônio, São José e arredores. 1 Fotografia. Disponível em: <https://in-fonet.com.br/blogs/293761/>. Acesso em 26 de nov 2019.

PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2006.

PEREIRA, Epitacio Cafeteira Afonso. *Reviver*. Editora Aquarela: Teresina, 1992.

PESSOTTI, Luciene e RIBEIRO, Nelson Pôrto. *A construção da cidade portuguesa na América*. PoD Editora: Rio de Janeiro, 2011.

PIRES, Maria Coeli Simões. *Proteção do patrimônio cultural: da monumentalidade aos bens imateriais. De jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, 2010.

PIXABAY. *Largo do Pelourinho: um passeio pelo Centro Histórico de Salvador*. 1 Fotografia. Disponível em: <https://i-tapemirim.com.br/largo-do-pelourinho-um-passeio-pe-lo-centro-historico-de-salvador/>. Acesso em 17 de mar 2020.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

REFERÊNCIAS

PRADO, Barbara Irene Wasinski Paisagem Arquitetônica. In: *VII ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil*. Unimarco Editora: São Paulo, 2004.

RAMOS, Ana Catarina Peregrino Torres. *Posturas e práticas de preservação: o confronto entre modelos participativos e centralizados na manutenção dos bens culturais em Pernambuco (1978 – 2006)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

REIS, Vanessa Maschio. *O patrimônio e os valores culturais do lugar: o caso do Pátio de São Pedro, do Pátio do Terço e do Pátio do Carmo em Recife – PE*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

RECIFE. Prefeitura da cidade do Recife. *Patrimônio Cultural no Plano Diretor do Recife*. DPPC, RECIFE, 2008.

RECIFE. *Lei nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-recife-pe>. Acesso em: 06 de abr 2020.

REYNALDO, Amélia. *As catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife*. Apresentação Joaquim Sabaté. 451p.Cepe: Recife, 2017.

RECIFE, Prefeitura da Cidade do Recife; Secretaria de Planejamento; Empresa de Urbanização do Recife. *Bairro do Recife*. Recife, 1997.

SANTOS, Cátia. *Cultura Brasileira: Frevo e 2 Aspectos Essenciais desse Espetáculo*. 1 Fotografia. Disponível em: <http://historiador-brasilja.com/cultura-brasileira-frevo/>. Acesso em 16 de mar 2020.

SANTO, José Marcelo do Espírito. Plano municipal de gestão: a revitalização do centro histórico de São Luís. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (Orgs.). *Intervenções em Centro Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Manole: Barueri - SP, 2006.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal Extraordinária de Projetos Especiais. *Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PROCIDADES BID*. São Luís, MA: novembro de 2017. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/subportal_subpagina.asp?site=1334. Acesso em: 2 de abr. 2020.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy Cavalcanti. *Revitalização Urbana e (Re)invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa (1987-2002)*. Ed Universitária/UFPB: João Pessoa, 2004.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. *A revitalização do Centro Histórico de João Pessoa: uma estratégia para a reprodução do capital*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. *Paisagem: um conceito chave na Geografia*. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. 12. ed., 2009.

Simpósio Nacional de História - Contra os Preconceitos: História e Democracia. 29 ed. 2017. *Anais Eletrônicos*. Disponível em: chrome-extension://ohfgljdgelakfkefopgkllcohadegdp-jf/https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488726919_ARQUIVO_COMUNICACAOUmaigrejaeustemposANPUH2017.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2020.

TONDELA, Manoel. *Cartão postal do Bairro de São José*. 1920. 1 fotografia. Disponível em: <http://villadigital.fundaj.gov.br/index.php/cartoes-postais/item/4772-jb-000959-vista-do-recife>. Acesso em: 11 de abr 2020.

TIBOR, Jablonsly. 1 fotografia. *Rua São José do Ribamar em Recife (PE)*. ID: 11469. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=411469>. Acesso em: 11 de abr 2020.

TIBOR, Jablonsly. 1 fotografia. *Rua São José do Ribamar em Recife (PE)*. ID: 11468. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=411468>. Acesso em: 11 de abr 2020.

VIDAL, Wynna Carlos Lima. *Transformações Urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade 1910 – 1940*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e ambiental, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

REFERÊNCIAS

VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas*. Editora Universitária da UFPE, Recife, 2008.

YÁZIGI, Eduardo. *Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano*. In. Simpósio de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo. Editorial v. 5. n. 1. São Paulo, 2001.

ZANCHETI, Sílvio. Revalorização de Áreas Centrais - A Estratégia do Bairro do Recife. In: ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (Orgs.). *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*. MDU/UFPE: Recife, 1995.

ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma (Orgs.). *Revitalização do Bairro do Recife: plano, regulação e avaliação*. UFPE/MDU/CECI: Recife, 1998.



APÊNDICE A: FICHAS DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DAS FACHADAS DO PÁTIO

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 118

Nº DE PAVIMENTOS: 2 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Desconhecido (o imóvel está fechado).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 30 de maio de 1921.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Cornija e platibanda (do século XIX ou início do século XX).



Imóvel de esquina, cruzamento da rua de São José do Ribamar com a rua Coração de Maria, sendo a face lateral voltada para o pátio. Planta baixa e corte disponível no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

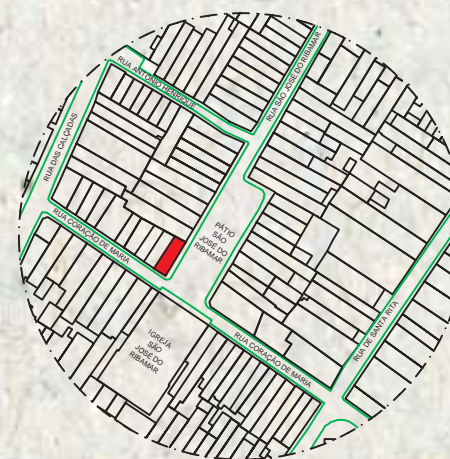
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: 1
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: 2
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: 3
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: 4
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): 5
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: 6
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: 7
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: 8
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: 9
- PIXAÇÃO: 10

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 226

Nº DE PAVIMENTOS: 1 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Desconhecido (o imóvel está fechado).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: Sem registros encontrados.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel de frente ao pátio de São José do Ribamar
Planta baixa e corte não encontrada em pesquisa.

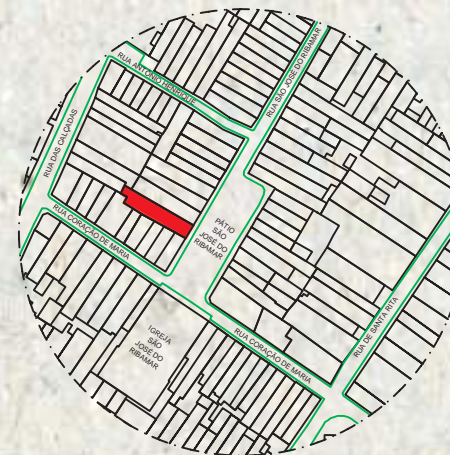


LEGENDA DE DANOS

- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: 1
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: 2
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: 3
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: 4
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): 5
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: 6
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: 7
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: 8
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: 9
- PIXAÇÃO: 10

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS
INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA
VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 222

Nº DE PAVIMENTOS: 2 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Comercial.

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 12 de Agosto de 1960.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda e cercadura (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel de frente ao pátio de São José do Ribamar
Planta baixa e corte disponível no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

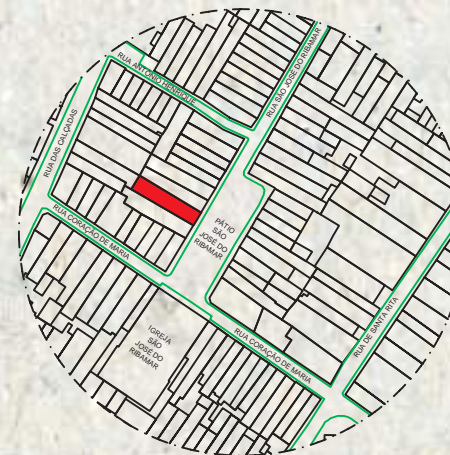
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: 1
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: 2
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: 3
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: 4
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): 5
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: 6
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: 7
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: 8
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: 9
- PIXAÇÃO: 10

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 216

Nº DE PAVIMENTOS: 4 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Desconhecido (o imóvel está fechado).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 25 de Maio de 1963.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda e marquise (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel de frente ao pátio de São José do Ribamar
Plantas baixas e cortes disponíveis no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

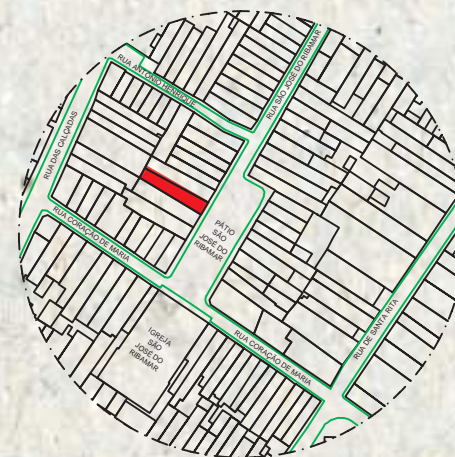
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: **1**
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: **2**
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: **3**
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: **4**
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): **5**
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: **6**
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: **7**
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: **8**
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: **9**
- PIXAÇÃO: **10**

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 214

Nº DE PAVIMENTOS: 2 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Misto (térreo comercial e 1º pavt. habitacional).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 7 de Agosto de 1924.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda e marquise (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel de frente ao pátio de São José do Ribamar
Plantas baixas e cortes disponíveis no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

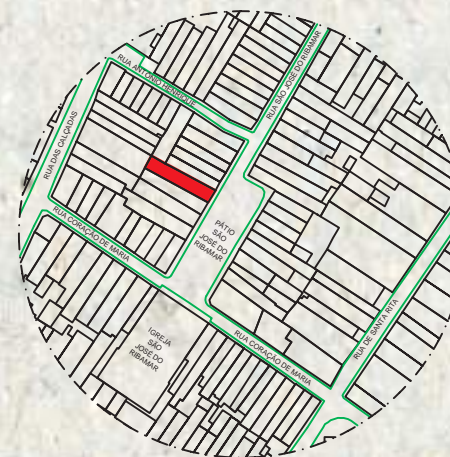
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: **1**
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: **2**
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: **3**
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: **4**
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): **5**
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: **6**
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: **7**
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: **8**
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: **9**
- PIXAÇÃO: **10**

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 210 e 206

Nº DE PAVIMENTOS: 3 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Desconhecido (o imóvel está fechado).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 15 de Setembro de 1921.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda (do século XIX ou início do século XX).

Imóveis de frente ao pátio de São José do Ribamar e possui a característica de fachada unificada.
Plantas baixas e cortes disponíveis no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

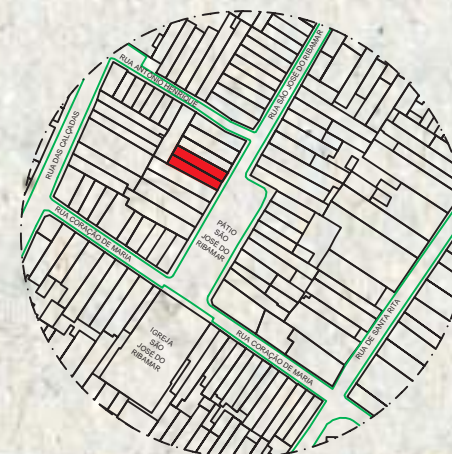
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: **1**
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: **2**
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: **3**
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: **4**
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): **5**
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: **6**
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: **7**
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: **8**
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: **9**
- PIXAÇÃO: **10**

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 202

Nº DE PAVIMENTOS: 2 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Misto (térreo comercial e 1º pavt. habitacional).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 14 de Agosto de 1923.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda e marquise (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel de frente ao pátio de São José do Ribamar
Plantas baixas e cortes disponíveis no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

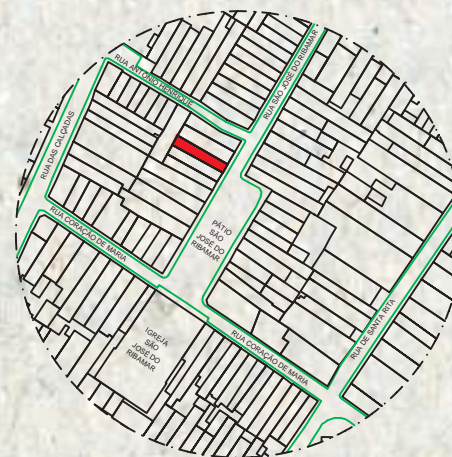
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: **1**
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: **2**
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: **3**
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: **4**
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): **5**
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: **6**
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: **7**
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: **8**
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: **9**
- PIXAÇÃO: **10**

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 198

Nº DE PAVIMENTOS: 2 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Desconhecido (o imóvel está fechado).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: Sem registros encontrados.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Cornija e cercadura (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel no acesso ao pátio de São José do Ribamar
Planta baixa e corte não encontrada em pesquisa.



LEGENDA DE DANOS

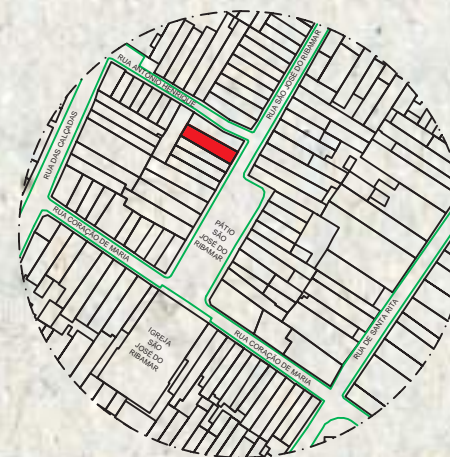
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: 1
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: 2
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: 3
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: 4
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): 5
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: 6
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: 7
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: 8
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: 9
- PIXAÇÃO: 10

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 194

Nº DE PAVIMENTOS: 3 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Comercial.

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 06 de Julho de 1925.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel de esquina, cruzamento da rua de São José do Ribamar com a rua Antônio Henrique, sendo a face principal voltada para o pátio. Plantas baixas e cortes disponíveis no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

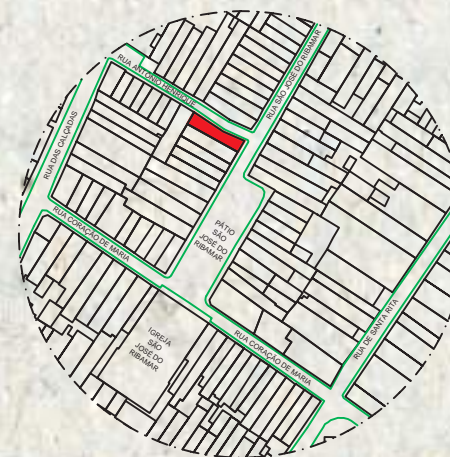
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: **1**
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: **2**
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: **3**
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: **4**
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): **5**
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: **6**
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: **7**
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: **8**
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: **9**
- PIXAÇÃO: **10**

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 199

Nº DE PAVIMENTOS: 1 pavimento.

USO DO IMÓVEL: Desconhecido (o imóvel está fechado).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 18 de Agosto de 1920.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Cornija, platibanda e cunhal (início do século XX).

Imóvel no acesso ao pátio de São José do Ribamar
Planta baixas e cortes disponíveis no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

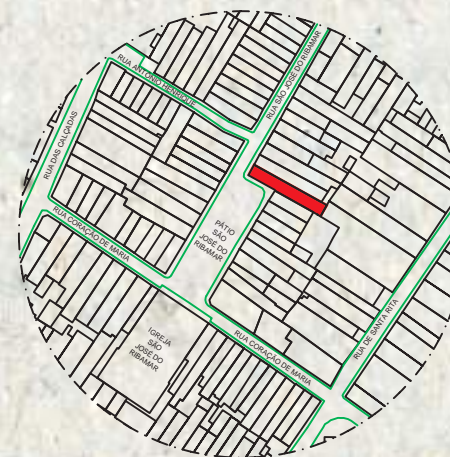
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: 1
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: 2
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: 3
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: 4
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): 5
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: 6
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: 7
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: 8
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: 9
- PIXAÇÃO: 10

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 211

Nº DE PAVIMENTOS: 2 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Depósito e comércio.

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 16 de Dezembro de 1920.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel de frente ao pátio de São José do Ribamar e possui a característica de fachada unificada junto aos imóveis 203 e 207. Plantas baixas e cortes disponíveis no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

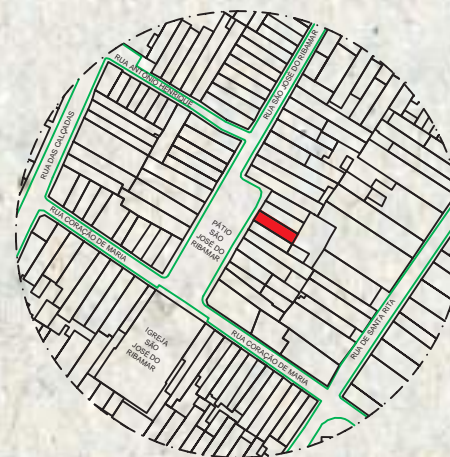
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: 1
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: 2
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: 3
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: 4
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): 5
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: 6
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: 7
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: 8
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: 9
- PIXAÇÃO: 10

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 215

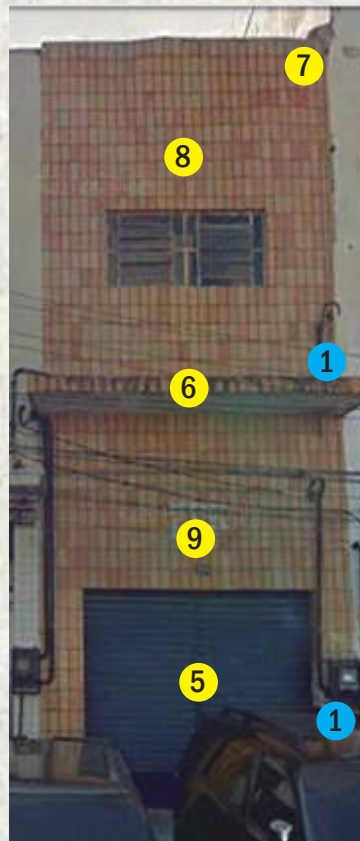
Nº DE PAVIMENTOS: 2 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Desconhecido (o imóvel está fechado).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 28 de Maio de 1923.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel de frente ao pátio de São José do Ribamar
Plantas baixas e cortes disponíveis no Anexo A.

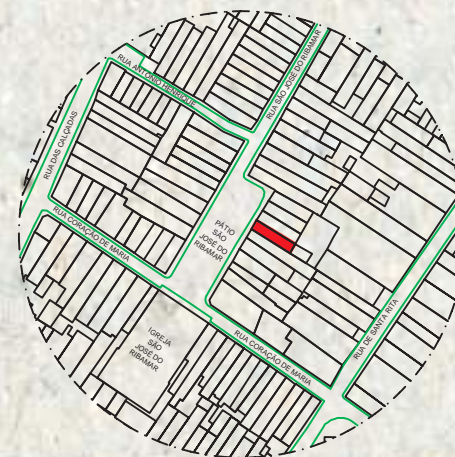


LEGENDA DE DANOS

- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: 1
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: 2
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: 3
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: 4
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): 5
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: 6
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: 7
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: 8
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: 9
- PIXAÇÃO: 10

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS
INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA
VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 219

Nº DE PAVIMENTOS: 4 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Desconhecido (o imóvel está fechado).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 20 de Junho de 1920.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel de frente ao pátio de São José do Ribamar
Plantas baixas e cortes disponíveis no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

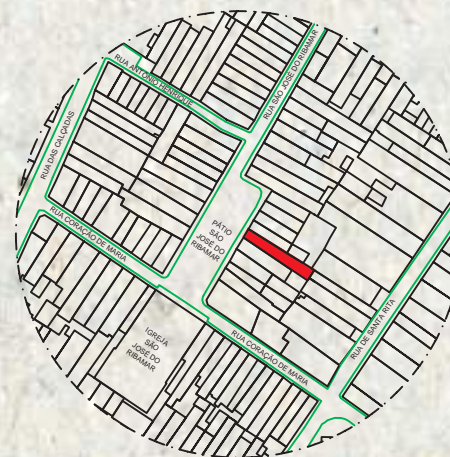
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: **1**
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: **2**
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: **3**
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: **4**
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): **5**
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: **6**
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: **7**
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: **8**
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: **9**
- PIXAÇÃO: **10**

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 223

Nº DE PAVIMENTOS: 2 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Desconhecido (o imóvel está fechado).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 28 de Abril de 1926.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel de frente ao pátio de São José do Ribamar
Plantas baixas e cortes disponíveis no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

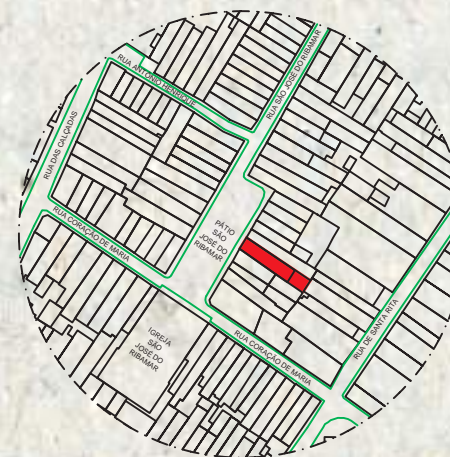
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: 1
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: 2
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: 3
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: 4
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): 5
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: 6
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: 7
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: 8
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: 9
- PIXAÇÃO: 10

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 227 e 231

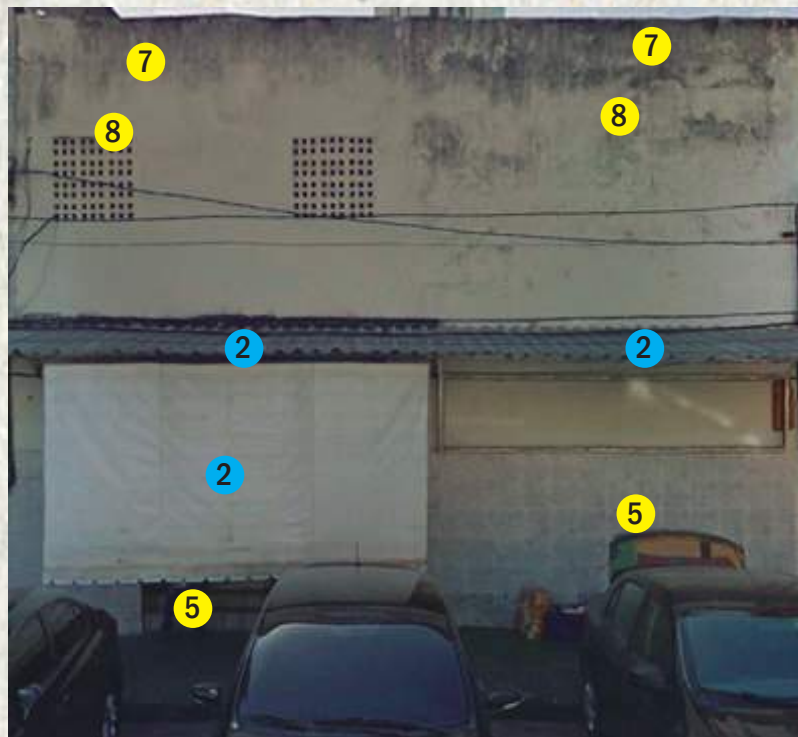
Nº DE PAVIMENTOS: 2 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Depósito e comércio.

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: 16 de Janeiro de 1965.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda (do século XIX ou início do século XX).

Imóveis de frente ao pátio de São José do Ribamar e possui a característica de fachada unificada.
Plantas baixas e cortes disponíveis no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

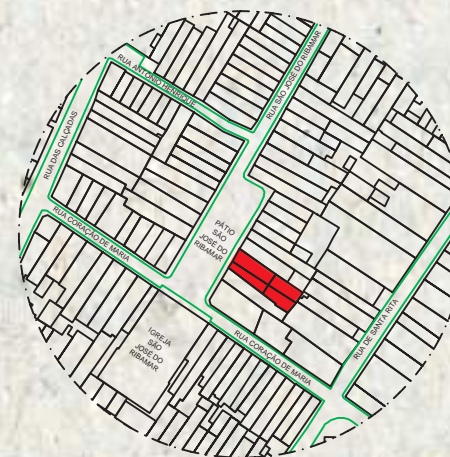
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: **1**
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: **2**
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: **3**
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: **4**
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): **5**
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: **6**
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: **7**
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: **8**
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: **9**
- PIXAÇÃO: **10**

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Nº: 243

Nº DE PAVIMENTOS: 2 pavimentos.

USO DO IMÓVEL: Desconhecido (o imóvel está fechado).

DATA DE REGISTRO MAIS ANTIGA ENCONTRADA: Sem datação no documento encontrado na pesquisa.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS REMANESCENTES: Platibanda (do século XIX ou início do século XX).

Imóvel de esquina, cruzamento da rua de São José do Ribamar com a rua Coração de Maria, sendo a face principal voltada para o pátio. Plantas baixas e cortes disponíveis no Anexo A.



LEGENDA DE DANOS

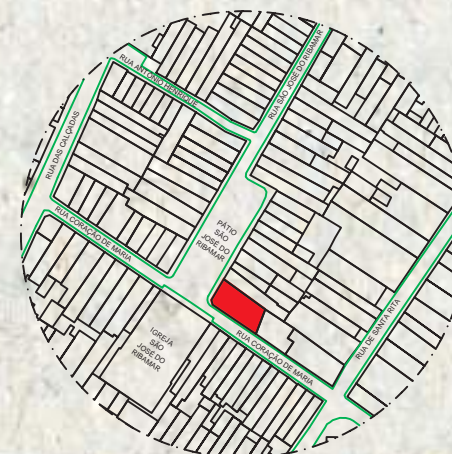
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM GERAL: **1**
- INSTALAÇÕES DE TOLDOS OU COBERTAS PROVISÓRIAS: **2**
- INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS: **3**
- INSTALAÇÕES DE PLACAS OU LETREIROS DE PUBLICIDADE: **4**
- ALARGAMENTO/FECHAMENTO/ABERTURA DE VÃO(S): **5**
- CONSTRUÇÃO DE MARQUISE: **6**
- MUDANÇA DO MATERIAL DA COBERTA: **7**
- SIMPLIFICAÇÃO/ELIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: **8**
- ALTERAÇÃO DO REVESTIMENTO DA FACHADA: **9**
- PIXAÇÃO: **10**

CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

ELEMENTOS ESPÚRIOS

INTERVENÇÃO DESCARACTERIZADORA

VANDALISMO



SITUAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA FACHADA: DESCARACTERIZADA

The image shows a technical architectural drawing of a courtyard layout. The drawing is overlaid on a background of light-colored, textured paper. It features several irregular polygonal shapes representing different zones or structures. Some of these shapes are filled with parallel brown hatching lines, while others are filled with a solid grey color. The hatching lines are oriented in various directions, such as diagonally from top-left to bottom-right, diagonally from top-right to bottom-left, and horizontally. The grey areas are solid and uniform in color. The overall composition is a complex geometric arrangement of these hatched and solid grey shapes, defining the spatial organization of the courtyard.

APÊNDICE B: DIRETRIZES PARA A REQUALIFICAÇÃO DO PÁTIO

DIRETRIZES PARA A REQUALIFICAÇÃO DO PÁTIO SÃO JOSÉ DO RIBAMAR

EIXO	ITEM	OBJETIVO	DIRETRIZES
INFRAESTRUTURA URBANA	SANEAMENTO AMBIENTAL	GARANTIR QUE A ÁREA RECEBA O ACESSO BÁSICO AOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E COLETA DE LIXO.	<p>PROPORCIONAR O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL;</p> <p>PROPORCIONAR A COLETA SELETIVA DO LIXO;</p> <p>IMPLANTAR OU FAZER MANUTENÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO PÁTIO NA REDE DE ESGOTO EXISTENTE.</p>
	SISTEMA VIÁRIO	RESTRINGIR O ACESSO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NO PÁTIO.	<p>PROIBIR O USO DO PÁTIO COMO ESTACIONAMENTO PERMANENTE, TEMPORÁRIO E ROTATIVO;</p> <p>INSTITUIR HORÁRIOS E RESTRIÇÕES PARA CARGA E DESCARGA PARA OS COMÉRCIOS LOCAIS.</p>
	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	GARANTIR QUE A ÁREA RECEBA A ILUMINAÇÃO NECESSÁRIA.	<p>IMPLEMENTAR O EMBUTIMENTO SUBTERRÂNEO DE TODA E QUALQUER FIAÇÃO DE CUNHO ELÉTRICO;</p> <p>IMPLEMENTAR A TECNOLOGIA LED NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA;</p> <p>IMPLEMENTAR ILUMIAÇÃO CÊNICA NA IGREJA DE SÃO JOSÉ DO RIBAMAR.</p>

DIRETRIZES PARA A REQUALIFICAÇÃO DO PÁTIO SÃO JOSÉ DO RIBAMAR

EIXO	ITEM	OBJETIVO	DIRETRIZES
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	EDIFICAÇÕES	GARANTIR A CONTINUIDADE DO USO COMÉRCIAL E INCENTIVAR O USO TURÍSTICO E HABITACIONAL NA ÁREA.	<p>IMPLEMENTAR EQUIPAMENTOS QUE PROPICIEM A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E INSTIGUEM A CULTURA;</p> <p>INSTITUIR O LIMITE MÁXIMO DE GABARITO PARA ÁREA;</p> <p>INSTITUIR NOVOS USOS ÀS EDIFICAÇÕES OCIOSAS, GARANTINDO A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE;</p> <p>BUSCAR MECANISMOS DE ATIVAÇÃO DO TOMBAMENTO NO ENTORNO DO MONUMENTO HISTÓRICO.</p>
	USUÁRIOS	GERIR AS ATIVIDADES COMERCIAIS, TURÍSTICAS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NA ÁREA.	<p>PESQUISAR E IMPLEMENTAR SOLUÇÕES PARA O COMÉRCIO INFORMAL E AMBULANTES DO LOCAL;</p> <p>INCENTIVAR O USO DO ESPAÇO PÚBLICO COMO LOCAL DE EXPRESSÃO CULTURAL;</p> <p>INCENTIVAR O USO TURÍSTICO DA ÁREA.</p>

DIRETRIZES PARA A REQUALIFICAÇÃO DO PÁTIO SÃO JOSÉ DO RIBAMAR

EIXO	ITEM	OBJETIVO	DIRETRIZES
ACESSIBILIDADE	ARBORIZAÇÃO	GARANTIR O CONFORTO AMBIENTAL NO LOCAL.	IMPLEMENTAR VEGETAÇÃO ARBUSTIVA OU DE PEQUENO PORTE; PROPICIAR A PERMANÊNCIA DESSA VEGETAÇÃO.
	CALÇADAS	REGULAR O EXISTENTE AO MAIS PRÓXIMO POSSÍVEL AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE.	REQUALIFICAR AS CALÇADAS EXISTENTE E SUBIR O NÍVEL DO PISO DO PÁTIO DE MODO A IGUALAR COM AS CALÇADAS; IMPLEMENTAR O PISO TÁTIL DIRECIONAL E DE MUDANÇA DE FLUXO NAS CALÇADAS.
	RUA	GARANTIR O ACESSO CICLÍSTICO E PEDONAL NO LOCAL.	IMPLEMENTAR A PEDESTRALIZAÇÃO DE TODO O PÁTIO; IMPLEMENTAR RAMPAS DE ACESSO E SAÍDA DO PÁTIO.
	SINALIZAÇÃO	IMPLEMENTAR SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO E MAPEAMENTO TÁTIL DE MODO A ATENDER AS DEMANDAS DE PESSOAS DEFICIENTES.	IMPLEMENTAR SINALIZAÇÃO VISUAL ACESSÍVEL; IMPLEMENTAR MAPA TÁTIL DO PÁTIO; IMPLEMENTAR MAPA DE PONTOS ESTRATÉGICOS DE SÃO JOSÉ E SANTO ANTÔNIO.

DIRETRIZES PARA A REQUALIFICAÇÃO DO PÁTIO SÃO JOSÉ DO RIBAMAR

EIXO	ITEM	OBJETIVO	DIRETRIZES
MEMÓRIA URBANA	RESTAURO E PRESERVAÇÃO	GARANTIR QUE A INTEGRIDADE HISTÓRICA E CULTURAL DO PÁTIO.	<p>IMPLEMENTAR UM PLANO ESPECÍFICO PARA INSTITUIR RESTRIÇÕES E DEFINIR CRITÉRIOS A SEREM ADOTADOS EM POSSÍVEIS INTERVENÇÕES NAS EDIFICAÇÕES DE ATIVIDADE COMERCIAL, RESIDENCIAL OU TURÍSTICA;</p> <p>PROPORCIONAR A PRESERVAÇÃO DA LEITURA PAISAGÍSTICA DO PÁTIO;</p> <p>ORIENTAR OS PROPRIETÁRIOS A RECORRER AOS ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO PERTINENTES QUANDO PRECISAREM FAZER QUAISQUER REFORMAS PARA READEQUAÇÃO DE SEUS USOS, EVITANDO SEMPRE O FALSO HISTÓRICO, O PASTICHE E AS DESCARACTERIZAÇÕES.</p>
	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	PROPAGAR PERMANENTEMENTE AÇÕES EDUCATIVAS EXPLICITANDO OS VALORES QUE ENVOLVEM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E SEU ENTORNO.	<p>CRIAR UM PROGRAMA VOLTADO PARA A HISTÓRIA DO PÁTIO E SUA RELEVÂNCIA PARA A HISTÓRIA DOS RECIFENSES;</p> <p>AVALIAR A POSSIBILIDADE DE UTILIZAR UM ESPAÇO DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DO RIBAMAR PARA ABRIGAR UM MEMORIAL DA HISTÓRIA DO PÁTIO;</p> <p>INCENTIVAR A VISITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO ESPAÇO HISTÓRICO POR CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS;</p> <p>IMPLEMENTAR MAPA TURÍSTICO E PLACAS INFORMATIVAS.</p>
	ATIVAÇÃO CULTURAL	REAFIRMAR O RESGATE DO VALOR DA ÁREA ENQUANTO LOCAL DE ENCONTRO (DESTINO FINAL) E NÃO TRANSITÓRIO (PASSAGEM).	<p>INCENTIVAR INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR QUE ENVOLVEM A CULTURA;</p> <p>INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE EVENTOS A SEREM REALIZADOS EM ESTRUTURA MÓVEL;</p> <p>INCENTIVAR O TURISMO RELIGIOSO NA IGREJA DE SÃO JOSÉ DO RIBAMAR.</p>

The image shows a technical architectural drawing on a light-colored, textured paper. It features a site plan with several irregularly shaped areas. Some of these areas are filled with parallel brown hatching lines, while others are left plain. A central horizontal grey bar contains the text 'APÊNDICE C: ESTUDO PRELIMINAR DA INTERVENÇÃO NO PÁTIO'.

APÊNDICE C: ESTUDO PRELIMINAR DA INTERVENÇÃO NO PÁTIO







PESTANA
E
PLATIBANDA LISA



PLATIBANDA GEOMETRIZADA

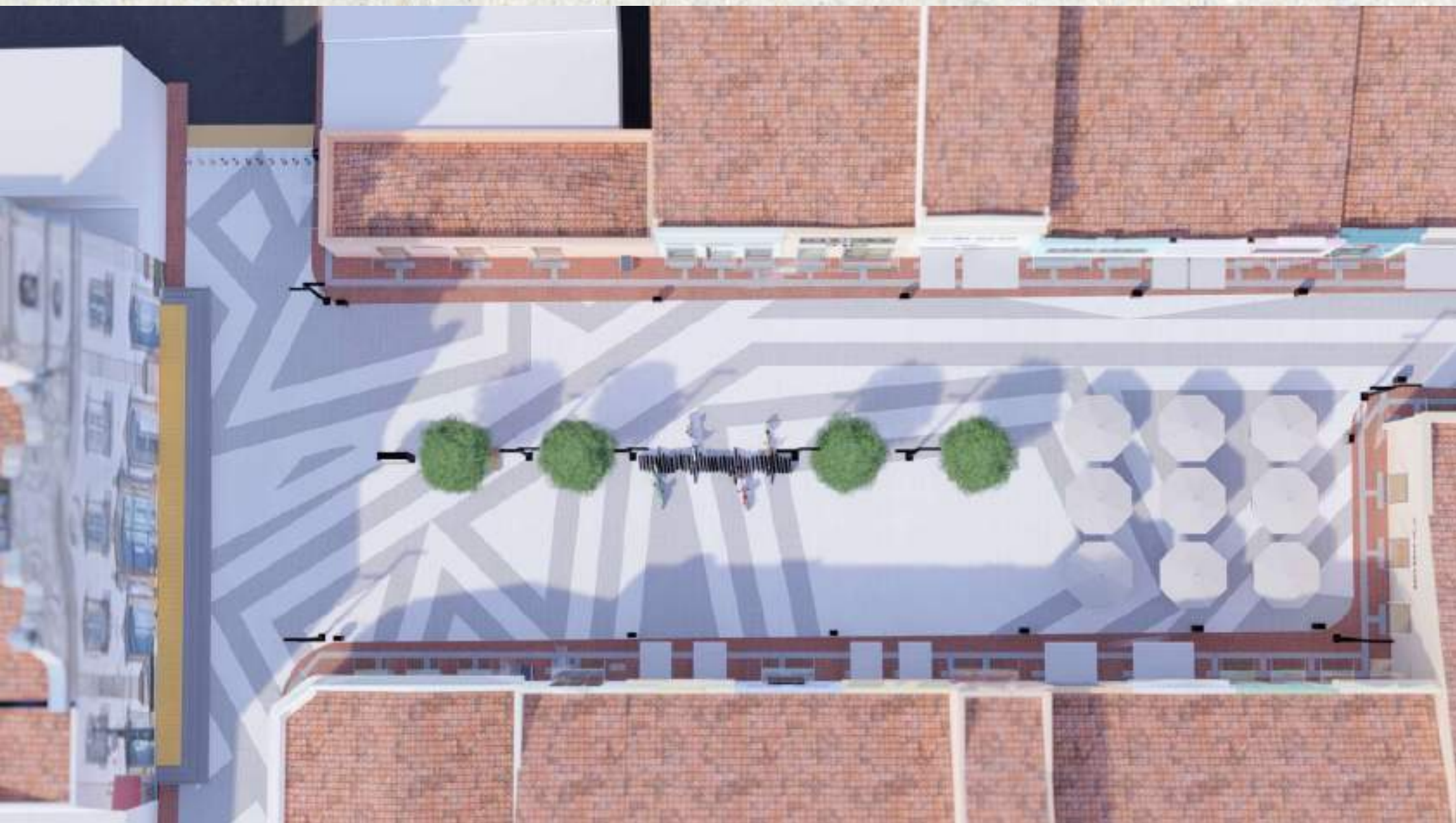
PESTANA
E
ESQUINA CHANFRADA



CUNHAL
E
CORNIJAS







LINK
DA
PROPOSTA NO YOUTUBE:

<https://youtu.be/Ew-mATMubI0>

The image shows a technical architectural drawing of a courtyard layout. The drawing is composed of several irregular polygonal shapes representing plots or building footprints. These shapes are filled with brown hatching lines, which are oriented either vertically or horizontally. The hatching is done with fine, parallel lines. The entire drawing is overlaid on a light-colored, textured background that resembles aged paper or a technical drawing grid. In the center of the drawing, there is a semi-transparent grey rectangular box containing text.

ANEXO A: PLANTAS BAIXA E CORTES DOS IMÓVEIS DO PÁTIO DE SÃO JOSÉ DO RIBAMAR

COMISSÃO DE SANEAMENTO
RECIFE

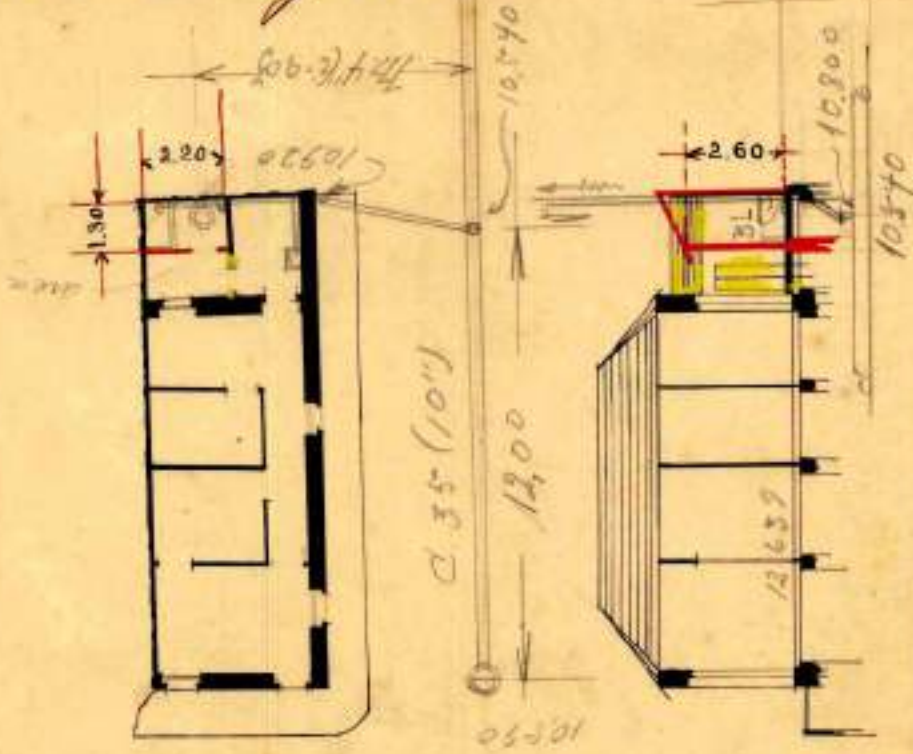
TRAVESSA SÃO JOSÉ FREDIO N.º 2



Julho

*Por Proprietario
Alma Botelho Fragoso
Exercito das Pontas Fragoso*

*Sito. 30 - Maio 1921
Obrigatoria*



*Desenhado e
copiado por a. M. Ribeiro*

*Assentado e
Assinado
O. Aguiar*

COMISSÃO DE SANEAMENTO
REGIÃO

DEPARTAMENTO GERAL
DE RUA DE SÃO JOSÉ PREDIO N.º 58/194
EST. D. L. 1910

Esta Reportagem tem a ver com a e modificar
o que diz respeito a inspeção dos esgotos.

D. de S. S. S.
ENGENHEIRO G. L. L. L.

ESCALA 1/200
Metres

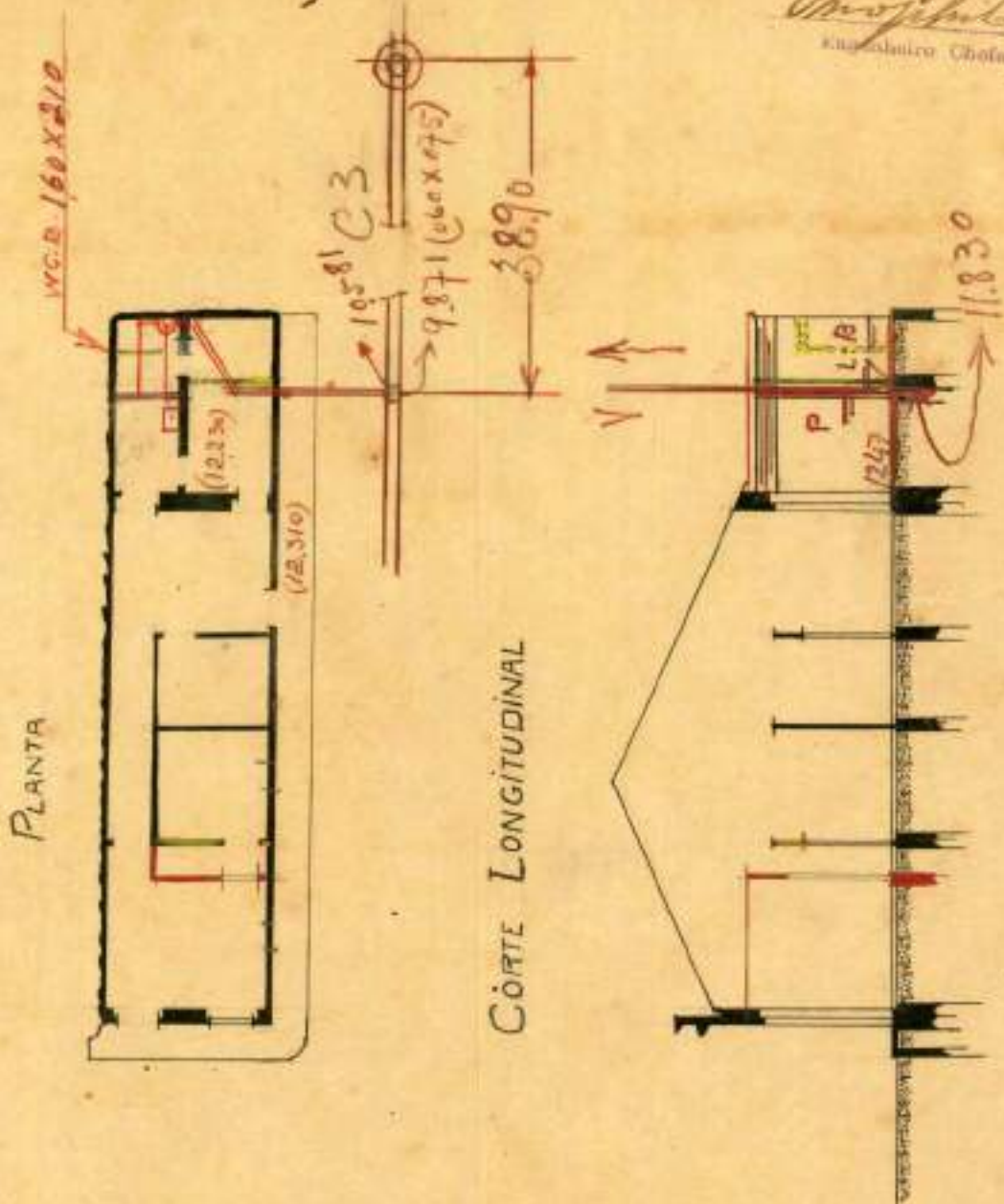
Pela Proprietario

Edith Dantas Lessa
Alvaros fern

Departamento Geral
da Viação e Obras Publicas
Estado de Pernambuco
SECCAO DE ESGOTOS

CL-116-34

VISTO
Poco, 6 de julho de 1925
Proprietario de S. S.
Engenheiro Chefe de Secção



Servantamento de
Attonil Esquerido

Desenho de
Armando Soares Pereira

COMISSÃO DE SANEAMENTO
RECIFE

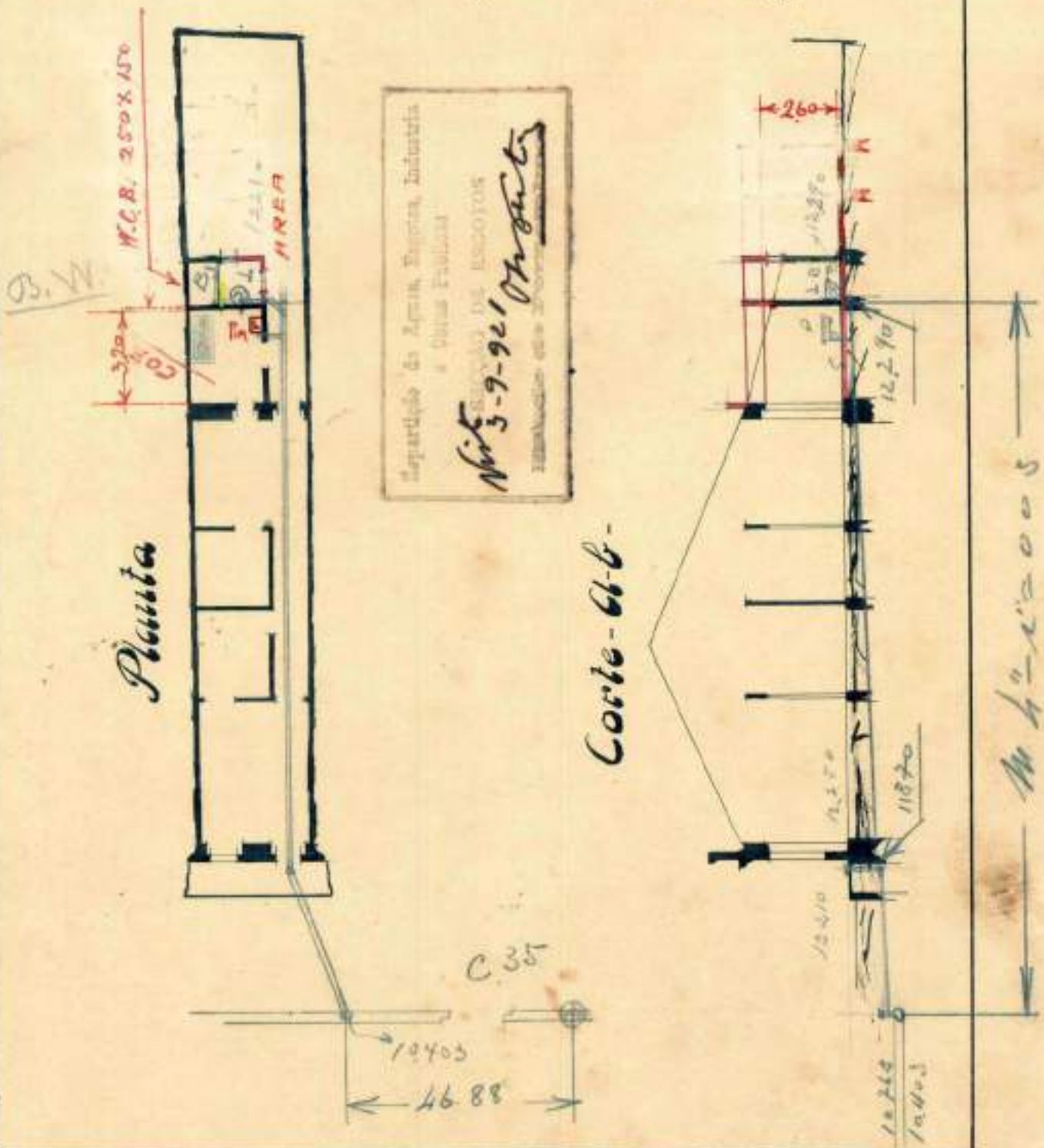
Rua de S. José. PREDIO N.º 27 - 195 ^{moderno}

escala 1:200

[Signature]
Eng. Chefe

do Proprietario *[Signature]*
Pedro T. M. Santos

66-70
C-11-47
P. 2527



[Signature]
[Signature]

Relevantemente de
liquidez

COMMISSÃO DE SANEAMENTO
REGIÃO

Actua. n.º 202

Proprietario

Eng. Chefe

RUA SÃO JOSÉ - PREDIO - N.º 62
ESCALA 1:200

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS,
EGOTOS, INDUSTRIA E OBRAS PUBLICAS
ESTADO DE PERNAMBUCO
SEÇÃO DE ESGOTOS

Esta projecto se limita a examinar e modificar
que diz respeito a installação dos esgotos

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS,
EGOTOS, INDUSTRIA E OBRAS PUBLICAS
ESTADO DE PERNAMBUCO
SEÇÃO DE ESGOTOS

VISTO

em 14 de Agosto de 1923

Thomaz de Figueiredo
Suplente de Eng. Chefe

O. de Souza
Engenheiro

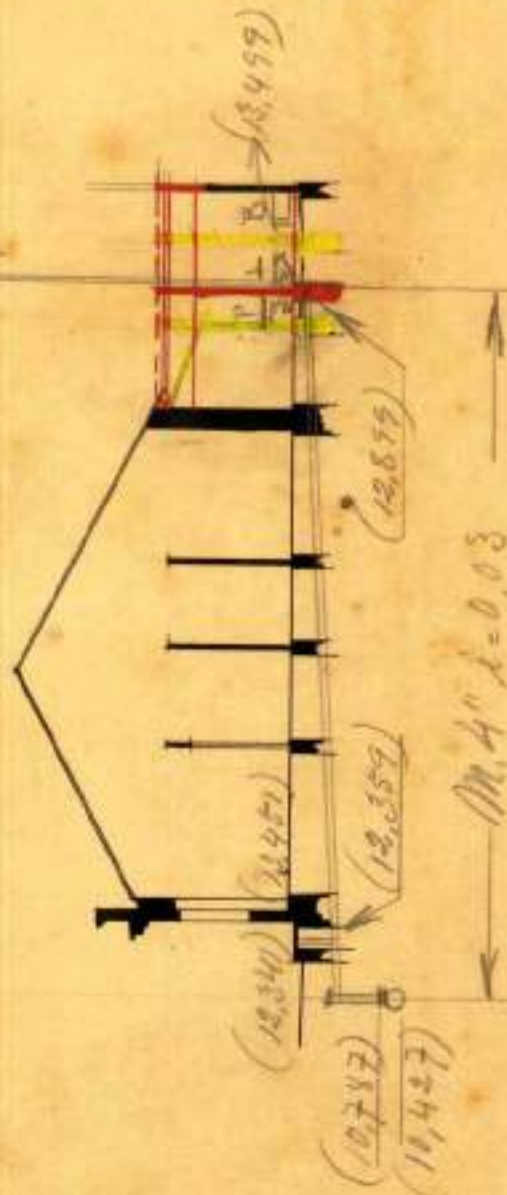
Pela Proprietario Antonio Manoel de Lima
8/10/23
Arquivo Mm de S. P.

PLANTA



S. W.C. = 2,60 x 2,00

CORTE LONGITUDINAL



Levantamento de
Thomaz de Figueiredo

Desenhado
O. de Souza

COMISSÃO DE SANTEAMENTO
RECIFE

DEPARTAMENTO GERAL
DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
ESTADO DE PERNAMBUCO

RUA DE SÃO JOSÉ PRÉDIO Nº 31

Departamento Geral
de Viação e Obras Públicas
ESTADO DE PERNAMBUCO
SEÇÃO DE ESCOPO METROS

Esta repartição se limita a examinar e modificar
aquele que respeita a instalação dos esgotos

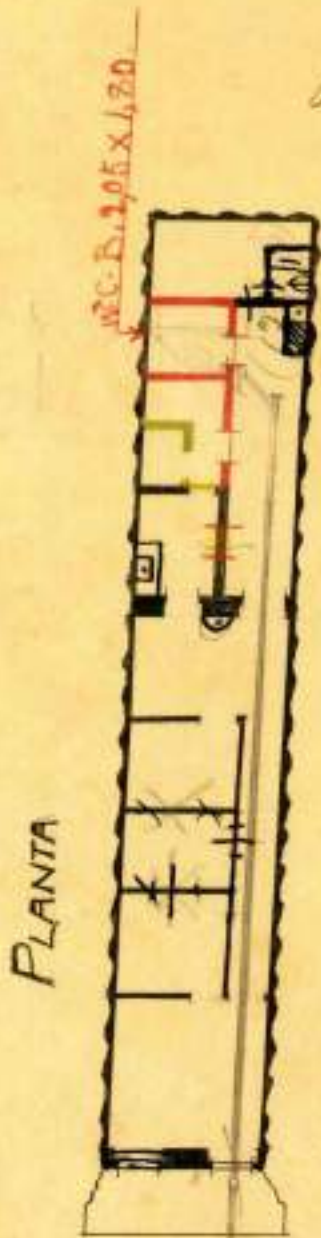
VISTO
Recife, 15 de Junho de 1926

[Handwritten signature]
Engenheiro Municipal

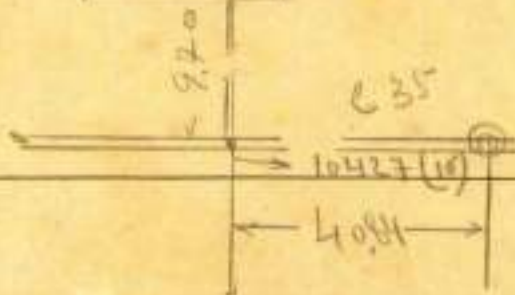
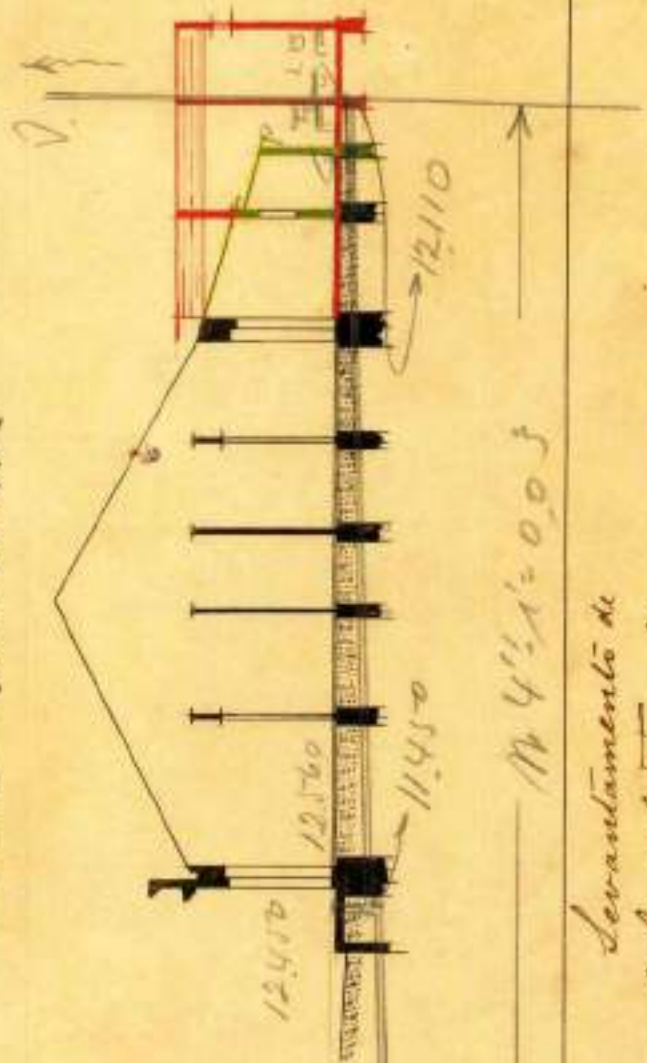
[Handwritten signature]
Engenheiro Chefe do Serviço

Proprietario

José Américo de Azevedo



CÓRTE LONGITUDINAL



Desenhado por Armando Soares
Corte de Cozinha

Servantamento de
Athaniel Figueiredo

COMISSÃO DE SANEAMENTO
RECIFE

RUA DE SÃO JOSÉ PREDIO N 64

ESCALA 1:200

actual 206

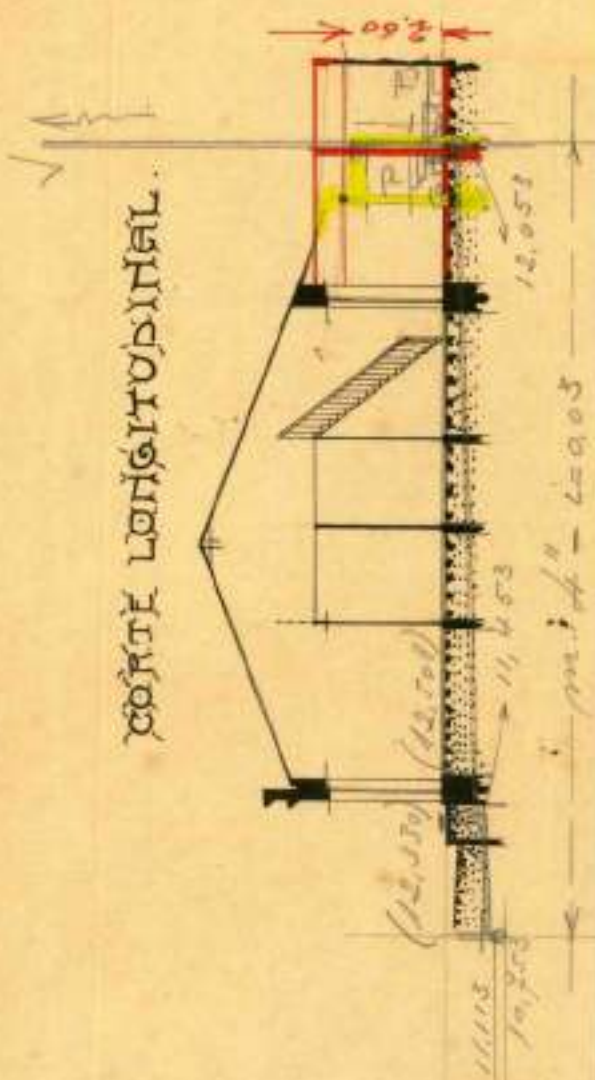
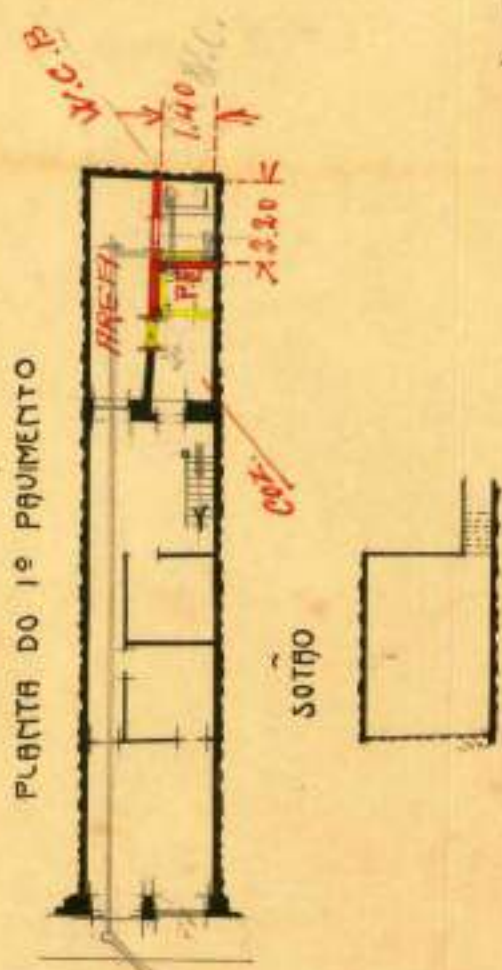
C-L-116
C-11-

[Signature]

Eng. Chefe
COMISSÃO DE ÁGUAS,
EGOTAMENTO INDUSTRIAL E SANEAMENTO PÚBLICO
ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ENGENHARIA

VISTO
Recife 15 de Set 1921
[Signature]
Engenheiro CARLOS DE ALMEIDA

Proprietario



Desenho de
Audolpho de Barros

C 35
40,84
70,753 (40°)

Levantamento de
Othoniel Figueiredo

COMISSÃO DE SANEAMENTO
RECIFE

RUA DE SÃO JOSÉ PRÉDIO N.º 33/207

ESCALA 1/200
0 1 2 3 4 5 6 METROS

REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO

Estado de Pernambuco

SECÇÃO DE ESGOTOS

VISTO

25 de Julho de 1928

Ampliação de sinal
ENGENHEIRO CHEFE DA SECÇÃO

REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO

Eng. Chefe

Estado de Pernambuco

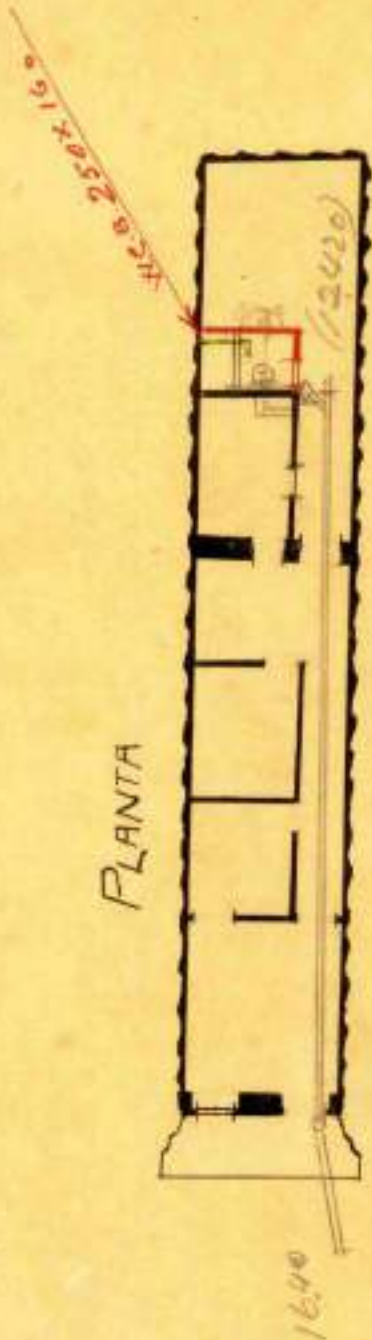
Esta Repartição se limita a examinar e modificar
que diz respeito á instalação dos esgotos

Approvo

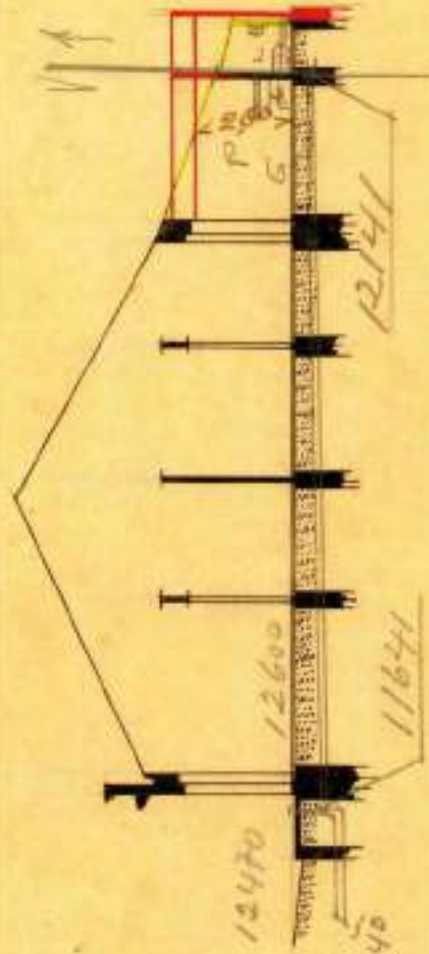
[Signature]
ENGENHEIRO DIRECTOR

116 50

Pela Proprietaria
Alice Ferraz de Velloso
Francisco Proff...



PLANTA



CÔRTE LONGITUDINAL

Servantamento de
Alfonso Figueredo



Deputado de
Amador L. Pereira

ESGOTOS SANITARIOS

RUA S. JOSE' PRÉDIO N.º 35

ESCALA 1/200

Vista
16-12-920
O. Quintas

A LEVANTAMENTO DE SANEAMENTO
feito no local e com o intuito
de modificar a que dita respectiva
destinação dos esgotos.

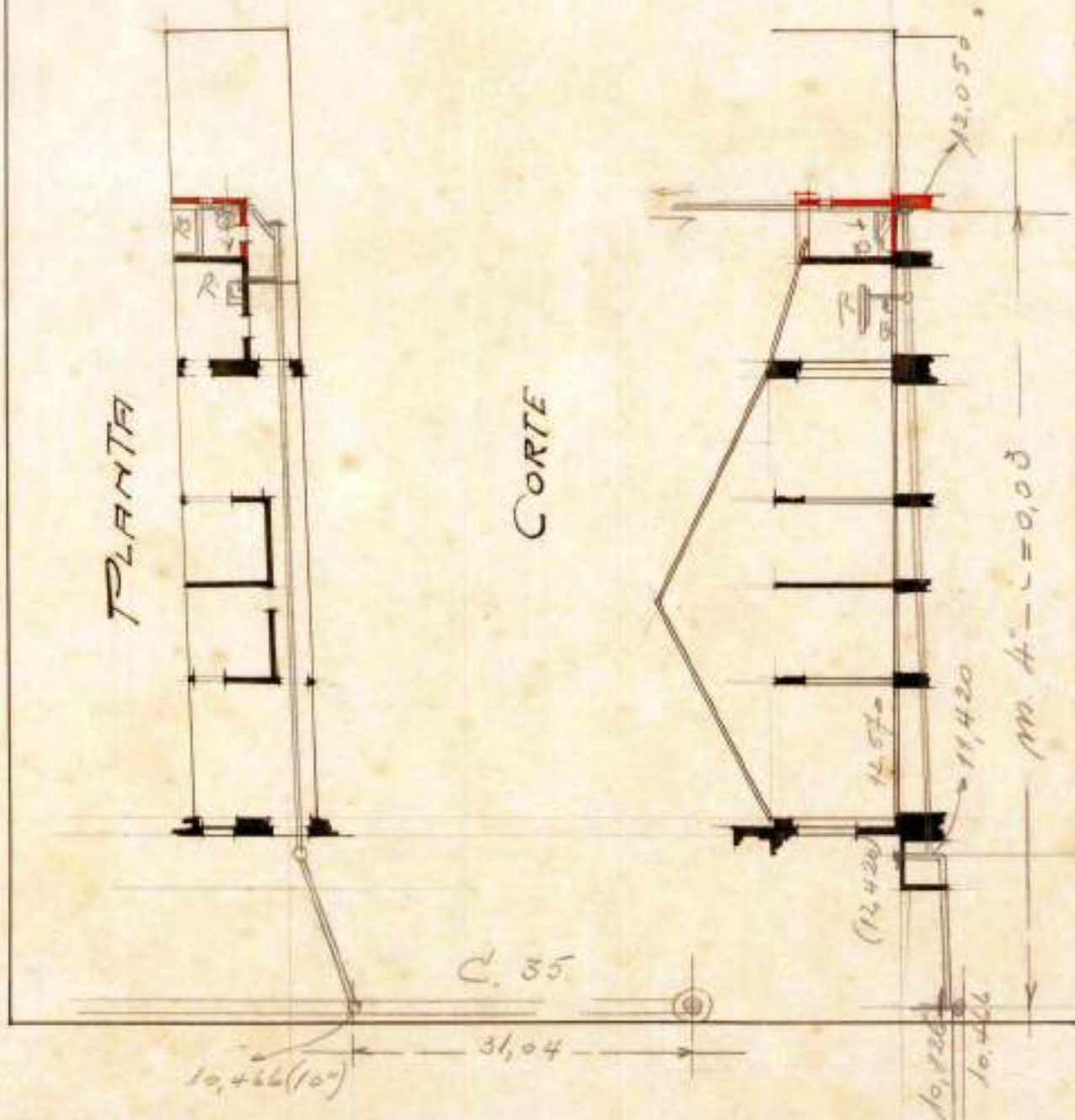
J. P. Polmann
Eng.º C.º

Proprietário

Manoel Regis de Moura

PLANTA

CORTE



COMISSÃO DE SANEAMENTO
RECIFE

Departamento Geral
de Viação e Obras Públicas
Estado de Pernambuco
Rua São José - PRÉDIO N.º 39
SEÇÃO DE ESGOTOS - ESCALA 1:200

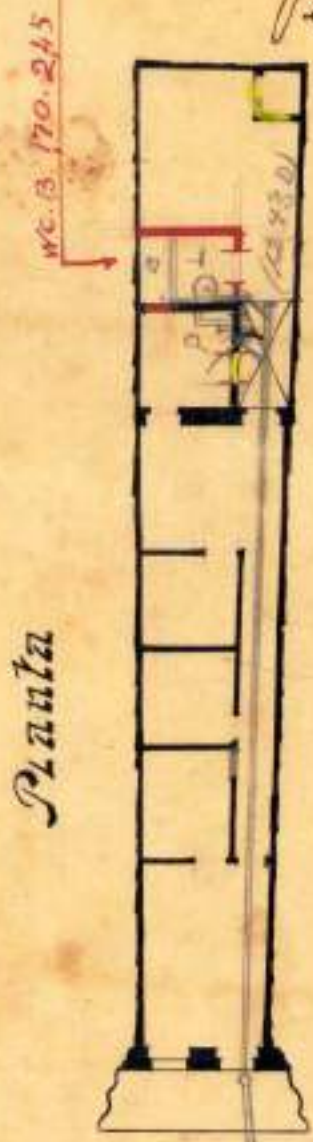
VISTO
Recife, 2 de Junho de 1924

Esta Reportação se limita a examinar e modificar
o que diz respeito a instalação dos esgotos

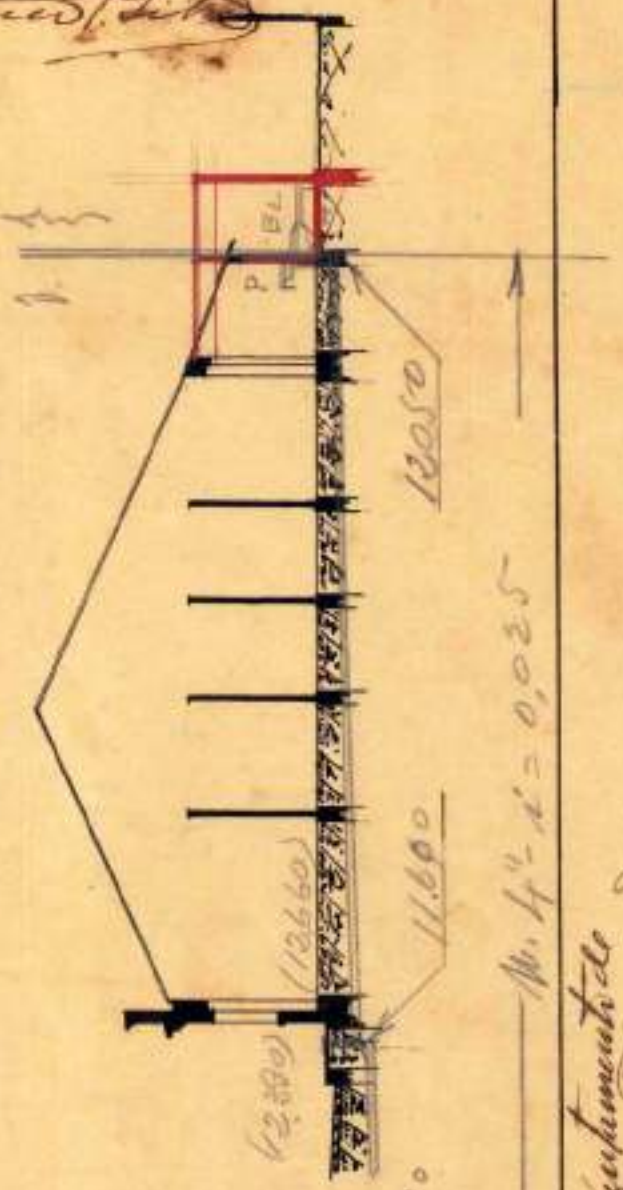
Antônio de Brito
Supervisor-Chefe da Seção
Eng. Chefe

D. de Souza
Proprietário
Prestação de Serviços Públicos

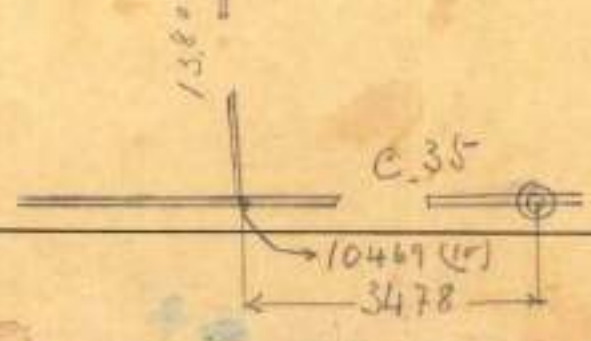
C-L 116



Planta



Seção Longitudinal



M. 1/4" = 0,025

Desenhado por
Antônio de Brito

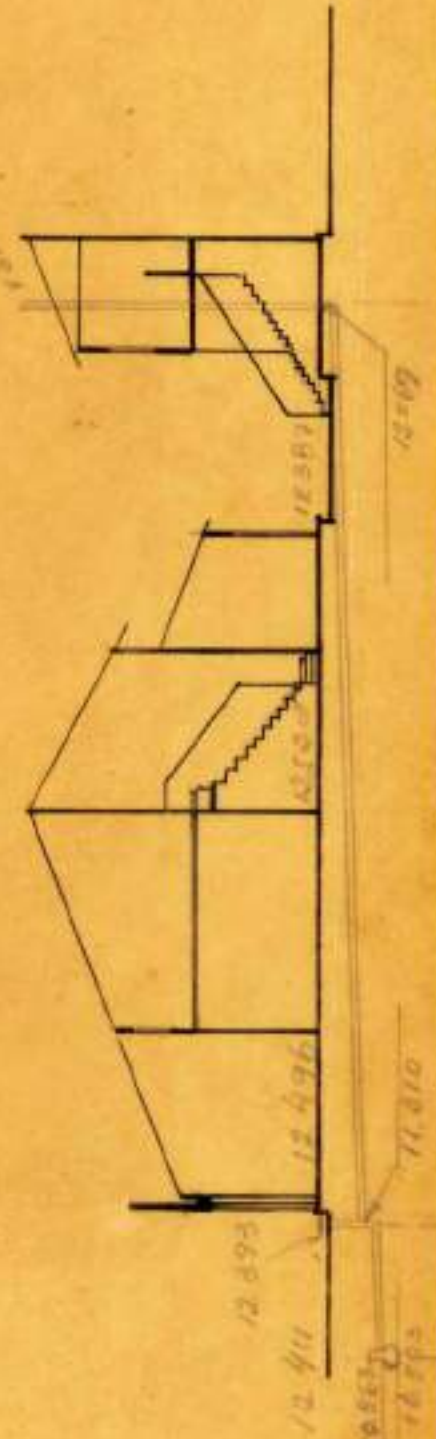
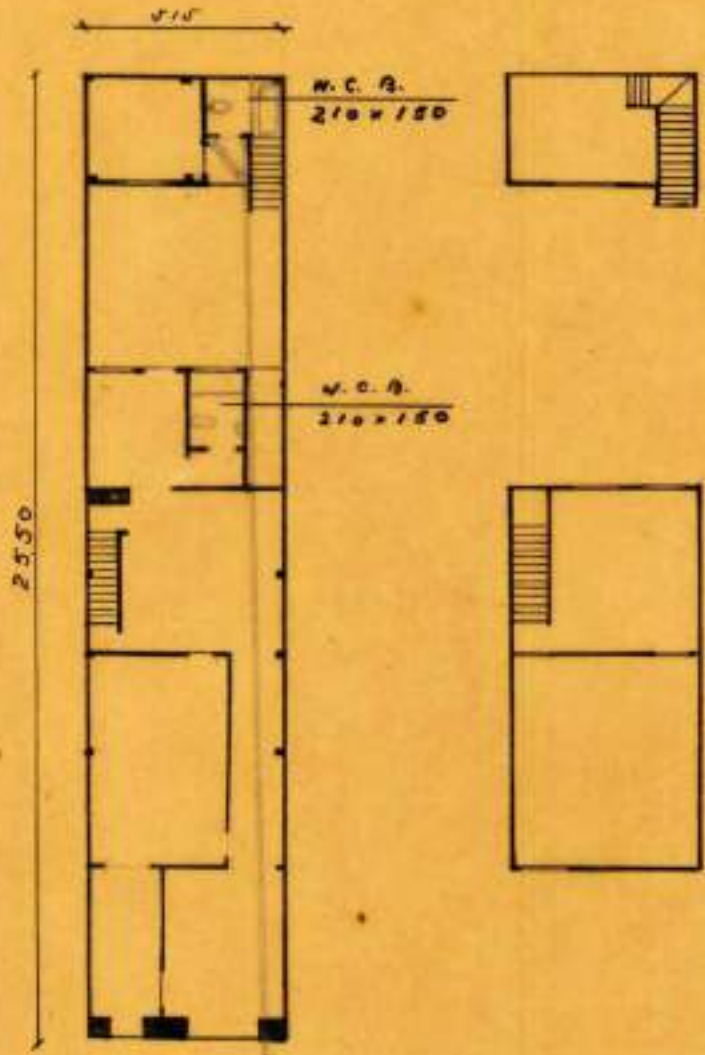
Responsável de
Antônio de Brito

RUA DE S. JOSE Nº 222

MODIFICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO
DIVISÃO DE ESGOTOS USINÁ E OFICINAS

SECCÃO DE REDES BANITÁRIAS	ENG. DIRETOR DA DIVISÃO	<i>[Handwritten Signature]</i>
	ENG. CHEFE DA SECCÃO	
DATA	12/8/60	



DEPARTAMENTO GERAL
DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
ESTADO DE PERNAMBUCO

Esta Repartição se limita a examinar e modificar
o que diz respeito a instalação dos esgotos

D. de Lourenço
ENGENHEIRO DILATADO

Departamento Geral
de Viação e Obras Publicas
Estado de Pernambuco
SECÇÃO DE ESGOTOS

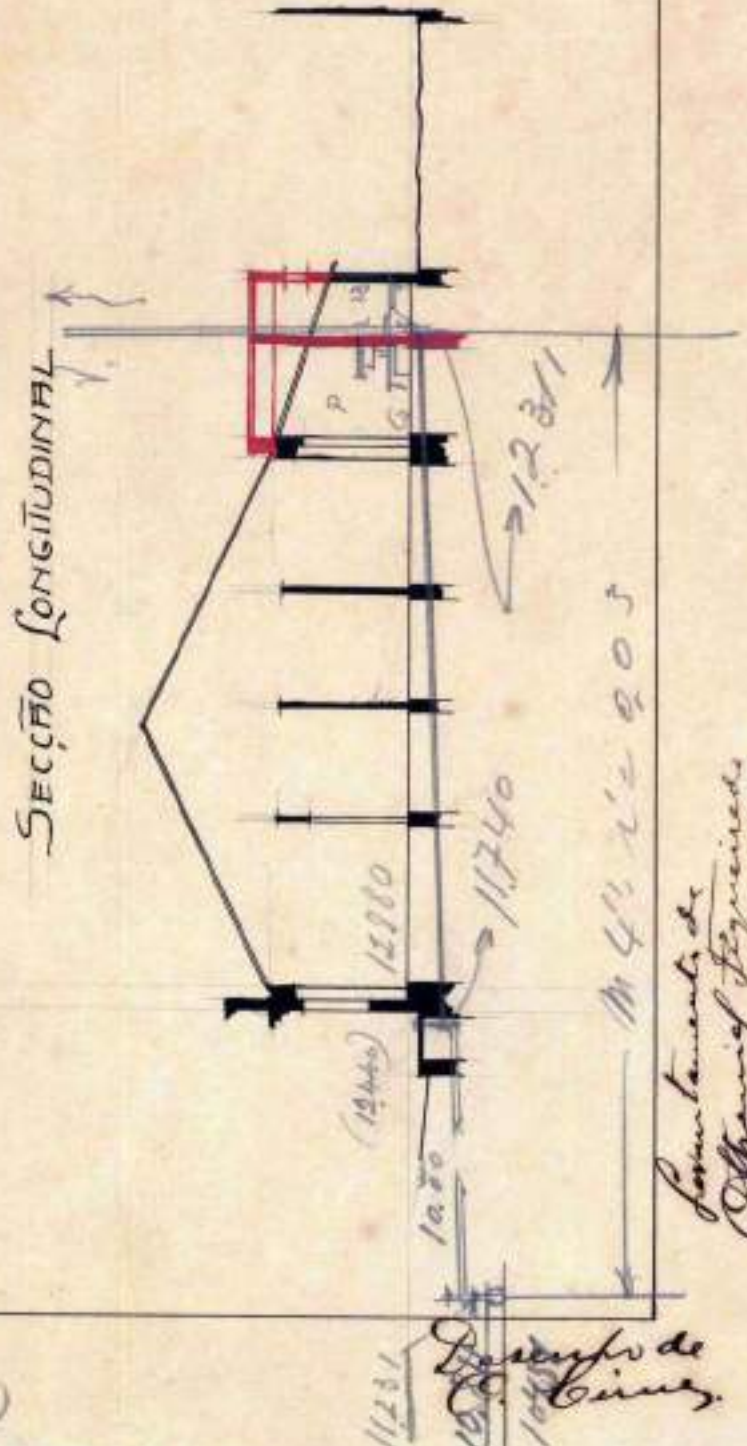
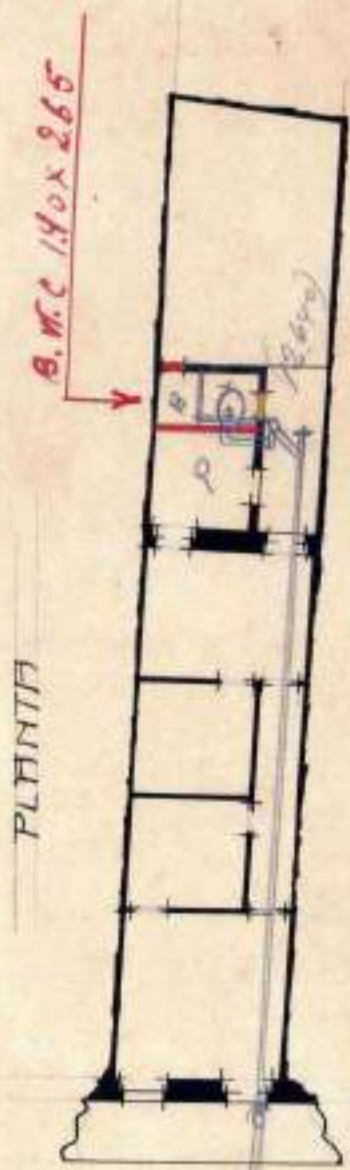
VISTO
Eccito, 27 de *abril* de 1926
Juliano
Engenheiro Chefe da Secção

RUA SÃO JOSÉ - PREDIO N° 41

ESCALA - 1:200

223

Pelo Proprietario *Imanduce do*
Dinis Espírito Santo
Amock Affonso de Mello



Assinatura de
Osmanif Feyreiros

Desenho de
C. C. C.

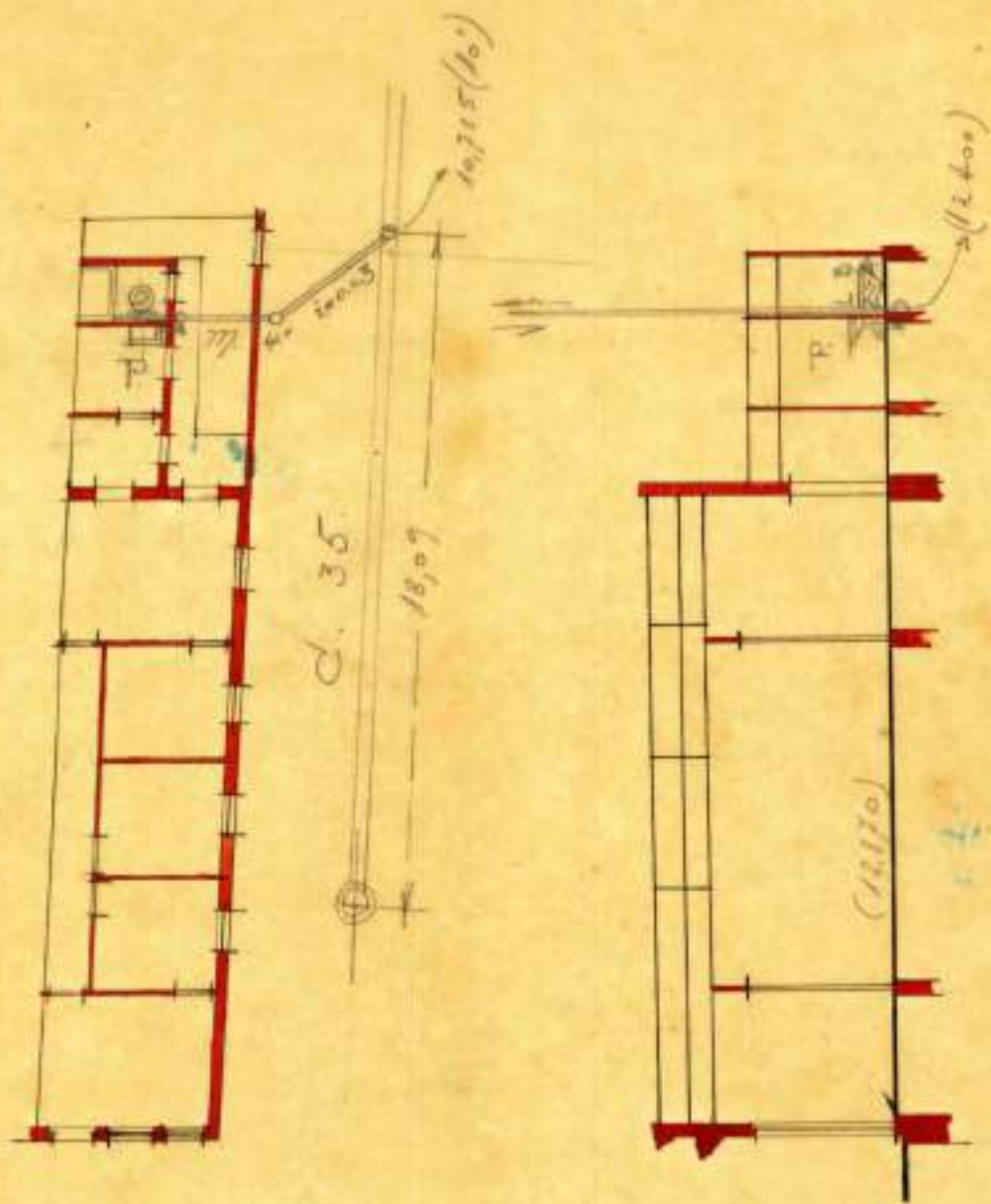


COMISSÃO DE SANEAMENTO
BRASIL

RUA DE SÃO JOSÉ PRÉDIO Nº 243

ESCALA 1/200

País PROPIEDADE
Sabotia no Cruz Ferreira



J. F. Lourenço e M. M. M. M.

COMISSÃO DE SANEAMENTO
RECIFE

Departamento Geral
de Engenharia e Obras Públicas
Estado de Pernambuco
SECCÃO DE ESGOTOS

José - PREDIO - N.º 66/210
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
ESCALA 1:200 OBRAS PÚBLICAS
ESTADO DE PERNAMBUCO

VISTO
Recife, 30 de Agosto de 1924

Amphibolite
Engenheiro Chefe de Seccão

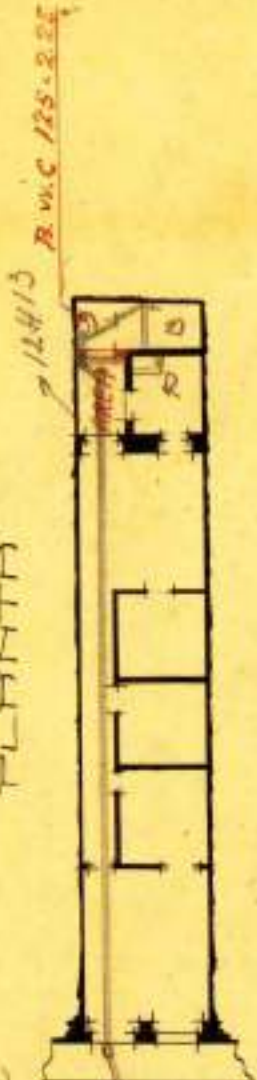
Esta Reportação se limita a examinar e modificar
o que diz respeito a installação das esgotos

O. de Loupkaas
Proprietario Director

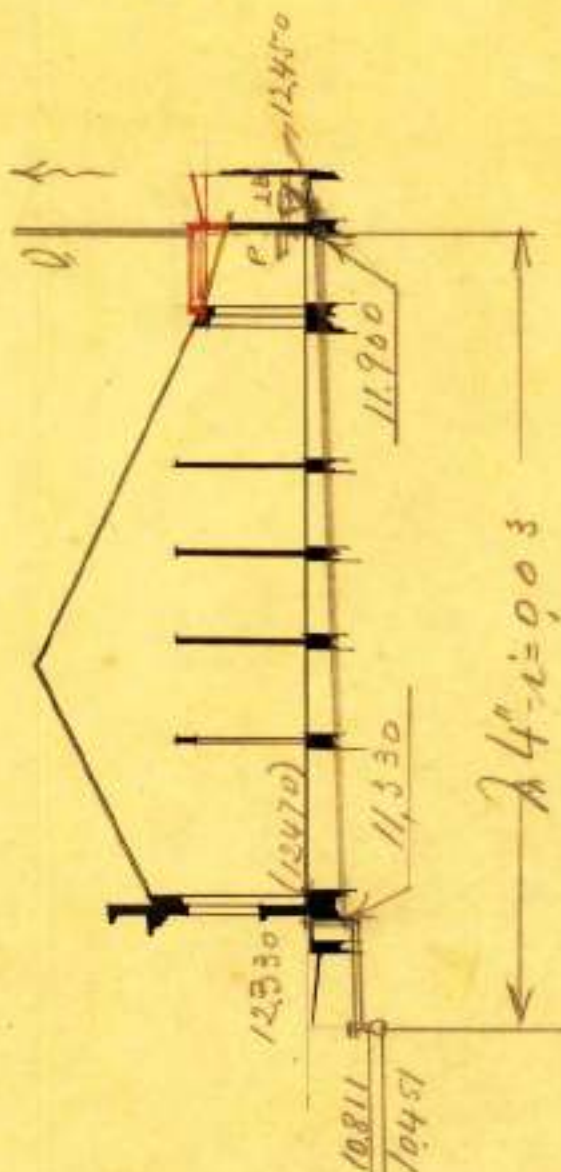
Proprietario

Paulo Francisco de Souza

PLANTA



CORTE LONGITUDINAL



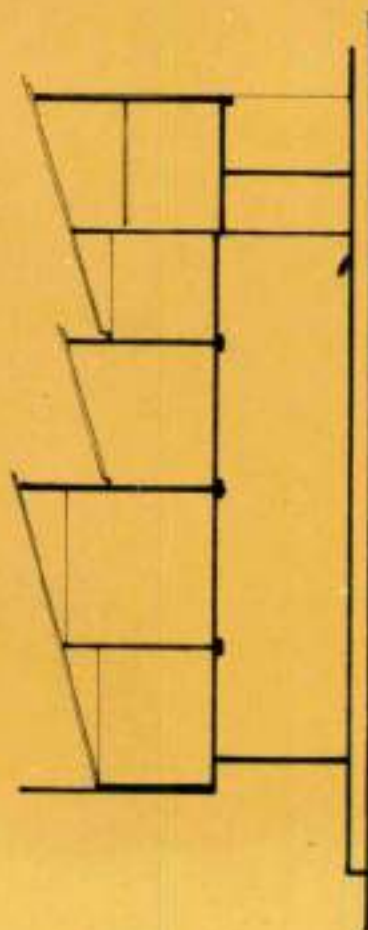
*Instrumentos de
Athanasio de Aguiar*

*Deputado
O. Cruz*

RUA DE SÃO JOSÉ Nº 210
BAIRRO DE SÃO JOSÉ

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO	
DIVISÃO DE ESGOTOS	
SEÇÃO DE PROJETO E CADASTRO	
<i>Silvestre Vieira</i> Esp.º Chefe da Seção	
<i>André</i> Esp.º Diretor da Divisão	
PLANTA Nº	4806
APROVADA EM	29 / 4 / 1986

MODIFICAÇÃO



CORTE

RUA DE SÃO JOSÉ Nº 210
BAIRRO DE SÃO JOSÉ

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO
DIVISÃO DE ESGOTOS
SEÇÃO DE PROJETO E CADASTRO
<i>Silvestre</i> Eng. Chefe de Seção
<i>W. D. A.</i> Eng. Auxiliar de Divisão
PLANTA Nº 4806
APROVAÇÃO 29 / 4 / 1966

MODIFICAÇÃO



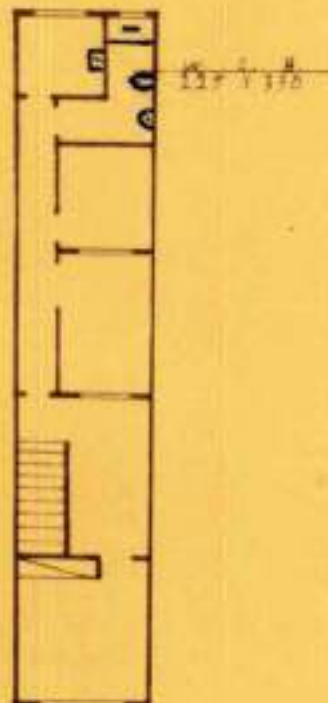
TERREO

RUA DE SÃO JOSÉ
BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Nº 210

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO
DIVISÃO DE ESGOTOS
SEÇÃO DE PROJETO E CALIBRADO
<i>Gilberto Vieira</i> Eng.º Chefe de Seção
<i>Ademar</i> Eng.º Diretor da Divisão
PLANTA Nº 4806
APROVADA EM 27/4 / 1966

MODIFICAÇÃO



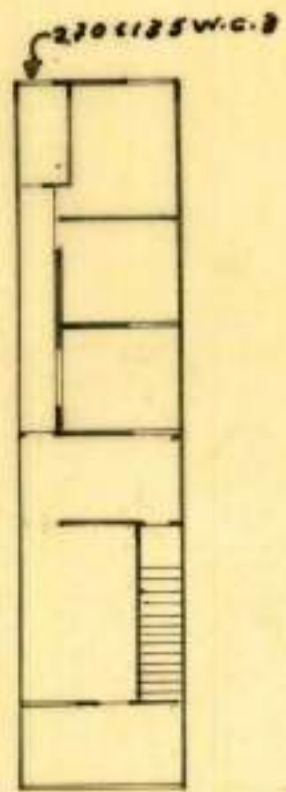
PLANO SUPERIOR

PLANTA Nº 4807

RUA DE SÃO JOSÉ Nº 214
SÃO JOSÉ

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO		
DIVISÃO DE ESGOTOS URBANOS E RURAIS		
SEÇÃO DE REDE DE BARRIAGENS	ENCL. DIRETOR DA DIVISÃO	<i>[Signature]</i>
DATA	ENCL. CHEFE DE SEÇÃO	<i>[Signature]</i>
20-7-63		

MODIFICAÇÃO



PLANTA Nº 4807

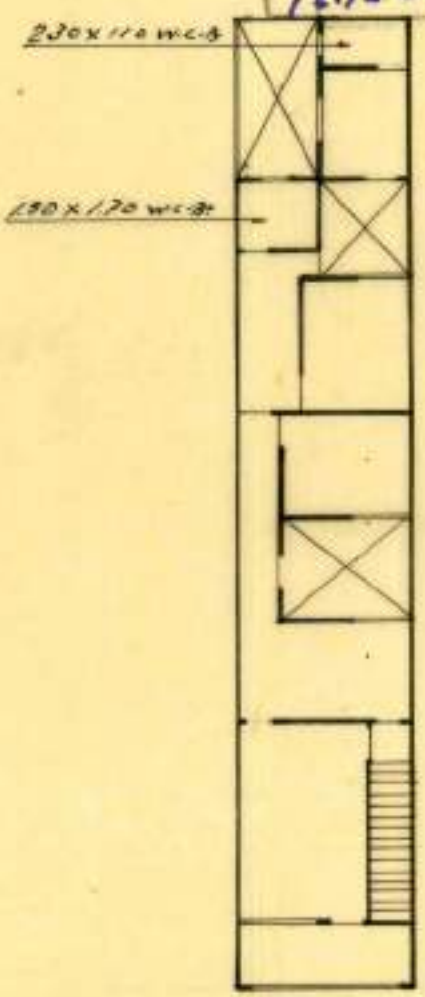
RUI DE SÃO JOSÉ Nº 2/4

SÃO JOSÉ

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO	
DIVISÃO DE ESGOTOS USINA E OBRAS	
SEÇÃO DE REDES SANITÁRIAS	ENCARGOS
DATA	12.12.63

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



MODIFICAÇÃO

PLANTA Nº 4807

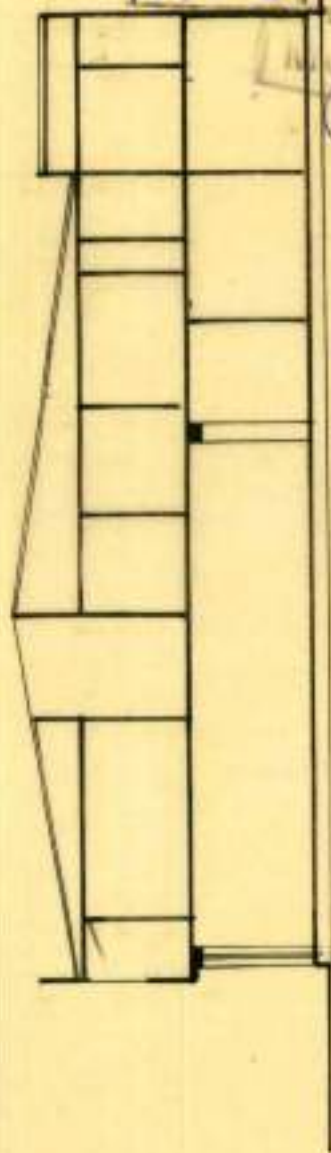
RUA DE SÃO JOSÉ Nº 214
SÃO JOSÉ

DEPARTAMENTO DE BANEAMENTO DO ESTADO
DIVISÃO DE ESGOTOS USINA E OFICINAS

SEÇÃO DE REDES SANITÁRIAS	ENGR. DIRETOR DA DIVISÃO	<i>[Signature]</i>
DATA	ENGR. CHEFE DA SEÇÃO	<i>[Signature]</i>

12.12.63

REGISTRO DE PROJEÇÃO



PLANTA Nº 4807

RUA DE SÃO JOSÉ Nº 214

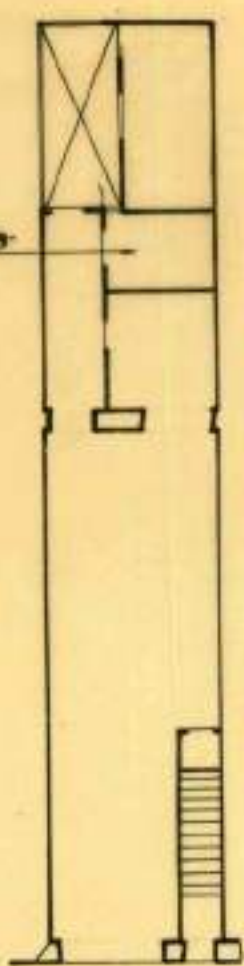
SÃO JOSÉ

ESTABELECIMENTO DE REGISTROS DE ESTAD.
DIREÇÃO DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS E OBRAS

NÚMERO DO LIVRO SANTARÉM	ENC. TRIBUTA TAXA	<i>[Signature]</i>
DATA 12-12-65	VALOR R\$	<i>[Signature]</i>

MUTUAÇÃO

280X/195 WC-B

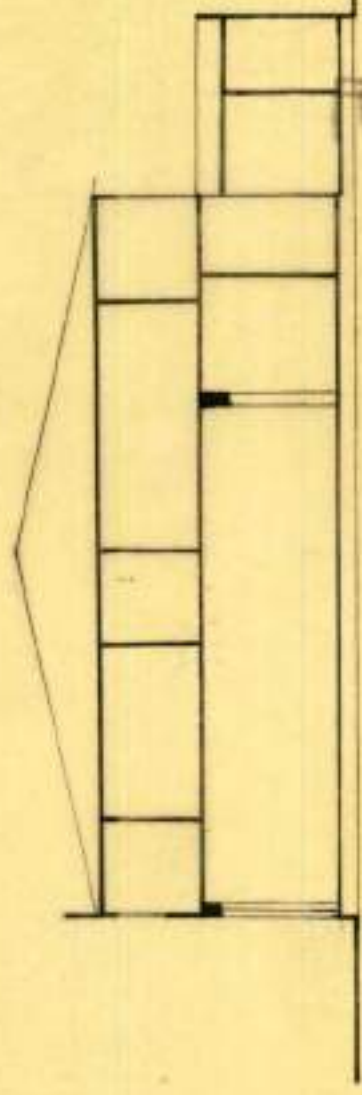


PLANTA Nº 4807

RUA DE SÃO JOSÉ Nº 214
SÃO JOSÉ

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO		
DIVISÃO DE ESGOTOS USINA E ORIGINAIS		
SECCÃO DE REDE DE SANITÁRIAS	ENC. DIRECTOR DA DIVISÃO	<i>[Signature]</i>
DATA	ESQ. CHEFE DA SECCÃO	<i>[Signature]</i>
20-7-63		

MODIFICADO



Departamento Geral
de Viação e Obras Publicas
Estado de Pernambuco
SECCÃO DE ESGOTOS

COMISSÃO DE SANEAMENTO
RECIFE

DEPARTAMENTO GERAL
DE VIAGEM E OBRAS PUBLICAS
ESTADO DE PERNAMBUCO

Esta Repartição se encarregará de examinar e modificar
e para fins de respeito a instalação dos esgotos

VISTO
Projeto 7 de agosto de 1924
[Signature]
Engenheiro Chefe de Seção

[Signature]
SUPERVISOR

MODIFICADO

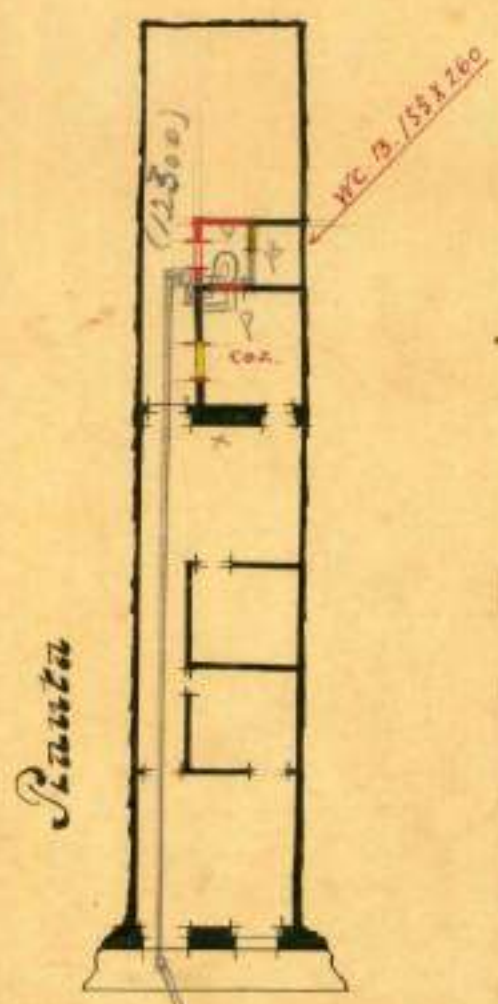
Rua São José - Predio N-68
Escala - 1:200

214

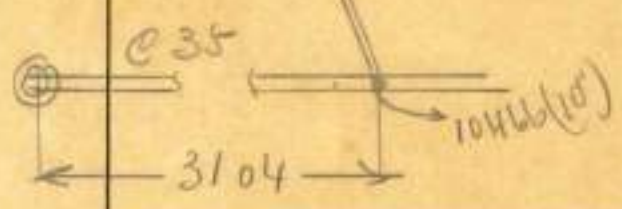
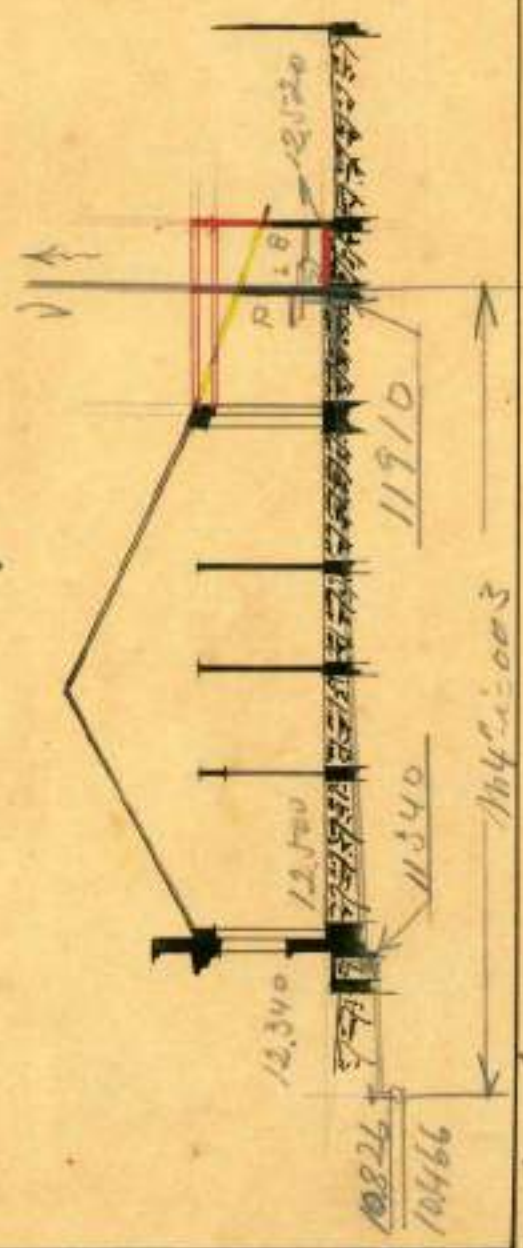
67-116

Eng. Chefe

Proprietario



Seção Longitudinal



Assinatura de
Oth. Figueiredo

Desenho de
O. Lima

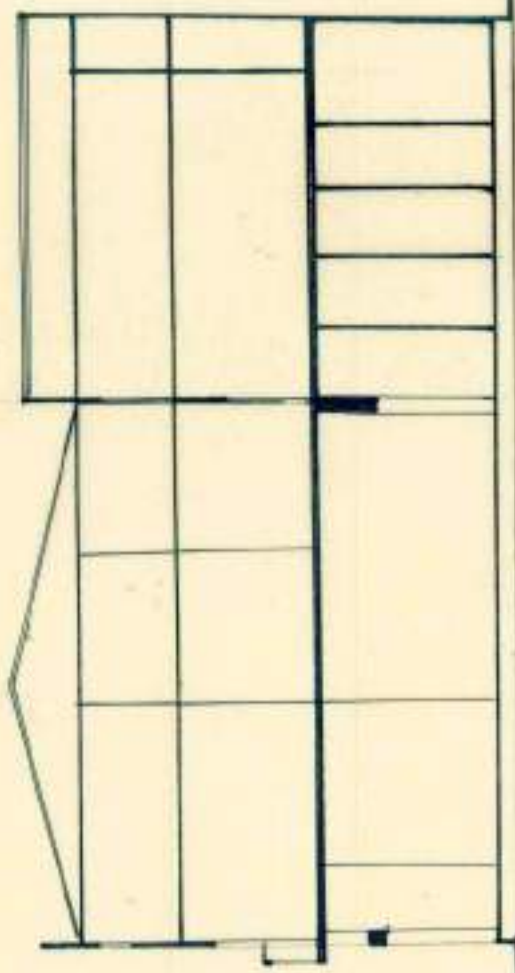
PLANTA 4808

RUA DE SÃO JOSÉ 216

SÃO JOSÉ
CORTE

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO		
DIVISÃO DE ESTÓTOS, UBINAS E OFICINAS		
EMPRESA	ENC. DIRETOR	<i>Adun</i>
DEPARTAMENTO	DE	
SANITÁRIO	UNIDADE	
DATA	ENC. CHEFE	<i>Adun</i>
25-7-65	DEPARTAMENTO	

MODIFICAÇÃO



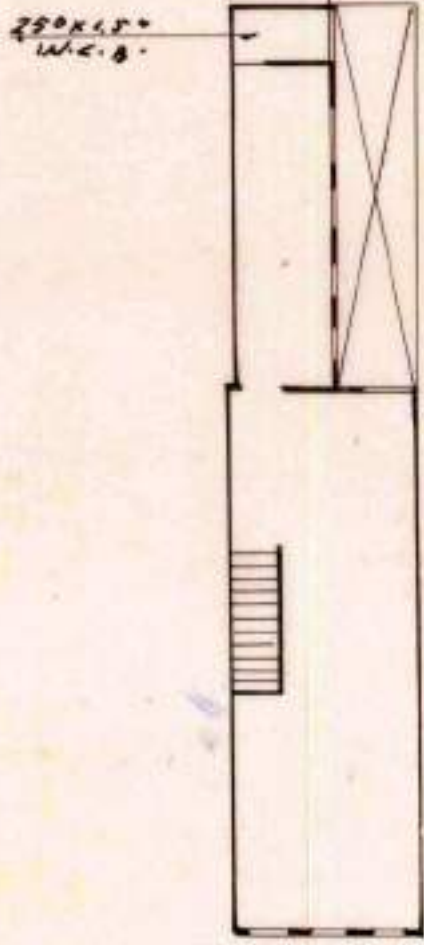
PLANTA 4808

RUA DE SÃO JOSÉ N: 216

SÃO JOSÉ
2: ANDAR

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO		
DIVISÃO DE ESGOTOS USINA E OFICINAS		
SEÇÃO DE REDES SANITÁRIAS	ENC. DIRETORE DA DIVISÃO	<i>Indu</i>
DATA	ENC. CHEFE DA SEÇÃO	<i>Del</i>
25.7.63		

MODIFICAÇÃO



PLANTA 4809

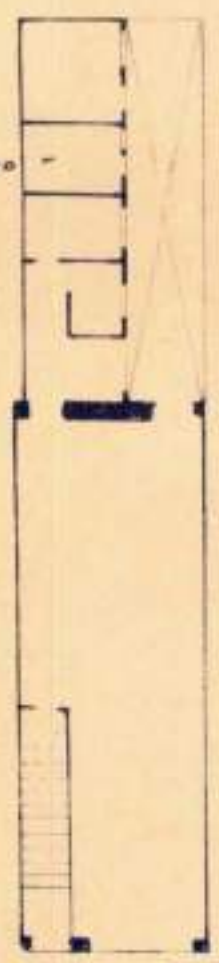
RUA DE SÃO JOSÉ 210

"SÃO JOSÉ"
TERREO

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO		
DIVISÃO DE ESGOTOS USINA E OFICINAS		
SECCÃO DE REDES SANITÁRIAS	ENG. ^o DIRETOR DA DIVISÃO	<i>[Handwritten Signature]</i>
DATA	ENG. ^o CHEFE DA SECCÃO	<i>[Handwritten Signature]</i>
22-V-11		

MODIFICAÇÃO

W.C. - B
1,20 x 2,50



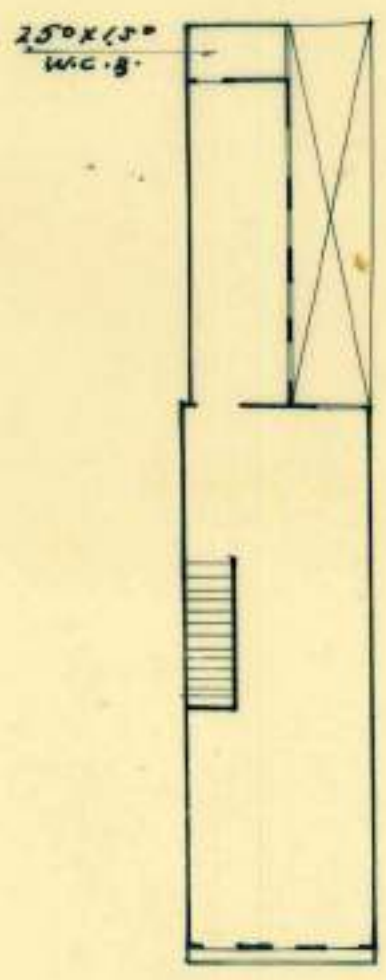
PLANTA 4808

RUA 15 SÃO JOSÉ N: 216

SÃO JOSÉ
1ª ONDAR

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO		
DIVISÃO DE ESCOTOS USINA E OFICINAS		
SECCÃO DE ESCOTOS SANITÁRIAS	ENC. DIRETOR DA SECCÃO	<i>Melano</i>
DATA	ENC. CHEFE DA SECCÃO	<i>Dele</i>
27-7-65		

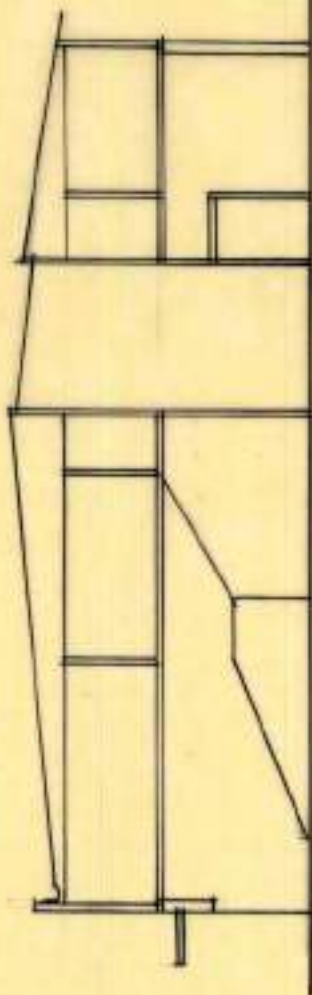
MODIFICAÇÃO



RUA DE SÃO JOSÉ Nº 227 - RECIFE

MODIFICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA	ENGENHEIRO
D. N.º	TOS
PROF. N.º	ESTRADO
<i>[Handwritten Signature]</i>	
PROF. N.º	
PLANTA N.º	4823
APROVADA EM	10/01/1911



PLANTA N°

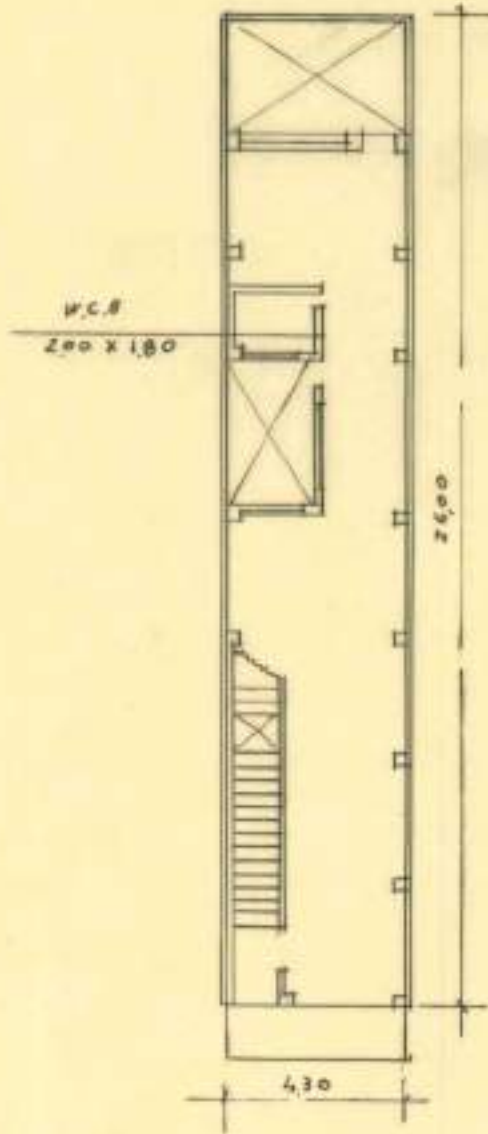
RUA DE SÃO JOSÉ 227 - RECIFE

MODIFICAÇÃO

SECRETARIA DE EDIFICAÇÕES
SECRETARIA DE PROJETOS
SECRETARIA DE LICENCIAMENTO

[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]

PLANTA N° 4823
APROVADA EM 16/01/1965



RUA DE SÃO JOSÉ Nº 227 - RIVIERE

MODIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - SÃO PAULO	
DIVISÃO DE ESTATÍSTICA	
CARTÃO DE PROJETO E CADASTRO	
<i>[Signature]</i> Chefe de Seção	
<i>[Signature]</i> Eng. Diretor da Divisão	
PLANTA Nº	4823
APROVADO EM	16/10/1965

